

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MATHEUS HAKIME DUTRA

**OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da
política de Assistência Social**

**FRANCA/SP
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MATHEUS HAKIME DUTRA

OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

D978o	Dutra, Matheus Hakime Ocaso : Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam os serviços da política de Assistência Social / Matheus Hakime Dutra. -- Franca, 2024 109 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: Agnaldo de Sousa Barbosa 1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. 3. Pessoas em Situação de Rua. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MATHEUS HAKIME DUTRA

OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

1º Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Edvânia Ângela de Souza

2º Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rita de Cassia Lopes de Oliveira Mendes

Dedico este trabalho para todas as pessoas que estão em situação de rua em Franca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial ao meu pai, Newton Hakime Dutra, que me apoiou incondicionalmente, proporcionando privilégios para que eu pudesse seguir os meus sonhos.

Da minha família agradeço ainda a minha tia e madrinha, a Professora Dr.^a Nayara Hakime Dutra, que me incentiva, apoia, e tem sido desde sempre uma inspiração para seguir trilhando esse caminho dotado de desafios que é o Serviço Social.

Agradeço a minha companheira, Bruna Moraes, que me apoiou e incentivou diariamente. Obrigado por estar ao meu lado sempre, por ter paciência nos momentos difíceis, pelo carinho de sempre e por ser compreensível, fazendo acreditar que era possível.

Em especial, ao meu orientador, o Professor Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, que esteve presente e se colocou à disposição por todo esse tempo, contribuindo diretamente com minha formação e amadurecimento. Obrigado pela dedicação e compreensão.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS), agradeço por me acolherem e me proporcionarem fazer parte dos debates, discussões e eventos.

Ao Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF), o meu muito obrigado. É um privilégio poder fazer parte desse grupo e realizar junto com vocês o trabalho com as pessoas em situação de rua. Agradeço à Professora Dr.^a Edvânia Ângela de Souza, a Isabella, a Rafaela e demais integrantes por terem me proporcionado momentos de muita troca, reflexões e aprendizado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp Franca. Aos funcionários e funcionárias. As professoras e professores que tive oportunidade de assistir às aulas, em especial àquelas que foram minhas orientadoras e supervisoras no PESS.

Quero agradecer o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição de extrema importância para a ciência, e que, contribuiu para a construção da presente pesquisa.

Agradeço ainda, ao Serviço Especializado em Abordagem Social e à Pastoral do Menor de Franca, por permitirem a realização da minha pesquisa na instituição. A Lindsay, o Vinicius, a Thais, Simone e Alexandre.

Por fim, quero agradecer as pessoas que participaram desta pesquisa, em especial aos que se disponibilizaram a participar das entrevistas.

DUTRA, Matheus Hakime. **OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social**. 2024. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2024.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender os motivos que levam as pessoas em situação de rua a permanecerem nas ruas, mesmo diante da oferta de serviços de atendimento especializados e de acolhimentos institucionais, por meio da política de Assistência Social. Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica para aprofundarmos na temática sobre a situação de rua, buscando, a princípio, entender os fatores que os levam a essa situação. Foram realizados estudos documentais, através de leituras de documentos do governo Federal, Estadual e Municipal, bem como documentos de instituições que desenvolvem o trabalho com pessoas em situação de rua em Franca, além de jornais. Diante dos desafios encontrados no campo, as notícias em jornais da cidade contribuíram para compreensão da realidade vivenciada, mediante comentários violentos e ofensivos, que demonstraram a visão geral da sociedade. Para realizar a pesquisa de campo, utilizou-se do Serviço Especializado em Abordagem Social, que, por meio de participação em busca ativa nas ruas, pode alcançar os participantes da pesquisa. A pesquisa de campo foi composta de dados primários. Esses dados foram fundamentados no instrumental de participação como observador participante, entrevistas e fotografias tiradas no campo. As entrevistas foram compostas de roteiro e entrevistas semiestruturadas, que tiveram como finalidade aprofundar no entendimento que os participantes da pesquisa têm sobre seus direitos, a situação de rua em que se encontram e os motivos que os fazem permanecer nas ruas. As fotografias compõem um conjunto de observação sobre as formas de interação dos participantes da pesquisa com seus objetos materiais, além de complementar a descrição dos cenários. O trabalho se valeu da metodologia do Estudo de Caso Ampliado, sugerida por Michael Burawoy (2014) que, por meio do diálogo entre a teoria e o campo, busca a totalidade como forma de identificar novos elementos, utilizando o contexto como ponto de partida em busca dos objetivos. Assim, a pesquisa fornece subsídios para se discutir sobre a problemática da situação de rua, principalmente as causas sobre a permanência nas ruas, através de reflexões das próprias pessoas que se encontram em tal situação.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Política de Assistência Social. Abordagem Social. Problema público e político. Agenda política.

DUTRA, Matheus Hakime. **OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social**. 2024. 109 f. Dissertation (Master's in Social Service) – Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2024.

ABSTRACT

The present study aims to understand the reasons why homeless people remain on the streets, despite the provision of specialized care services and institutional care, through the Social Assistance policy. To this end, we used bibliographical research to delve deeper into the topic of homelessness, initially seeking to understand the factors that lead people to stay in this situation. Documentary studies were carried out, through readings of documents from the Federal, State and Municipal government, as well as documents from institutions that work with homeless people in Franca, in addition to newspapers. Faced with the challenges encountered in the countryside, the news in city newspapers was able to contribute to understanding the reality experienced, through violent and offensive comments, which demonstrated the general view of society. To carry out the field research, the Specialized Service in Social Approach was used, which, through participation in an active search on the streets, can reach the research participants. The field research was composed of primary data. These data were based on the instruments of participation as a participant observer, interviews and photographs taken in the field. The interviews were composed of a structured script, with the aim of outlining the profile of the interviewee, and the semi-structured interviews aimed to deepen the understanding that the research participants have about their rights, the street situation in which they find themselves and the reasons why they make them stay on the streets. The photographs make up a set of observations on the ways research participants interact with their material objects, in addition to complementing the description of the scenarios. The Expanded Case Study methodology, suggested by Michael Burawoy, which, through dialogue between theory and the field, seeks totality as a way of identifying new elements, using the context as a starting point in pursuit of objectives. Thus, the research provides support to discuss the problems of homelessness, especially the causes of staying on the streets, through reflections by the people themselves who find themselves in such a situation.

Key words: Homeless person. Social Assistance Policy. Social approach. Public and political problem. Political agenda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planilha de abordagens	17
Figura 2 - Barraca após fogo	23
Figura 3 - Barraca antes de ser desfeita.....	24
Figura 4 - Terreno já sem a barraca.....	24
Figura 5 - Barraca montada em terreno pela cidade	40
Figura 6 - Barraca montada em canteiro central	40
Figura 7 - Barraca em canteiro central de Avenida	41
Figura 8 - Barraca montada em terreno	42
Figura 9 - Busca ativa com Abordagem Social	77
Figura 10 - Busca ativa com Abordagem Social	78
Figura 11 - Barraca montada embaixo de viaduto.....	79
Figura 12 - Barraca montada em canteiro de Rodovia	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	14
2.1	Ponto de partida	14
2.2	O cenário da pesquisa	16
2.3	Percurso metodológico e o Estudo de Caso Ampliado	18
2.4	Escrita etnográfica	26
3	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, SUAS CARACTERÍSTICAS E A HETEROGENEIDADE	28
3.1	Pessoas em situação de rua como expressão da questão social	28
3.2	Pessoas em situação de rua como problema público e político	30
3.3	Política Nacional para População em Situação de Rua e a Discussão da Situação de Rua para o Serviço Social	33
3.4	Características das pessoas em situação de rua do município de Franca/SP	35
3.5	O direito à cidade e o direito à não institucionalização	43
4	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA POLÍTICA LOCAL	49
4.1	As pessoas em situação de rua na agenda política local	49
4.2	A política de Assistência Social e contextualização do Marco legal após Constituição Federal de 1988.....	54
4.3	A política de Assistência Social e atuação com pessoas em situação de rua	56
4.4	Equipamentos da Política de Assistência Social voltados para o atendimento das pessoas em situação de rua em Franca	59
4.4.1	Abrigo Provisório e Casa de Passagem	59
4.4.2	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.....	61
4.4.3	Serviço Especializado em Abordagem Social	62
4.4.4	Acolhimento Noturno e Acolhimento Dia	67
4.5	Dos programas oferecidos: Moradia Primeiro.....	69
5	LIBERDADE E POBREZA: OS DESAFIOS QUE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ENFRENTAM AO PERMANECEREM NAS RUAS	73
5.1	A permanência nas ruas por não acessarem a política de Assistência Social.....	73
5.2	Liberdade da rua do ponto de vista das pessoas em situação de rua	81
5.3	Pobreza: adverso à liberdade.....	86
5.4	Condições necessárias para possibilitar a saída das ruas.....	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95

REFERENCIA.....	98
APÊNDICE	107
APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PELO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	108
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS PARA PESQUISA REALIZADA COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:	109

1 INTRODUÇÃO

Mas aí chega às 18 horas, nota-se as portas *Rollup* (portas de enrolar, típicas de lojas e bares) se fechando, os trabalhadores e consumidores indo embora, entrando em seus carros, nos carros de aplicativos, táxis ou seguindo para o terminal de ônibus urbano. O sol vai se pondo e as pessoas que vão ficando, que vão *sobrando*, perdem a camuflagem. Eles então começam a buscar por espaços, alguns dormem sempre no mesmo local, na mesma marquise, outros, cada dia em um local, e há aqueles que vão em busca de tentar as últimas vagas no serviço de Acolhimento Noturno que fica no mesmo espaço do Centro Pop (Diário de Campo, 17 de agosto de 2023).

O presente estudo intitulado: “OCASO: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam serviços da política de Assistência Social”, trata do fenômeno das pessoas em situação de rua e as determinações sociais e pessoais que as (des)motivam permanecerem nas ruas.

A observação citada acima, retirada do diário de campo, provocou a reflexão sobre o comportamento das pessoas em situação de rua. Sobretudo, a respeito de como não é possível diferenciar as pessoas que vivem em situação de rua de uma pessoa que trabalha ou passeia pelo centro. Durante o horário comercial diversas pessoas transitam pelas ruas do centro da cidade, mas, quando chega o ocaso, quando as lojas se fecham, as pessoas que estão em situação de rua não têm para onde voltar. Não tem casa e não tem vaga nos abrigos para retornarem. Tal reflexão acarretou na escolha pelo título da dissertação, que desempenhou o estudo sobre a permanência das pessoas em situação de rua nas ruas, não dispondo de acesso aos equipamentos da política de Assistência Social.

Para tanto, escolheu-se como objetivo principal, analisar as determinações sociais e econômicas, as características, necessidades, os desafios e condições de vida, enfrentados por pessoas que vivem em situação de rua no município de Franca/SP. Os objetivos específicos desta pesquisa se constituem em estudar sobre as políticas públicas, principalmente a política de Assistência Social e a rede de serviços ofertados pelo município de Franca para atender as pessoas em situação de rua, bem como analisar o cenário em que vivem essas pessoas nas ruas e, através de reflexões das pessoas em situação de rua, como ela enxerga ou não ou seus direitos, se elas têm feito uso e os motivos que as levam a não aderirem aos programas sociais.

Como metodologia, a pesquisa foi realizada a partir do Estudo de Caso Ampliado, utilizando o método de ciência reflexiva, que se configura um “modelo de ciência alternativo que tome o contexto como seu ponto de partida e que tematize nossa presença no mundo que estudamos” (BURAWOY, 2014, p. 47). As pessoas em situação de rua que não acessam os serviços da política de Assistência Social do município de Franca, interior do Estado de São

Paulo, representam a população-alvo da pesquisa. Assim, os cenários da pesquisa foram: Serviço Especializado em Abordagem Social; e os espaços públicos da cidade.

Contudo, essa pesquisa para a dissertação de mestrado, tem sua estrutura composta por introdução e mais 4 capítulos, terminando com as considerações finais.

O primeiro capítulo demonstra os percursos metodológicos da pesquisa, o caminho percorrido desde o início até a construção dessa dissertação. É nesse capítulo que foi apresentado o Estudo de Caso Ampliado como método de pesquisa utilizado. Ainda no primeiro capítulo, foram apontados alguns princípios metodológicos, parte do processo de busca por conhecimento, com a pesquisa bibliográfica e documental, onde foi possível explorar dados para atingir os resultados necessários. Foi então, através de leitura de livros de autores do Serviço Social, como Netto (2011), Iamamoto (2015), Oliveira (2020), Santos (2022), Silva (2009) e outros, além de autores de outras áreas de pesquisa que tem como tema as pessoas em situação de rua, como Rui (2014, 2007), Feltran (2016), Cortina (2020), assim como, artigos científicos, dissertações e teses. Também foram utilizados autores para aprofundar no tema sobre as políticas públicas, como Lascoumes e Galès (2012). Na pesquisa documental, através de documentos de equipamentos que atuam com a população em situação de rua na cidade de Franca, documentos da prefeitura, bem como matérias de jornais, foram recursos indispensáveis para coleta de dados. Apresenta-se neste capítulo do percurso metodológico, uma breve contextualização da situação econômica do país e a crise sanitária ocorrida nos últimos anos, como fatores que contribuem para a ida de pessoas e famílias para situação de rua.

O segundo capítulo discorre a respeito da situação de rua, pensada como problema público e político, ou seja, como esse fenômeno é visto pelas instituições públicas, pelo poder público e pela sociedade civil. Ademais, foram expostos dados sobre a população em situação de rua no país e na cidade de Franca, onde buscou, através de instrumentais de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como também em sites de buscas como o Cadastro Único. Os dados têm relevância, porque demonstram a realidade vivenciada nos últimos anos, principalmente com o advento da pandemia da Covid-19 que se iniciou no ano de 2020, agravando o cenário econômico no país. Ainda nesse capítulo, se discutiu sobre a situação de rua como expressão da questão social, desencadeada por fatores econômicos, como o desemprego, questões familiares, saúde mental, falta de moradia, e que, ao situar-se nas ruas, outras expressões da questão social serão desencadeadas. Ao tratar de tais assuntos, se fez relevante trazer debates acerca da situação de rua discutidos pela categoria do Serviço Social, através de debates e orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), bem como as Leis e Políticas que

defendem e garantem os direitos das pessoas em situação de rua, como a Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009 (Brasil, 2009). Para mais, o segundo capítulo da dissertação abordou a situação de rua na cidade de Franca, com a descrição de elementos característicos do município e dessa população na cidade, como locais de uso e permanência por parte das pessoas em situação de rua: os bairros, as principais avenidas, praças, pontes, em frente aos equipamentos, entre outros. Por fim, é válido ressaltar que foi inserida uma sucinta discussão no que diz respeito ao direito à cidade, através de autores que discutem o tema, como o Henri Lefebvre (2001), e comentários em notícias de jornais da cidade, como: GNC e VerdadeOn.

Já no terceiro capítulo, se discutiu a política de Assistência Social, com uma introdução histórica recente, tendo a Constituição Federal de 1988 como ponto de partida. Seguindo, discorreu sobre como se dá a atuação dessa política frente às pessoas em situação de rua e, como essa política é inserida na agenda política do município de Franca. Para tal, foi preciso buscar dados, em documentos e notícias, sobre a gestão política que está à frente da administração no município, e, para realizar um comparativo, se fez necessário voltar à gestão anterior. Ainda nesse capítulo, através de levantamento bibliográfico e documental, dissertou a respeito dos serviços da política de Assistência Social, em específico, os equipamentos que atendem as pessoas em situação de rua, como: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); Abrigo Provisório, Acolhimento Noturno e Acolhimento Dia e Serviço Especializado em Abordagem Social. Foi exposto neste capítulo o programa Moradia Primeiro, seu projeto piloto na cidade, o público do programa e como ele é efetivado. Portanto, para dissertar sobre o programa Moradia Primeiro foi necessário buscar em documentos e estudos científicos sobre o modelo de *Housing First*. A pesquisa para descrever o funcionamento dos equipamentos no município de Franca utilizou como base planos de trabalho desses equipamentos, plano municipal de assistência social e cadernos de orientações técnicas. Partindo dessa organização, o capítulo descreveu o funcionamento desses serviços, como estão previstos os atendimentos com a população em situação de rua, quantas pessoas são atendidas em cada serviço, as regras, a permanência e o acesso.

Por fim, no capítulo 4, foi possível descrever as interações das pessoas em situação de rua com o município e com os serviços da política de Assistência Social, partindo da reflexão dos participantes da pesquisa, através do campo, com a utilização de entrevistas semiestruturadas e observação participante. O quarto capítulo dessa dissertação foi desenvolvido partindo das observações em campo, principalmente do acompanhamento da equipe de abordagem social, das entrevistas semiestruturadas e de documentos disponibilizados

pelo serviço de abordagem social, onde pode descrever e discutir sobre as formas de acesso e não acesso aos serviços da rede de assistência social e que atendem especificamente às pessoas em situação de rua. Tendo como base as percepções dos participantes da pesquisa, também se discutiu a respeito dos motivos que os fazem permanecer nas ruas, (des)motivando-os de acessarem os serviços de acolhimentos institucionais. A partir da análise de dados, utilizando a etnografia, foi possível perceber fatores correlatos entre os entrevistados e participantes da pesquisa. Um dos principais fatores alegados sobre os motivos que os fazem não querer acessar os serviços da política de Assistência foi a liberdade, ou a falta dela. Ao serem questionados sobre os motivos que os fazem permanecer nas ruas diante dos equipamentos, as respostas foram que dentro dos acolhimentos a pessoas divide o espaço com 40 a 60 pessoas, tendo que dividir quartos, banheiros, além do fato de que há regras e horário para tudo; logo, a rua se torna um local com maior liberdade para essas pessoas.

Portanto, no decorrer da dissertação serão encontradas imagens que refletem a realidade vivenciada durante a pesquisa de campo, e que, conversa com a escrita podendo compor a elucidação do perfil dos participantes da pesquisa, seu modo de vida e sobre a situação de rua na cidade de Franca. Vale destacar que a pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Ponto de partida

A presente pesquisa tem como objetivo analisar e compreender as características, as necessidades, os desafios enfrentados no dia-a-dia e as condições de vida das pessoas em situação de rua no município de Franca/SP. Além disso, através da participação no papel de observador participante no Serviço Especializado em Abordagem Social, foi possível identificar elementos que contribuem para a permanência na situação de rua, diante de análises junto aos participantes da pesquisa, bem como as condições sociais e individuais que os impedem de acessar os equipamentos da política de Assistência Social.

O interesse pelo tema surgiu em decorrência do trabalho realizado como assistente social no Serviço Especializado em Abordagem Social, equipamento da política de Assistência Social que atua nas ruas e, através de buscas ativas, realizam atendimentos, orientações e encaminhamentos das pessoas em situação de rua.

Diante da atuação profissional, surgiram os questionamentos sobre os fatores que influenciam as pessoas permaneçam nas ruas, não buscando os serviços de abrigos e acolhimentos, dessa maneira, a pesquisa buscou compreender tais indagações.

Isto posto, foi preciso buscar conhecer quem são as pessoas que vivem em situação de rua em Franca, explorando os componentes da trajetória de vida dessas pessoas, como chegaram à situação de rua? Como se vivem nas ruas? E por quais motivos não buscam os serviços de acolhimento institucionais?

As pessoas em situação de rua estão inseridas, assim como a população de modo geral, no sistema capitalista, cuja estrutura é determinante para as mazelas da questão social, da acumulação e da exploração. Desse modo, essas diferenças são responsáveis diretamente pela exploração de trabalho e pelo desemprego estrutural. Pode-se dizer que a falta de oportunidades no mercado de trabalho é um fator relevante e capaz de colocar a população em situação de rua.

Conceitua a população em situação de rua aquela que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente, utiliza a rua como abrigo ou moradia, incluindo os *trecheiros* (que transitam entre cidades). Segundo sua definição, é o grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular (Simões, 2014, p. 380).

À vista disso, as pessoas em situação de rua estão inseridas em um grupo social heterogêneo que se caracteriza pela vivência de condições de vida extremamente precárias,

utilizando a rua como abrigo ou moradia, seja de forma circunstancial ou permanente. Pessoas que estabelecem suas barracas em vias públicas, ou que transitam entre diferentes cidades.

Portanto, a condição de pobreza extrema marca essas pessoas, refletindo na escassez de recursos econômicos, acesso limitado a serviços básicos e condições de vida muitas vezes insalubres. São pessoas que tiveram seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados, devido a uma série de possíveis fatores como: conflitos familiares, violência doméstica, perda de algum ente familiar ou perda total de entes familiares, desemprego, além de agravamento de outras condições econômicas ou sociais.

Analisar o fenômeno de pessoas em situação de rua requer uma abordagem multidimensional que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os fatores sociais, emocionais e estruturais que contribuem para a condição de rua.

No decorrer da pesquisa de campo, como também durante as análises de dados e escrita da dissertação foi designado a utilização do termo “pessoas em situação de rua” ou “população em situação de rua”, pois se trata de terminologia usada com mais frequência na escrita acadêmica e por profissionais que atuam com as pessoas em situação de rua, “dessa forma tanto as ONGs¹, movimentos sociais quanto às políticas públicas utilizam o termo” (Invisível, 2023), além do mais, o uso de termos pejorativos sustentam “ideias de fracasso moral e individual (ainda mais o termo ‘mendigo’ que é extremamente ofensivo), desconsideram as especificidades dessa população e ignoram a possibilidade de mudanças e saída dessa situação” (Invisível, 2023). Ainda sobre a utilização da expressão “situação de rua”, explica Pagot (2012, p. 126): “O ‘em situação de rua’ é uma terminologia adotada para se fazer a diferenciação de dizer-se ‘de rua’, ou ainda, ‘na rua’. Tal expressão designa um evento, uma passagem, um movimento e não um estado permanente”.

Com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos, conduzimos análises documentais e bibliográficas ao longo de todo o desenvolvimento desta pesquisa, explorando obras de autores que oferecem argumentos relevantes para a discussão acerca da questão social, políticas sociais, política de Assistência Social, sobre a pessoas em situação de rua vista como problemas público e político, e sobre a Agenda política de Franca.

¹ Organização Não Governamental

2.2 O cenário da pesquisa

À princípio, o cenário escolhido para a realização da pesquisa, tendo em vista alcançar os objetivos propostos, foi a rua. Entende-se como rua, nesse caso, todo espaço público, sejam as praças, calçadas, terrenos não utilizados, canteiros de avenidas, áreas de preservação, e outros. Ou seja, qualquer espaço que não seja dentro dos serviços de acolhimento institucional da política de Assistência Social.

A escolha das ruas como cenário de pesquisa se deu pelo fato de que os participantes da pesquisa escolhidos, tendo em vista atingir os objetivos, se tratam de pessoas que estão em situação de rua e que não fazem uso de nenhum equipamento da política de Assistência Social.

Objetivando se aproximar dos possíveis participantes da pesquisa através de procedimentos mais efetivos, houve o contato com o Serviço de Abordagem Social para solicitar a realização da pesquisa, pois, se trata de um equipamento que tem sua atuação pautada na garantia e efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, principalmente nas ruas. Trata-se de um serviço móvel, que visa atender os usuários da política de Assistência Social nos próprios locais de permanência dessas pessoas. É um serviço que utiliza o recurso de mobilidade para atender os seus usuários nas ruas e, não ao contrário. Não se trata de um serviço que acolhe as pessoas, contudo, há o conhecimento do município e dos locais de incidências, se tornando um importante instrumento para a realização da pesquisa.

Os lugares são contextos nos quais ocorrem muitos fenômenos, que podem ser estudados por diversos ângulos: por sua vez, um caso é um conjunto de fenômenos vistos de um ângulo particular, constituído por um conjunto de questões de pesquisa. Assim, em qualquer investigação, algumas características do lugar não serão objeto de atenção, enquanto aspectos de seu contexto mais amplo serão; e mesmo os fenômenos que constituem o foco principal podem ser abordados de maneiras que não esgotem, absolutamente, suas características (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 67-68).

Sendo assim, foram realizadas diversas conversas por telefone celular, através do aplicativo WhatsApp, com a coordenadora do Serviço de Abordagem Social, administrado pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca. A pesquisa foi aceita por parte da coordenadora e, em junho de 2022, aceita por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Com o propósito de iniciar a pesquisa depois de aceita por ambas as partes, foi feita no dia 30 de junho, uma conversa pessoalmente, entre pesquisador e a coordenadora do Serviço de Abordagem Social. Durante a conversa, ela contextualizou sobre como tem funcionado a atuação: a equipe de abordagem costuma ir em duas regiões distintas por dia, de segunda-feira a sexta-feira, uma no período da manhã e outra no período da tarde. Assim, conseguem realizar

atendimentos duas vezes por semana em cada região da cidade. Aos sábados costuma ir ao centro e no bairro Vicente Leporace, que fica na zona norte, pois, nesses dois locais aos sábados tem grande fluxo de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil.

Segundo a coordenadora, a equipe costuma sempre sair em 04 profissionais, sendo um técnico (assistente social ou psicólogo), dois educadores sociais e o motorista. Essa configuração de abordagem se dá, segundo ela, pelo fato de encontrarem muitos usuários sozinhos nas ruas e dessa maneira não causaria tanto constrangimento nem intimidações. E caso seja necessário realizar o deslocamento da pessoa atendida, de um local para outro, não precisaria deixar nenhum funcionário da equipe no local esperando o retorno dos demais.

Eles têm uma tabela com as regiões que serão trabalhadas em cada dia e cada período, bem como quem são os técnicos, educadores e motorista de cada período, como é visto na figura 1. Com isso, não há um planejamento diário, o que guia a equipe é a tabela pré-definida para semana. Além das regiões pré-definidas na tabela, eles incluem diariamente as ligações que recebem, ou chamadas por eles de “ocorrências”.

Figura 1 - Planilha de abordagens

Planilha ABORDAGEM SOCIAL						
PERÍODO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
MANHÃ	REGIÃO NORTE	REGIÃO OESTE	REGIÃO CENTRO	REGIÃO SUL	REGIÃO LESTE	FEIRA LIVRE LEPORACE
TARDE/NOITE	REGIÃO SUL	REGIÃO LESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO OESTE	REGIÃO CENTRO	CENTRO

Turnos						
PERÍODO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
MANHÃ	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	
TARDE/NOITE	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	[Obscured]	

Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Essa escolha de cenário também foi influenciada pelo trabalho como assistente social entre 2021 e 2022 no serviço de Abordagem Social, onde foi possível compreender a realidade

de Franca e do funcionamento do equipamento frente a situação de rua, além de notar o aumento substancial de pessoas e famílias tendo que se submeterem a viver em situação de rua.

Para o recorte temporal da pesquisa foi selecionado os anos de 2020 a 2023, onde foram analisados documentos dos equipamentos da política de Assistência Social como: Abrigo Provisório e Casa de Passagem, Acolhimento Noturno e Acolhimento Dia, Abordagem Social e Centro Pop. Além de notícias em meios de comunicação, artigos científicos, teses e dissertações relacionados ao tema no município de Franca.

Franca é uma cidade localizada na região nordeste do Estado de São Paulo. No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022, apontou que o município tem 352.536 habitantes. É uma cidade que tem como economia o setor calçadista, que influencia a renda média mensal do município, sendo esta de 2,1 salários mínimos (2021). Ainda segundo o IBGE (2022) quase 30% da população de Franca vivem com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

No mês de janeiro do ano de 2020 o município contabilizava cerca de 458 pessoas vivendo em situação de rua, segundo dados do Cead 2.0 (2023). No mesmo ano, os números ultrapassaram 550 pessoas em situação de rua, chegando a 641 no ano de 2022 (Cead 2.0, 2023). Já no ano de 2023 Franca atingiu mais de 1,1 mil pessoas (R7, 2023) em situação de rua.

No país todo, segundo apurou o Observatório de Pobrefobia², através de dados retirados do Cadastro Único, o Brasil tem cerca de 140 novas pessoas em situação de rua por dia (Observatório de Pobrefobia, 2023).

Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através de dados retirados do Cadastro Único, em agosto de 2023 227 mil pessoas estavam oficialmente registradas como pessoas em situação de rua. O IPEA (2023) informa que esse número não pode ser considerado como dados oficiais, uma vez que estão desatualizados, ademais, deve considerar que muitas pessoas não realizam o Cadastro Único.

2.3 Percurso metodológico e o Estudo de Caso Ampliado

Para construir a metodologia desta dissertação, foi elaborada uma pesquisa qualitativa, seguindo o método de Estudo de Caso Ampliado, de Michael Burawoy (2014) que busca dialogar com a pesquisa de campo e com a teoria, ou seja, o estudo de caso ampliado se reporta

² O observatório de Aporofobia (pobrefobia) Dom Pedro Casaldáliga, criando em São Paulo com apoio e atuação do padre Júlio Lancelotti, levou para redes sociais novo espaço de denúncias, ações de inclusão e combate à arquitetura hostil e preconceito contra pessoas em situação de rua (Giro Marília, 2023).

a totalidade como forma de trazer para dentro da pesquisa novos elementos, que muitas vezes não seria possível encontrar apenas com a pesquisa documental, bibliográfica ou, apenas com entrevistas. Ou seja, para Michael Burawoy (2014, p. 92):

O estudo de caso ampliado é, então, um modo artesanal de produção de conhecimento em que o criador da pesquisa é, simultaneamente, seu executor. O observador participante encarrega-se de todas as tarefas do processo de pesquisa em colaboração com seus sujeitos de estudo. O processo de pesquisa não é arbitrário, mas também não pode ser reduzido a um conjunto de procedimentos uniformizados. A importância da avaliação encontra-se no produto – seja com a reconstrução empurrando a teoria para frente ou apenas tornando-a mais complexa, seja com a reconstrução tornando as teorias mais parcimoniosas e com grande conteúdo empírico, seja ainda com a reconstrução conduzindo à descoberta de fatos novos e surpreendentes.

Assim sendo, Burawoy (2014, p. 61) propõe “um modelo de ciência alternativo, uma ciência reflexiva que toma o contexto como ponto de partida, mas não como ponto de chegada”. Essa ciência reflexiva que o Burawoy sugere trata-se de um modelo alternativo de ciência que destaca a importância de considerar o contexto como ponto de partida na pesquisa científica. Ou seja, ao invés de adotar uma abordagem puramente objetiva, o modelo reflexivo sugere uma atenção mais cuidadosa à presença do pesquisador no ambiente de estudo. Ela exige uma análise aprofundada das interações que ocorrem dentro das situações sociais, indicando uma compreensão mais detalhada das dinâmicas sociais. Isso quer dizer que, ao aplicar o modelo de ciência reflexivo à técnica de observação participante, Burawoy indica que de tal abordagem pode emergir o método “estudo de caso ampliado”.

O pesquisador no papel de observador deve participar ativamente, durante a pesquisa, na vida dos participantes, sugerindo uma abordagem mais imersiva e interativa do que simples observação distante. Essa participação mais imersiva destacou a importância de envolvimento pessoal e contato direto na pesquisa de campo.

Com relação ao pesquisador enquanto observador participante, deve-se buscar o diálogo interno, pois, para Burawoy (2014, p. 67), o diálogo é um princípio unificador da ciência reflexiva, ele é central para ela. Posto isto, a teoria não é vista apenas como emergindo do diálogo entre observador e participante, mas também entre os observadores consigo mesmos, destacando a importância do diálogo interno. Ele ainda reconhece que a teoria é construída por meio desses diálogos complexos e dinâmicos.

O percurso metodológico ocorreu através das seguintes pesquisas: descritiva, empírica, bibliográfica e documental. A análise descritiva é recomendável desde a definição do objeto de estudo, passando pela delimitação do lugar, tempo, revisão de literatura e coleta de dados (Oliveira, 2010, p. 39).

Durante todo processo da pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, elaborada por intermédio de leituras de livros, artigos científicos, dissertações e teses, além de outros materiais, como notícias de jornais a respeito do tema proposto.

A pesquisa documental foi realizada através de dados retirados em documentos dos equipamentos da política de Assistência Social que atuam com as pessoas em situação de rua em Franca. Documentos estes, que ficam disponíveis para toda população, em portal transparência da prefeitura (no caso do Centro Pop) e portal transparência da OSC Pastoral do Menor. Além disso, outros documentos foram fornecidos pelo Serviço de Abordagem Social, além de jornais e legislações.

A pesquisa empírica se deu através da elaboração do Estudo de Caso Ampliado, com o desenvolvimento de entrevistas, e ela, a “entrevista retira o entrevistado do seu próprio tempo e espaço e o sujeita ao tempo e espaço do entrevistador” (Burawoy, 2014, p. 63), além disso, “uma entrevista pode ser uma fonte de dados extremamente importante; pode permitir gerar informações que seriam muito difíceis, senão impossíveis, de se obter de outra forma, tanto sobre os eventos descritos como sobre perspectivas e estratégias discursivas” (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 176).

Para além das entrevistas, a pesquisa empírica se sustentou na participação como observador participante no Serviço de Abordagem Social, pois, “ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que há vantagens distintas em combinar a observação participantes com entrevistas: os dados de cada um desses métodos podem ser utilizados para dar clareza ao outro” (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 176).

Assim sendo, a pesquisa teve como objetivo estudar, de forma científica e empírica a população em situação de rua, a partir de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa utilizando a pesquisa etnográfica e a observação participante, através de entrevistas semiestruturada, tendo em vista abordar de modo amplo e crítico, que seja livre de preconceitos, julgamentos e sem estereótipos, conhecendo a realidade vivenciada pelo sujeito estudado e o grupo que ele insere. Desse modo, a estruturação deste estudo teve como pressuposto a análise crítica acerca do tema.

A pesquisa de campo foi, talvez, a principal proposição desta análise, que, por meio da observação participante, no cotidiano das pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, obteve informações da realidade concreta. Ainda, pelo olhar investigativo, através também de participações voluntárias em entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo propôs a integralização entre as pesquisas: bibliográfica, documental e empírica, realizando a triangulação a partir das análises dos dados extraídos de cada uma delas, ou seja,

“aqui, os dados produzidos por diferentes técnicas de coleta de dados são comparados. Na medida em que essas técnicas envolvem diferentes tipos de ameaças à validade, elas fornecem uma base para verificar as interpretações” (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 315). Dessa forma, ao realizar análises dos dados empíricos e bibliográficos, foi possível realizar comparações e contraposições, pois, “em nosso trabalho de campo, nós não procuramos confirmações da teoria, mas sim refutações à teoria” (Burawoy, 2014, p. 77).

A técnica de coleta de dados se deu a partir de entrevistas com roteiros estruturados e semiestruturados, pois assim, foi possível ter uma maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, além da interação interna entre entrevistador com ele mesmo. Do mesmo modo, a prática de observação participante com anotações do campo se fez pertinente à coleta de dados. Dessa forma, conseguimos alcançar respostas mais aprofundadas em cada entrevista realizada, ou diálogos durante participação no campo.

A entrevista etnográfica é o próprio tipo de identificação pessoal em contexto de desambientação. Sua relativa solenidade, acentuada pela presença do gravador, representando o público, fixa-lhe um início e um fim. Como nas cerimonia, há uma “preparação” (antes do início) e uma espécie de “continuação” (após o final). Exercite-se, pois, na observação das interações pessoais tomando notas após a entrevista (Beaud, Weber, 2014, p. 108).

A pesquisa foi realizada com pessoas em situação de rua na cidade de Franca, e que, normalmente, não tem acesso a política de Assistência Social, como o Centro Pop, Acolhimentos Institucionais e outras políticas. As estratégias de abordagens e busca ativa foram realizadas em conjunto, entre pesquisador e a instituição, sempre respeitando a rotina de trabalho da instituição. Essa participação nas abordagens teve relevância significativa no ato de identificar os locais e pessoas, que foram definidas como perfil do público pesquisado.

O pesquisador participou de uma série de busca ativas e atendimentos realizados nas ruas junto a equipe de Abordagem Social. A pesquisa foi aprovada no dia 28 de junho de 2023, na mesma data foi iniciada. Antes de ir às ruas, houve um primeiro momento de conversa e trocas, a respeito da pesquisa que seria então realizada e sobre o funcionamento do equipamento. Esse momento ocorreu entre o pesquisador e a coordenadora do Serviço de Abordagem Social, onde foram combinados os dias que seriam liberados para ir às ruas.

A ida ao campo junto a equipe de abordagem social teve início no dia 18 de julho. Conforme combinado com a coordenadora e, posteriormente com a equipe, o pesquisador foi para a sede do equipamento no período da manhã, por volta de 09h. Em seguida, o pesquisador compôs a equipe e foi às ruas para realizar as buscas ativas, conforme itinerário estabelecido por eles.

Conforme combinado com a coordenadora, a ideia de atuar como observador participante não poderia atrapalhar a rotina do equipamento, assim sendo, o pesquisador se viu adequado aos horários da equipe. O primeiro dia, assim como os outros, teve início às 09h e retorno para sede administrativa às 11h30min.

Os encontros com a equipe de abordagem ocorreram em 8 dias, todos no mesmo horário, no período da manhã. Em um deles, o pesquisador não saiu da sede, tendo ficado na companhia de uma educadora social, tendo em vista realizar um levantamento dos possíveis locais e pessoas que seriam os participantes da pesquisa.

Durante a ida ao campo acompanhando a equipe de abordagem social, foi possível passar pelas principais regiões onde há maior incidência de pessoas nas ruas. Os locais mais visitados nesses dias foram o centro, o bairro da estação, bairros da zona norte, zona oeste e zona leste da cidade. Durante os atendimentos realizados pela equipe foi possível identificar aquelas pessoas que poderiam se tornar participantes da pesquisa. Nas ruas, foi apresentado como pesquisador para as pessoas em situação de rua, durante a ida com a equipe de abordagem social, sempre que perguntado, mesmo em outro momento o pesquisador já ter atuado como assistente social no equipamento e com o público.

Posto isto, quando a pessoa correspondia com o perfil da pesquisa, havia um diálogo para explicar sobre a realização da pesquisa, posteriormente, era feito um convite à pessoa, se era interesse de ela realizar entrevista.

As entrevistas foram marcadas em outros dias e horários, pois, ao querer explorar ao máximo o que o entrevistado tem a dizer não poderia se prender ou se limitar ao horário da equipe. Para a realização das entrevistas, o pesquisador foi em horários diferentes de quando ia para campo com a equipe. Algumas entrevistas ocorreram no período da tarde e outras no período da manhã.

A ideia principal da pesquisa era realizar entrevistas com 15 pessoas, que estão em situação de rua em Franca e que não acessam os serviços da política de Assistência Social, ou seja, pessoas que dormem nas ruas, seja em praças, baixo de viadutos, que tenham barracas montadas, entre outras situações, mas que não buscam serviços de acolhimento institucional. Para condizer com o perfil procurado, a idade ou gênero independem.

Durante o dia que ficamos na sede com a intenção de identificar pessoas que poderiam participar da entrevista, 18 nomes foram obtidos, sendo que, desses 18, apenas 15 entraram na lista de entrevistados.

Diante dessa situação, ao ir para o campo em busca de realizar as entrevistas foram encontradas algumas dificuldades. Primeiro, após definir a pessoa, o dia e horário para realizar

a entrevista, em 9 vezes, ao chegar no local não foi possível encontrar com as pessoas. Uma delas, ao chegar no local a barraca não estava mais e havia sinais de que havia sido queimada, como demonstra a figura 2, e outras duas, apenas não tinha mais barracas nos locais (figuras 3 e 4).

Figura 2 - Barraca após fogo



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Figura 3 - Barraca antes de ser desfeita



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Figura 4 - Terreno já sem a barraca



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Outras tentativas de entrevistas foram em praças públicas, sendo estas, locais de grande fluxo, o que dificultou encontrar com as pessoas no mesmo lugar onde tinha encontrado junto ao serviço de abordagem social.

Após algumas tentativas frustradas, foi necessário entrar em contato com a equipe de abordagem social para buscar respostas sobre as barracas que não havia encontrado. Por que essas barracas não estão mais nos locais onde estavam antes? A barraca pegou fogo ou alguém colocou? Quem colocou?

Sobre a primeira, a equipe de abordagem social respondeu que haviam colocado fogo na barraca da pessoa, mas que a pessoa não estava no local na hora e se encontra bem. Após atear fogo na barraca, a pessoa conseguiu uma vaga no programa Moradia Primeiro e não estava mais em situação de rua naquele período.

Em outra situação, a equipe retornou no local depois que informei que não conseguia encontrar a pessoa, mesmo depois de 3 tentativas. A resposta que tiveram e que passaram para nós, é que a pessoa teria sido presa, mas não descobriram o motivo.

Posteriormente, ao realizar uma tentativa de entrevista com um outro participante da pesquisa, ao chegar no local onde ela tinha a barraca montada há meses, inclusive no dia anterior, a barraca não se encontrava mais. Ao conversar com a equipe, informaram que ele também havia conseguido uma vaga no programa Moradia Primeiro.

O prazo para qualificação e posteriormente para entrega da dissertação final ocasionou uma outra dificuldade em continuar com as entrevistas. Viu-se que o tempo para realizar as 15 entrevistas, da forma como foram feitas, não seria suficiente. Assim sendo, a quantidade de entrevistas foi reduzida para 05. Mesmo com a redução das entrevistas, acredita-se que não houve queda na qualidade, pois, “as entrevistas aprofundadas não visam produzir dados quantificados e, portanto, não precisam ser numerosas” (Beaud, Weber, 2014, p. 119).

As entrevistas ocorreram todas nos locais onde os entrevistados dormem, na rua, nos bancos, em canteiro central de avenidas, barracas montadas em praças. “Em resumo, muitas vezes, entrevistar as pessoas em seu próprio território, permitindo que organizem o contexto como quiserem, é a melhor estratégia. Isso faz com que elas fiquem muito mais à vontade do que estariam em ambientes menos familiares (...)” (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 197).

O tempo de duração da pesquisa de campo foi de 4 meses, desde o início com a aprovação do CEP no dia 28 de junho, até a última tentativa de entrevista no dia 11 de outubro de 2023. Depois disso ainda houve contato com o serviço de abordagem social para saber a respeito do paradeiro de outras pessoas.

Assim sendo, por meio desse processo metodológico, identificamos aspectos e informações que contribuíram para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo. É por meio dessa abordagem mais detalhada que a produção e o conhecimento podem emergir de maneira mais significativa.

2.4 Escrita etnográfica

A escrita da dissertação teve um caráter etnográfico, utilizando-se das análises das entrevistas aprofundadas, análises de documentos e bibliografias, como também, análise das notas escritas no diário de campo, uma vez que, “esse diário oferece uma narrativa contínua da condução da pesquisa, documentando os sentimentos e o envolvimento do etnógrafo em diferentes pontos no tempo” (Hammerslet; Atkinson, 2022, p. 265). A escrita do diário de campo ocorreu tanto nos dias em que foi possível sair às ruas com a equipe de abordagem social, quanto nos dias que foram realizadas as entrevistas. No diário de campo anotou-se as observações de interações entre pesquisador e participantes da pesquisa; pesquisador e equipe da abordagem social, equipe de abordagem social e usuários do serviço; e entre membros da equipe. Visando preservar a identidade dos participantes da pesquisa, optou-se por utilizar nomes fictícios, sendo que a escolha dos nomes usados na dissertação se deu de forma aleatória. Além disso, foram feitas anotações sobre os cenários e impressões do pesquisador sobre o campo.

O essencial da observação, no caso de interação pessoal, reside na decisão de anotar, isto é, na decisão de que se trata de um evento *importante*. Importante para você, para sua pesquisa, para sua busca. Vale mais anotar demais e depois jogar fora notas sem interesse, do que deixar de anotar algo que poderia vir a ser decisivo para sua *análise* (Beaud, Weber, 2014, p. 109).

A conversão do campo para formato de texto é cometida através da reconstrução da vida cotidiana. Ou seja, a atividade de escrita está ligada a análise. Ao elaborar uma escrita etnográfica, se está recriando os fenômenos sociais por meio de abordagens que foram selecionadas para serem descritas. O pesquisador etnógrafo precisa ter condição de identificar as técnicas de narração de histórias e aprimorar sua habilidade em descrevê-las de forma crítica (Hammerslet; Atkinson, 2022)

Contudo, a escrita etnográfica envolve a narrativa detalhada e interpretativa das observações e experiências obtidas durante a pesquisa de campo. Foi essa forma de expressão que transcendeu a mera transcrição de fatos objetivos, buscou capturar a complexidade e a riqueza dos contextos sociais estudados, a rua e o envolvimento dos participantes com ela. A

escrita etnográfica foi escolhida, pois ela não apenas relata eventos, mas também procura compreender e interpretar significados culturais, interações sociais e dinâmicas subjacentes.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, SUAS CARACTERÍSTICAS E A HETEROGENEIDADE

3.1 Pessoas em situação de rua como expressão da questão social

A situação de rua é um fenômeno que atinge diversos países e cidades ao redor do mundo, e não seria diferente no Brasil e na cidade de Franca. É uma expressão da questão social que também afeta grande parte da população brasileira há anos, e que, com o impacto da pandemia do Covid-19³ se intensificou de maneira drástica e acelerada. A Questão Social que se configura como matéria-prima para o Serviço Social, é, segundo Iamamoto (2015, p. 27), “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”.

Segundo dados do Cadastro Único, o Brasil contava até o mês de maio de 2023 com 204.244 pessoas em situação de rua cadastradas. Esse número no ano de 2020, mais precisamente no mês de março, o qual caracteriza o pontapé inicial para o isolamento social brasileiro, que configurava a estratégia para barrar a contaminação do vírus no país, perfaz o total de 142.262 pessoas cadastradas (Cecad 2.0, 2023).

Em conformidade com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a quantidade de pessoas em situação de rua no País teve um crescimento de 38% entre 2019 (ano anterior a pandemia) e 2022, alcançando um total de 281.472 pessoas nesta situação (Brasil, 2022).

Para que se possa ter uma melhor compreensão da situação de rua como problema público e político, este trabalho se propôs a levantar alguns dados a respeito do quantitativo de pessoas em situação de rua no país, bem como estudos que abordem a temática, além de leis e políticas públicas já inseridas.

Segundo consta no Cecad 2.0 (2023), os dados do Cadastro Único apenas iniciaram a contabilização de pessoas em situação de rua a partir de 2012 e que, já no primeiro mês, agosto de 2012, havia 7.368 pessoas em situação de rua cadastradas no Brasil. Esses números saltaram em 95,5% em 10 anos, indo para 170.087 no mesmo mês em 2022. No que diz respeito ao crescimento dessa população, o IPEA informou um crescimento de 211% entre os anos de 2012 e 2022 (Brasil, 2022). Um dos principais fatores que contribuem diretamente com o aumento de pessoas vivendo em situação de rua é a economia no país. Em matéria realizada em agosto

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (Brasil, 2021), que atingiu milhares de brasileiros e brasileiras em uma pandemia que durou pouco mais de 2 anos e matou mais de 700 mil pessoas.

de 2022, o jornal CartaCapital deixa evidente: “em cenário de crise econômica, fome e desemprego, 45% da população teve que recorrer a bicos para complementar a renda nos últimos 12 meses” (Cartacapital, 2022).

Fica evidente que a pandemia intensificou e agudizou as expressões da “questão social” e, por esta mesma razão, se faz necessário afirmar que a crise sanitária acontece em meio a uma crise estrutural do capital, ou seja, não é possível fazer a análise da pandemia e seus impactos se não compreendermos que sua extensão está sendo potencializada por este sistema de reprodução social que se retroalimenta das desigualdades de classe, tornando este cenário ainda mais cruel e devastador (Santos, 2022, p. 232-233).

Importante salientar que os dados do Cadastro Único são relevantes, porém, apenas contabilizam aquelas pessoas que se cadastraram no Cadastro Único tendo em vista a inclusão no sistema de benefícios do Governo, ou seja, muitas pessoas sequer têm o conhecimento do Cadastro Único, ou se conhecem, não tiveram condições, interesse ou incentivo para buscar se cadastrar.

É válido acentuar a necessidade de melhorias no que diz respeito à pesquisa e observações dos dados populacionais das pessoas em situação de rua no Brasil. Ressalta-se ainda que a contagem oficial dessa população está prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua desde de 2009, mas que, ainda, através do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) não foram incluídos, sendo apenas contabilizadas pessoa que tem domicílio fixo (Brasil, 2022).

Pode-se deduzir, através da falta de informação a respeito do problema situação de rua, dos dados ainda não suficientes para uma compreensão da real dimensão do problema, que é necessário se utilizar de meios que sejam eficazes para contabilizar a quantidade de pessoas em situação de rua, ou então, que as políticas já postas atualmente tenham os devidos investimentos, com intuito de efetivar de fato aquilo que é disposto, e propor condições para que as pessoas em situação de rua consigam a efetivação de seus direitos. Conformem observam Pierre Lascumes e Patrick Le Galès:

A presença cada vez mais visível, nas cidades, de pessoas sem teto é um fato social que os residentes urbanos não podem ignorar. Tomadas de posição associativas, relatórios públicos e, em menor escala, algumas declarações políticas apresentam, em diversas ocasiões, a dimensão da persistência dos excluídos do sistema de assistência social, dos ‘trabalhadores pobres’ que não podem ter acesso à habitação (...) (Lascumes; Galès, 2012, p. 139).

Sendo assim, através de uma bibliografia robusta e análise de projetos e leis que vigoram neste país, foi discutida a questão da situação de rua como um problema público nos tópicos a seguir deste capítulo.

3.2 Pessoas em situação de rua como problema público e político

Uma política pública é consolidada após diversos processos. Ela parte de um problema que assola a sociedade, de uma expressão da questão social. Sua discussão é levantada pela população, através de movimentos sociais e só em então passa a ser discutida pelo Estado. Ou seja, é necessário que seja percebido como um problema para haver uma solução, que seria incorporada pelo Estado, pensada, discutida e assim “um problema torna-se público a partir do momento em que os atores sociais estimam que algo deve ser feito para mudar uma situação” (Lascoumes; Galès, 2012, p. 141).

(...) o estudo das políticas sociais deve considerar suas múltiplas causalidades, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora (Behring & Boschetti, 2011, p. 43).

Para que um problema se torne público e, assim, se transforme em política pública, ele precisa passar a fazer parte da agenda do Estado. O que seria então essa agenda? Serafim e Dias (2012, p 123) discorrem:

A agenda pode ser entendida como o “espaço problemático” de uma sociedade. Um determinado tema é incorporado à agenda quando é identificado como problema passível de se converter em política pública. (...). As políticas públicas, por sua vez, seriam posicionamentos possíveis em relação a essa agenda, dadas as possibilidades teóricas, políticas e materiais apresentadas aos atores que participam do jogo político.

As políticas públicas existem para que alguns problemas possam ser corrigidos. Mas só são de fato pensadas e, porventura, incorporadas na agenda política, quando esse problema passa a ter uma proporção que cause algum alarme na coletividade. Elas começam a tomar forma quando um problema se torna bastante visível, seja pelo próprio olhar da população ou pela relevância da discussão do problema pelos movimentos sociais. Ela faz parte de uma luta da classe trabalhadora por melhores condições e qualidade de vida, assim sendo: “O problema só se torna público, quando os atores mobilizados conseguem inscrevê-los no espaço público, isto é, quando se torna objeto de atenção, de controvérsias, e que as posições se confrontam para caracterizar seus componentes, amplitudes e causas” (Lascoumes; Galès, 2012, p. 141).

As políticas públicas existem no Capital para que possam ser amenizadas as expressões da questão social, ou seja, elas são instituídas para controlar parte dessas expressões. Segundo

Netto (2011, p.36) “na escala em que se implementam medidas *públicas* para enfrentar as refrações da “questão social”, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos *sujeitos individuais* que as experimentam”.

Isto posto, quando um problema se torna público e passa a ser instituído como uma política pública, isso pode-se configurar como uma resposta do Estado não à resolução de um problema, mas sim sobre a demonstração de poder, de contenção da população em vista de beneficiar ao Estado e ao Capital. Sobre este aspecto das políticas públicas, Vieira (2022, p. 17) faz a seguinte reflexão:

Partimos da ideia de que as políticas sociais possuem um caráter contraditório; ou seja, configuram-se como ações do Estado burguês que respondem às necessidades do capital e expressam ao mesmo tempo as lutas e resistências política da classe trabalhadora, que tenciona constantemente o Estado pelo atendimento de algumas das suas necessidades concretas.

O Estado cria políticas públicas não como forma de sanar as desigualdades, pois, o Estado é Capitalista, que está instituído dentro desse sistema e se alimenta desse sistema, priorizando a manutenção da produção e acumulação. Sendo assim, as políticas públicas criadas pelo Estado servem para manter a ordem do Capital instituída, colocando pautas que estão em jogo no momento atual da discussão das políticas, que vão fazer com que governos e determinados grupos da sociedade possam se beneficiar com isso ou não. Por mais que sejam discutidas a partir de questões ligadas às classes com desvantagens socioeconômicas, tais ganhos não são apenas direcionados para elas, não são apenas pensados para suprir necessidades dessa determinada fração da sociedade e nos ganhos para tal, ou seja, para as classes menos favorecidas. Contudo, é sim pensado na engrenagem mercadológica que sustenta o sistema capitalista de superexploração, que mantém as desigualdades.

O processo de formação e evolução de um problema público não ocorre em uma sequência linear ou um movimento para adiante sem volta atrás. Podem ocorrer descontinuidades, rupturas, mutação, e a superposição ou convivência de camadas de elementos que pareciam superados (Filgueiras, 2020, p,115).

Segundo Filgueiras (2020) o fato de existirem pessoas em situação de rua no Brasil, que utilizam os espaços públicos como forma de moradia, não torna tal problema um problema público. Para que isso aconteça é preciso que haja um movimento por parte da população, de diferentes atores e analistas das causas, com um olhar que possibilita identificar a presença dessas pessoas, as expressões da questão social que as atingem, para que, a partir dessas questões pautem estratégias de intervenção.

Para além dos olhares dos atores políticos e dos movimentos sociais, para que a questão das pessoas em situação de rua faça parte de um problema público, é preciso que toda população também estejam os enxergando, seja de uma forma humanizada ou não. Para que a situação de rua possa ser tratada como problema público é necessário que seja reconhecida como problema público.

Porém, antes de um problema ser visto como um problema público, é necessário se construir como um problema, ou seja, o problema se torna um problema se construído como tal, seja por parte de uma elite econômico-política, atores políticos, movimentos sociais, instituições, etc. Nesse contexto, é correto afirmar que os problemas emergem e amadurecem por meio de discussões e são construídos por atores sociais, que pensam o problema como tal devido a sua relevância e das potenciais vantagens para resolução das questões envolvidas. Esse processo de definição de um problema é, de fato, um reflexo dos interesses políticos e dos valores que permeiam a sociedade. Sendo assim, o processo de construção de um problema é o que irá definir sobre sua incorporação na agenda ou não.

Nenhum morador da cidade pode ignorar a presença das pessoas em situação de rua, mas sim, a forma como os enxergam e os observam, podem ser diferentes. A questão é como olhar, e esse olhar é preciso para que tal problema seja visto pelo poder público.

A maneira com que a população em geral passa a enxergar, ou então, já enxerga as pessoas em situação de rua, pode ser mais violenta, a depender de cada região da cidade, se são pontos de comércio, áreas com bastante movimentação de pessoas ou não.

Visibilidade e invisibilidade das pessoas em situação de rua. São invisíveis em relação ao humano, ou seja, não são vistos como pessoas dotadas de direitos. São visíveis porque incomodam, porque ficam dias sem tomar banho, dormem nas calçadas ou praças públicas, carregam consigo diversos objetos.

Porém, para que a política social possa reparar, mesmo que minimamente, diversos problemas sociais e econômicos, assim como a situação de rua, são válidos sempre lembrar que as políticas são instauradas pelo governo e Estados que têm sua economia pautada no capitalismo, na exploração da classe trabalhadora, tendo em vista gerar lucros a um custo extremamente baixo, ou seja, as políticas sociais estão em um lugar de contradição, de relação de poder, de manter a hegemonia de classe.

Portanto, se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância (Behring & Boschetti, 2011, p. 46).

Deste modo, o reconhecimento da situação de rua como um problema público é importante para que haja soluções através de estratégias criadas a partir de um trabalho intersetorial, que envolva na gestão de um município diversas frentes e políticas públicas, como assistência social, saúde, habitação, entre outras.

3.3 Política Nacional para População em Situação de Rua e a Discussão da Situação de Rua para o Serviço Social

As políticas e legislações são importantes instrumentos para a garantia de direitos das pessoas em situação de rua, porém, quando se fala do Decreto nº 7.053 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, ele é ainda muito recente, pois existe apenas desde dezembro do ano de 2009 (Brasil, 2009).

Mesmo antes da promulgação desse Decreto existiam algumas legislações que contribuem com a defesa dos direitos da população em situação de rua, tendo como principal instrumento de intervenção a Constituição Federal de 1988, que assegura a Assistência Social para quem dela necessitar através de seu artigo 203 (Brasil). A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) também prevê, em seu artigo 23, que os serviços da Assistência Social visem a melhoria na condição de vida da população atendida e destaca, em uma de suas diretrizes, “II- às pessoas em situação de rua” nas organizações desses serviços (Brasil, 2011).

Outras discussões relevantes para se chegar a uma política voltada para a população em situação de rua foram os encontros nacionais. O I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua aconteceu em 2005 e o II Encontro Nacional ocorreu em 2009, ambos na cidade de Brasília, e foram extremamente importantes para incluir as discussões sobre os direitos e defesas das pessoas em situação de rua, além de ter gerado “visibilidade a essa realidade e reafirmou a necessidade de construção de políticas sociais por via do estado em detrimento das ações pontuais e focalizadas” (Pereira, 2019, p.103).

Diante das demais discussões através dos acontecimentos dos dois Encontros Nacionais, pautados pela Constituição Federal de 1988, na lei que rege a política de Assistência Social, foi possível incorporar o estabelecimento de uma Política Nacional voltada para as pessoas em situação de rua. Nesse sentido, de integrar uma política à agenda do Estado, Serafim e Dias (2012, p. 129) menciona que “a decisão sobre o reconhecimento de um problema e a sua incorporação na agenda está ligada ou vulnerável a uma série de fatores externos e internos, sejam eles incentivadores ou não”.

Uma vez que o problema passa a ser público e é aplicado no âmbito das leis, o debate em torno da temática passa a ser mais incrementado. No que corresponde à categoria do Serviço Social, diante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)⁴, do Código de Ética do Assistente Social, na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares de 1996. A profissão se fez e faz presente mediante as lutas em defesa e garantia dos direitos das pessoas em situação de rua. Desde o primeiro Fórum Permanente da População em Situação de Rua do Distrito Federal, que foi criado no mês de agosto de 2010, pode contar, além de pessoas em situação de rua, também com a presença de pesquisadores, profissionais e representantes oficiais do CFESS. Conforme noticiado pelo serviço de comunicação deste órgão, a categoria se posicionou pelo comprometimento com essa pauta:

A conselheira Lúcia Lopes fez uso da palavra, para apresentar o CFESS e esclarecer publicamente suas atribuições e função social, destacando o compromisso da categoria com as lutas desse segmento populacional e a posição de abertura e compromisso do Conjunto CFESS-CRESS para recepcionar, no que couber, as demandas e sugestões oriundas dos/as usuários/as dos serviços prestados com a intermediação de assistentes sociais, com o intuito de melhorar essa interlocução. (CFESS, 2011)

O CFESS esteve presente também no 1º Congresso do Movimento Nacional da População em Situação de Rua realizado em Salvador, na Bahia no ano de 2012. O evento teve uma participação relevante da população em situação de rua e teve como discussões temas como a violência sofrida por essas pessoas nas ruas (CFESS, 2012).

Dito isto, é inequívoco afirmar que o CFESS atua junto à categoria do Serviço Social de forma presente nas discussões acerca da população em situação de rua, juntamente com profissionais e movimentos sociais. Esteve presente em Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal em 2022, onde foi possível levantar debates acerca da atuação profissional, orçamento público e o foco em ocasião, que era tratar sobre os direitos dessa população, pedindo para que o poder público cumpra com seus deveres de proteção dos direitos sociais como direito à moradia (CFESS, 2022). Participou de outros eventos relevantes como o de lançamento da “Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua” que trata sobre a garantia dos direitos dessa população. Essa frente contará com o “apoio do governo federal e também dos movimentos sociais, atuará com foco na garantia de acesso à moradia, saúde e condições dignas de vida” (CFESS, 2023).

⁴ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)

Em conformidade com o que diz o Conselho Federal do Serviço Social sobre a atuação dos profissionais em relação à população em situação de rua, o assistente social que atua em diversas áreas dentro da política de assistência social, em serviços especializados para a população em situação de rua, ofertado pelo Centro Pop, sendo referenciado pelo código de ética e as leis que regulamentam a profissão precisa desenvolver sua atuação em conformidade com as demandas individuais dessas população usuárias, respeitando suas particularidades e autonomia, realizando “atividades, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que possibilitem debater a realidade social” (CFESS, 2017).

A partir do decreto 11.341, de 01 de janeiro de 2023 foi criada a Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos (DDPR), que visa responder a demandas dos movimentos sociais em relação às pessoas em situação de rua. O decreto diz ainda que irá “(...) atuar na elaboração dos planos, programas e projetos relacionados à Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)” (Brasil, 2023).

Conforme observa Cagnin (2022) acerca do direito à moradia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos inseriu o acesso à moradia no rol de garantias que prevê como essenciais à vida digna, e que essa perspectiva vai além de um direito a uma casa própria.

Isto posto, é perceptível que diversos órgãos Federais e internacionais, assistentes sociais e muitas outras áreas de atuação e defesa dos direitos discutem o fenômeno situação de rua, bem como a importância de uma habitação convencional, que pode estar diretamente envolvida em diversos fatores da vida do ser humano, como auxílio na busca por empregos, acesso a água potável, saneamento básico e a convivência social.

3.4 Características das pessoas em situação de rua do município de Franca/SP

A população em situação de rua na cidade de Franca, assim como em outras cidades médias e de grande porte, é uma população considerada heterogênea⁵ e que expressa uma característica da questão social multifatorial, extremamente diversa, constituída por homens, mulheres, pessoas idosas, adolescentes e famílias, que têm em comum a situação de rua, a situação de vulnerabilidade social, causados devido aos vínculos fragilizados ou interrompidos, o desemprego, conflitos familiares e comunitários, violência doméstica, uso abusivo de drogas

⁵ Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

e, a falta de habitação/moradia convencional. Sobre a questão da multifatorialidade, Silva (2009, p. 105) expõe:

A literatura corrente sobre o tema traz como um dos poucos consensos neste debate o reconhecimento da multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Fala-se em fatores *estruturais* (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores *biográficos*, ligados à história de vida de cada indivíduo (rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubo de todos os bens, fuga do país de origem etc.) e, ainda, em *atos da natureza ou desastres de massas* – terremotos, inundações etc.

São pessoas naturais – ou então consideradas – do município de Franca, sendo que a Assistência Social e os equipamentos deste município que atendem essa população consideram uma pessoa natural de Franca, aquelas que nasceram na cidade ou que se fixaram há um ano ou mais. E outras advindas de cidades da região e de diversos Estados e regiões do Brasil. Essas são pessoas que normalmente transitam entre cidades, considerados migrantes pelos equipamentos que atuam com essa população, que migram de cidade em busca de melhorias financeiras e qualidade de vida, tendo em vista se estabelecerem ou não em determinados municípios.

Essas pessoas na maioria das vezes optam pela região central da cidade, tanto para dormirem, como para realizar suas atividades diurnas. A escolha dessa região se dá pelo fácil acesso ao Centro Pop, restaurante Bom Prato e aos demais bairros e principais avenidas da cidade durante o dia. À noite, as marquises dos comércios ajudam na hora de dormir, seja no sereno ou na chuva, e também por ter diversas pessoas que se concentram nas praças do centro, sendo um local menos perigoso à noite.

A grande movimentação de pessoas durante os dias nessa região também torna o local um pouco menos perigoso no horário comercial, além de existir uma pequena parcela da população que contribuem de alguma forma com as pessoas em situação de rua, através de doações, seja com dinheiro, com alimentação ou roupas, como observado durante a pesquisa de campo, “durante o dia no centro da cidade é possível passar por diversas pessoas que se encontram em situação de rua e nem perceber. Pois, diferente do que dizem os estigmas sociais, não é porque a pessoa está em situação de rua que ela não tenha seus cuidados consigo mesma (Diário de Campo, 17 de agosto de 2023). Contudo, “identificar um morador de rua somente por características físicas não é recomendável, justamente porque muitos deles não são reconhecidos a partir do que se espera de um “morador de rua”, no que diz respeito a vestimentas ou maneiras de se portar, por exemplo (Pereira, 2016, p. 97), pois, “nem sempre

será possível diferenciar uma pessoa que está em situação de rua de outras que não estão” (Diário de Campo, 17 de agosto de 2023).

Ademais, existem grupos de pessoas que fazem doações de marmitas e sopas durante a semana, principalmente no período noturno; sendo assim, ter um local “fixo” é algo que favorece as pessoas em situação de rua, que necessitam dessas doações. Vale evidenciar que a fome está presente no dia-a-dia de muitas famílias brasileiras e, obviamente, também da população em situação de rua. Nesses últimos anos de pandemia foi possível notar, através de notícias que percorreram as grandes mídias, a quantidade de pessoas que voltaram a buscar alimentos nos lixos, nos restos de comidas de restaurantes ou de outras pessoas. A exemplo disso, o jornal Folha de São Paulo publicou em 11 de julho de 2022 que “um grupo de pessoas foi visto procurando restos de alimento em um caminhão de coleta de lixo na tarde desta segunda-feira na cidade Rio de Janeiro” (Vieceli, 2022). Segundo informou o G1 em 18 de outubro de 2021, “na porta de um supermercado no bairro Cocó, área nobre de Fortaleza, um grupo de pessoas procuram alimentos dentro de um caminhão de lixo” (Xerez, 2021).

Falta comida na mesa de milhões de brasileiros. Com queda na renda, persistência do desemprego e inflação que não para de subir, o problema da fome se agrava e obriga famílias no país inteiro a passar por situações degradantes para sobreviver. Flagrantes ilustram este drama, como a busca desesperada por ossos, sobras de peixe e comida vencida (Guimarães; Veleda, 2021).

Por mais que muitos grupos filantrópicos ajudem constantemente e, por mais que haja restaurante Bom Prato e alimentação servida no Centro Pop e demais instituições onde estão acolhidas pessoas em situação de rua, a fome ainda é presente. Segundo a SP Invisível, uma ONG da Capital Paulista, que tem como objetivo conscientizar a sociedade através das histórias dos invisíveis de São Paulo, ou seja, das pessoas em situação de rua, em sua publicação: *5 mitos sobre a população em situação de rua que muitas pessoas acreditam*, realizada no ano de 2021 informa sobre a fome ser presente no cotidiano dessas pessoas, ainda mais com o aumento da população em situação de rua durante e após a pandemia.

Muitas pessoas dizem que as pessoas que estão nas ruas não passam fome, pois o Bom Prato é de fácil acesso, há muitos projetos que entregam comida nas ruas e também muitas pessoas pagam marmitas nos restaurantes para quem está na rua. (...) a fome é uma realidade e precisa ser combatida com campanhas e políticas públicas, pois aumentou o número de pessoas nas ruas nos últimos dias (Invisível, 2021).

Isto posto, a grande maioria das pessoas atualmente dão preferência para ficar, dormir e trabalhar nos bairros mais centrais e principalmente no centro, nas praças onde há comércio, que auxilia nos hábitos noturnos e bastante movimentação de carros e pedestres durante os dias.

Para descrever as características das pessoas em situação de rua em Franca é preciso andar pela cidade e tomar conhecimento das ruas, dos locais onde essas pessoas se locomovem ou permanecem, de formas visíveis e não visíveis, tanto em relação ao restante da população do município, quanto em relação às políticas públicas. Tomar conhecimento de suas rotinas, desde a manhã até a noite, se andam pela cidade ou permanecem em locais fixos, o quanto andam e por onde andam. E para isso, é preciso observar e conversar.

Em frente ao Centro Pop, na região central da cidade, ficam grande parte dessa população, agrupadas em frente ao portão, com colchões ou barracas, que tem diversos tamanhos, cores e estilos, fazem uso de crack à luz do dia, sem se preocupar com seu redor.

Muitas dessas pessoas sequer fazem uso dos serviços institucionais disponíveis, como acolhimento e abrigo. Há alguns motivos como: o uso abusivo de drogas, principalmente o álcool e o crack, de forma constante durante dia e noite. Essa questão do uso pode bater de frente com as regras desses serviços de acolhimentos, que proíbem tanto o uso dentro da instituição, como entrar depois do uso, sendo válido para diversos tipos de substâncias. Outro motivo é a falta de vagas disponíveis para todas as pessoas. A demanda reprimida, assim chamada pelo município e pela assistência social, é cada vez maior, sendo evidenciada nas listas de espera desses equipamentos. Existe também a questão, que representa o caso de muitos desses usuários e, principalmente, daqueles que são os sujeitos desta pesquisa, que é o não querer ser institucionalizado, aquelas pessoas que prezam pela sua liberdade, mesmo que essa liberdade seja dormir e permanecer nas ruas.

A falta de vagas nesses serviços pode levar a uma causa “reversa”, ou seja, as pessoas que querem e não conseguem uma vaga para dormir nesses acolhimentos se veem obrigadas a passar a noite nas ruas, expostas a abusos e agressões de diversos tipos. Assim sendo, para que se possa amenizar o sofrimento de passar as noites nas ruas, o uso do álcool e do crack se tornam imprescindível para a grande maioria, como forma de escudo de sobrevivência noturna.

Todos os dias, antes das 07h00 da manhã, em frente ao Centro Pop, na região central da cidade de Franca, faz-se uma fila de um grupo de pessoas em situação de rua. Como destacado anteriormente, este equipamento público tem abertura às 7h00 horas e algumas pessoas aguardam com cobertores sobre as costas, outros com mochilas onde guardam alguns objetos pessoais e outros descansam sentados no chão junto aos animais de estimação e aproveitam para se aquecerem ao sol até que possam adentrar no serviço (Oliveira, 2020, p. 83).

A citação acima, de Oliveira (2020), refere-se ao município de Franca em um período anterior à pandemia da Covid-19, onde tal equipamento se encontrava em uma outra localização que a do período desta pesquisa. Porém, é importante salientar que algumas dessas características permanecem. As filas para entrar ainda existem, mas de maneira um pouco

diferente, haja vista que muitas barracas foram montadas na calçada do equipamento; como também, dentro do mesmo prédio há mais de um serviço que atende tal população, como o serviço Acolhimento Noturno. Assim sendo, todos os dias pela manhã, diversas pessoas ficam na porta à espera do horário de abertura do portão para poderem tomar café, tomar banho, pegar seus pertences (aqueles que deixaram) e, permanecer dentro do local durante o dia. Muitas dessas pessoas apenas entram, tomam o café da manhã e o banho e voltam para suas barracas que ficam na calçada. A qualquer momento do dia é possível notar grande movimentação em frente ao Centro Pop. Existe, ainda, aqueles que fizeram o uso do Acolhimento Noturno, que podem permanecer dentro do mesmo prédio quando o horário de acordar chega ou podem ir para a rua no lado de fora.

Não é apenas em frente ao Centro Pop, mas em diversos locais da cidade, seja de grande fluxo ou não, é possível notar o aumento substancial de pessoas sem moradia, construindo suas barracas em canteiros centrais de avenidas, em terrenos abandonados ou inutilizados (figuras 5, 6, 7 e 8), nos semáforos trabalhando de diversas formas, lavando vidros dos carros, vendendo balas ou bolachas e salgadinho, ou apenas “mangueando”⁶. Além dessa busca pela sobrevivência nas ruas, através do trabalho ou do ato de pedir, para conseguir dinheiro que irá suprir as necessidades momentâneas, há outras atividades utilizadas, conforme expõe Oliveira (2022, p.89): “(...) para a sobrevivência na rua é a subtração de bens e utensílios através de pequenos furtos e a prostituição. São formas para garantir o consumo diário de drogas como o álcool, o cigarro e o crack consumidos por essa população”.

⁶ “Manguear” nada mais é do que pedir. Muitas pessoas usam isso, falando como que conseguem seu dinheiro. Já ouvimos diversas vezes – “prefiro manguear por aí do que roubar”. Então, sempre que você ouvir “manguear”, saiba que é pedir” (Invisível, 2021).

Figura 5 - Barraca montada em terreno pela cidade



Fonte: Foto tirada por equipe da Abordagem Social, 2023.

Figura 6 - Barraca montada em canteiro central



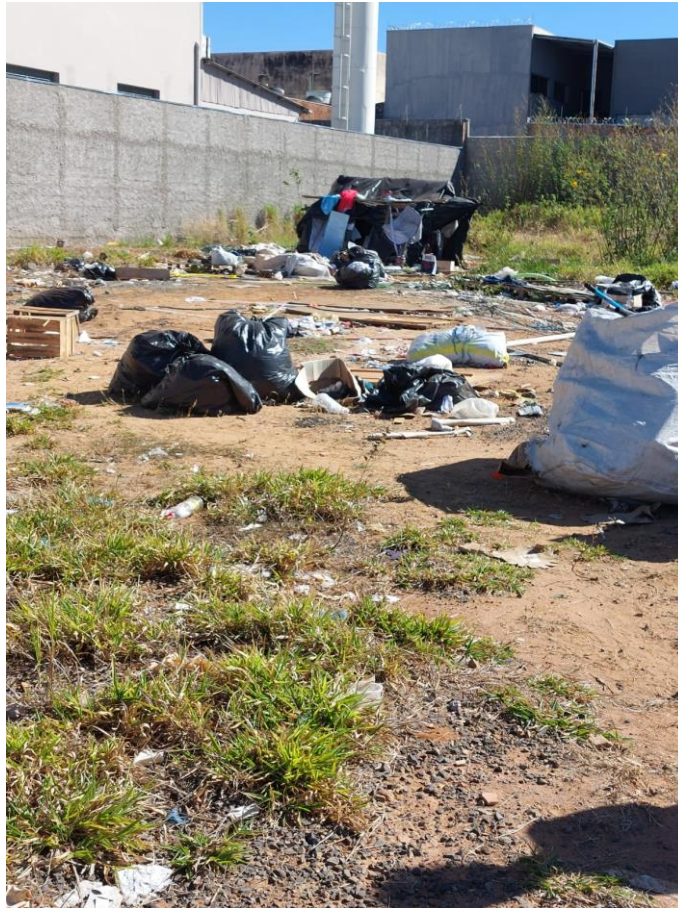
Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Figura 7 - Barraca em canteiro central de Avenida



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Figura 8 - Barraca montada em terreno



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Cada lugar da cidade tem uma especificidade de como se organizam para dormir. No centro, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, a maioria deles dorme do lado de fora da agência dos Correios, embaixo da marquise, outros escolhem as coberturas de um terminal de ônibus que fica em frente aos Correios. Algumas pessoas dormem nos bancos da praça Nossa Senhora Imaculada Conceição, nos bancos da praça do banco Itaú e outras alguns metros mais distantes, em frente a uma delegacia, ainda no centro.

O Abrigo Provisório Giuseppe Moscatti que fica no bairro Vila Gosuen, um tanto mais afastado do centro da cidade, na região norte, uma região mais periférica, é um local onde muitas pessoas em situação de rua que não possuem residência ficam. Neste bairro, encontra-se com mais facilidade pessoas que estão em situação de rua há muitos anos, que tem ou em algum momento de sua vida teve uma identificação com o bairro.

Na parte de cima do Abrigo, na Avenida Willian Azzuz, é possível notar diversas barracas robustas construídas no canteiro central e nas calçadas. Já em uma rua abaixo do

Abrigo encontra-se o paredão, que fica em um terreno grande de esquina, ali as pessoas passam dias e noites, fazem uso de drogas, principalmente o crack.

Para além desses locais de grande concentração de pessoas em situação de rua, há diversos pontos espalhados pela cidade onde é possível notar barracas, cobertores no canto de calçadas, em frente a comércios, barracas em terrenos, em locais de matas, embaixo de viadutos, dentro da cidade e em rodovias nas áreas urbanas.

Muitas dessas pessoas já foram ou ainda são atendidas pela política de assistência social do município. Ou seja, existem aqueles que fazem uso do abrigo ou do acolhimento, os que apenas frequentam o Centro Pop durante o dia, em busca de alimentação, banho e atendimento com a equipe de assistentes sociais e psicólogos; há os que buscam apoio junto aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nas regiões que permanecem ou, então, muitas pessoas em situação de rua em Franca têm como referência o Consultório na Rua, serviço móvel de saúde que atende pessoas em situação de rua. Por outro lado, grande parte da população em situação de rua não busca por atendimento em nenhum equipamento da assistência social ou voltado para a pessoa em situação de rua.

3.5 O direito à cidade e o direito à não institucionalização

A noção de pobreza é um conceito multifacetado, que está ligado não apenas ao dinheiro, mas à falta de diversos itens básicos para sobrevivência. A pobreza refere-se a pessoas que não têm acesso a moradia, a alimentação, água potável, saneamento básico, trabalho e renda, além da participação na sociedade. A pobreza vai além da falta de recursos materiais, ela está ligada a desigualdade social e estrutural, a questões culturais, políticas e sociais.

Nos anos 1950, a pobreza foi construída em torno da imagem do Jeca Tatu – preguiçoso, indolente, sem ambição; nos anos 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença. Hoje a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção (Iamamoto, 2015, p. 42).

Nesse sentido, a situação de rua está ligada à pobreza, pelas faltas de recursos econômicos e fatores sociais. Porém, o que se enxerga nessa população, é essa associação da pobreza com a criminalidade, pois enxergam as pessoas em situação de rua como o criminoso, a pessoa forte que poderia estar trabalhando ao invés de estar nas ruas pedindo. Não enxergam as diversas questões advindas da falta de trabalho, que condiciona a falta de moradia digna, de acesso à alimentação, entre outros. As pessoas em situação de rua são vistas de maneira

incômoda por grande parte da população, que tem aversão aos “pobres”, à situação de rua, os enxergam como criminosos, bem como reduz essas pessoas a objeto, que devam ser descartados em algum lugar, mas que seja distante das ruas da cidade.

A respeito da situação vivenciada pelos sujeitos que encontram nas ruas a única ou última alternativa, Elaine Teixeira Santos expõe:

Compreendemos que a rua é o caminho que se segue quando todas as portas já se fecharam, quando todas as políticas públicas falharam, portanto, esse trabalho na rua impõe ao Serviço Social uma série de desafios e exige profissionais comprometidos, criativos e propositivos (Santos, 2022, p. 237).

No que se refere aos preconceitos e discriminações vivenciados pela população estudada, demonstra como a situação de rua é percebida pela sociedade, pelos agentes públicos e atores políticos. Esses estigmas e preconceitos pelos quais passam as pessoas em situação de rua desempenham um papel integral na maneira como a situação de rua é construída como um problema público. Pois, para que o problema da situação de rua possa se tornar um problema público ele precisa ser visto como um problema, sendo assim, por mais que seja enxergado de tal maneira, ele ainda é visto e pode ser discutido em âmbito político.

O que diz respeito à questão de os usuários prezam pela sua liberdade de não institucionalização abre um parêntese, para que possa ser levantada uma discussão do direito à cidade para esses cidadãos. A política de institucionalização tem efeitos controversos, ao mesmo tempo que a ideia é abrir um espaço digno para que pessoas não precisem dormir nas ruas, é também um espaço que favorece as elites da cidade, pois, pode ser uma política de higienização, que visa não apenas acolher, mas retirar essas pessoas das vistas de outros moradores.

Sendo assim, a cidade precisa ter uma infraestrutura que atenda às necessidades dessas pessoas. Como banheiros públicos espalhados pela cidade, mais política pública de inclusão, restaurantes Bom Prato e pensar uma política que seja mais acessível às necessidades das pessoas em situação de rua; nesse aspecto, implica também priorizar a questão de moradia, que essas pessoas tenham acesso a casa, seja construída pelos municípios ou a utilização daquelas que estão em desuso.

A cidade precisa pertencer a todas as pessoas, precisa ser acessível e existir a possibilidade da convivência social entre as pessoas, independente do seu poder econômico. Mas não é isso o que ocorre nas cidades, sejam elas grandes centros urbanos ou cidades médias; a segregação das classes fica exposta nos grandes muros, prédios, condomínios fechados que contam com diversos itens de segurança, nas divisões de bairros, como também nos desejos dos

cidadãos de solicitar a retiradas de pessoas em situação de rua, simplesmente, das ruas. Sobre os problemas urbanos, Lefebvre (2001) elucida:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e ideologias dominantes na sociedade atual (Lefebvre, 2001, p. 113).

O autor ainda reitera que, “não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. (...) isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas sem ela nada é possível” (Lefebvre, 2001, p. 113).

Quando um dos principais jornais da cidade de Franca publica notícias a respeito das pessoas em situação de rua, seja qual for o caráter da matéria, os comentários nas redes sociais desse jornal fazem perceber a lógica segregacionista e violenta dos moradores da cidade em relação a essa população. Os comentários são sempre em tom de reclamação, por não querer essas pessoas nos seus bairros, associando a questão de “sujeira” e insegurança. Dizem que as pessoas em situação de rua desvalorizam seus imóveis. Nos comentários a presença maior é de pessoas que moram nos bairros ao redor da instalação do Centro Pop, com esses mesmos comentários e outros muito mais complexos. São capazes ainda de dar uma solução infalível, que seria levar todas essas pessoas para uma fazenda, para que lá eles pudessem trabalhar; levar o Centro Pop o mais longe possível da cidade, para que assim seja mais difícil essas pessoas voltarem.

Em uma notícia publicada na página do Instagram do Portal GCN em 02 de maio de 2023, intitulada “Briga entre moradores de rua em frente ao Centro Pop assusta vizinhos”, a qual noticiava sobre uma briga entre usuários do serviço dentro do equipamento, onde foi dito que sete viaturas da polícia militar foram deslocadas até o local, bem como, foi preciso o uso de spray de pimenta (GCN, 2023).

Pode-se encontrar nesta publicação diversos comentários, se não todos, a maioria, com tons de ameaças e discursos de ódio, como por exemplo, a fala de uma pessoa que questionava o uso da força policial, considerando uma abordagem amena; “Apenas spray de pimenta?” (GCN, 2023, outra pessoa pergunta se houve agressão, quase que em tom de satisfação se soubesse que sim; “Pelo menos a polícia sentou o *coro nuns* 10???” (GCN, 2023). Outros comentários, as pessoas dizem que o Centro Pop não deveria estar em área urbana: “Esse Centro Pop nem deveria ser dentro da área urbana. Ainda mais ali, central. Misericórdia” (GCN, 2023),

em outras notícias é possível notar esses comentários, sobre a ideia de levar essas pessoas para áreas rurais, para trabalharem e não retornarem para a cidade.

São diversos os comentários que contêm falas com caráter de segregação e discursos de ódio, como os expostos a seguir:

Esse maldito Centro Pop só serve *pra* abrigar marginais, é o dinheiro mais mal gasto de todas as gestões de Franca, boa era a política de antigamente, onde esse povo que vem fazer arruaça chegava em Franca e já era colocada de volta nos ônibus *pra* voltarem de onde vieram... (GCN, 2023).

Deixasse se matarem, pelo menos diminuiria os furtos em residências na vila Formosa, agressão em idosos para roubar dinheiro na vila Nicácio, furto de fiação na região (GCN, 2023).

Ao analisar outra publicação, realizada no dia 01 de junho pela mesma rede social, intitulada “Oito a cada dez moradores de rua atendidos no Centro Pop são de Franca”, é possível notar comentários mais agressivos que na postagem anterior, pois, um dos argumentos muito utilizados pela população, principalmente dos moradores do bairro Vila Formosa, onde fica o Centro Pop, é que, a maioria das pessoas que estão em situação de rua estão vindo de outras cidades, que poucos são mesmo de Franca, sendo assim, ao ver uma notícia que revela o contrário, a população se indigna. Comentários do tipo; “Difícil acreditar nesses dados aí”. (GCN, 2023), ou então, comentários que falam que fechar o Centro Pop resolveria o problema da situação de rua:

Só fechar o centro pop *q[ue]* acaba com tantos moradores de rua de outra cidade *q[ue]* vem para Franca. Já virou cracolândia nem precisa ir para São Paulo *q[ue]* todos eles vieram para Franca (GCN, 2023).

Sou a moradora mais próxima do centro pop é mentira ação social dizendo que a maioria dos Bandidos são de Franca. Vejo os Bandidos chegando quase todos os dias eu pergunto a eles de onde são a maioria são de fora. Tem muitos fugitivos, Ladrões, Estupradores aqui tem de tudo. O número de roubos em Franca aumentaram, pois, os Bandido vem atraídos pelo centro pop. E claro que Ação Social, Prefeito vão dizer que a maioria são de Franca para não gastarem dinheiro para manda-los de volta para suas cidades. Ação social, Prefeito falam que o Centro Pop é modelo. Espaço dignidade, convido a todos que passam por aqui e vão ver que estou falando a verdade (GCN, 2023).

O último comentário demonstra muito sobre o não aceitar que a situação de rua é um problema da cidade de Franca, que tem aumentado não apenas aqui, mas no País todo, e que são pessoas dessa cidade, são famílias inteiras que perderam seus meios de sustento e suas casas durante a pandemia e que continuam a perder, tendo como único meio a ida para as ruas.

Os comentários nas redes sociais deste jornal podem ser associados ao que Chalhoub demonstra em “Cidade Febril” com os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX. O quanto a população que não fazia parte das classes mais vulneráveis não aceitava o fato de esses cortiços estarem ali, além da luta de décadas por parte do próprio Estado para desmontar tais cortiços, alegando questões higienistas, fazendo associação do pobre as questões de segurança, de doenças e higiene.

Essa “briga” de classes por espaços da cidade, por buscar a segregação das pessoas em situação de vulnerabilidade sem entender ou querer entender sobre as causas da existência da situação de rua, demonstra que essa relação de poder e de quem pertence a cidade é ainda mais presente nos dias atuais.

As pessoas que comentam nessas notícias dos jornais são também pessoas que fazem chamadas telefônicas para esses mesmos veículos de comunicação para realizar “denúncias”, como forma de criminalização da situação de rua. Realizam chamadas também para os meios de segurança pública e ainda revelam uma enorme insatisfação nesses mesmos comentários, alegando que tentou de tudo, mas que ninguém pode fazer nada. Ficam indignados por saber que as pessoas em situação de rua também têm direitos. O que seria esse fazer nada?

Quando o prefeito Barata Ribeiro do Rio de Janeiro no século XIX emite uma ordem para demolir um dos principais cortiços da época e ele garante essa demolição em 24h, é aplaudido pela população e pela mídia da cidade, como narra Chalhoub (2017, p.20) nesse trecho: “nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inolvidáveis”.

Nota-se que quando a população, ao fazerem ligações para os meios de comunicação ou mesmo em canais de denúncias, o que de fato eles querem e exigem do poder público, é essa exclusão imediata das pessoas em situação de rua, das barracas que estão às vistas nas ruas, dos equipamentos que atendem as pessoas em situação de rua e que é direito desses usuários, ou seja, querem que encontrem uma alternativa imediata, levando os para longe, o mais rápido possível.

Ao analisar uma notícia no veículo de comunicação online GCN, pode-se perceber tanto na fala de quem conduziu a notícia ou na fala das pessoas que deram entrevistas, essa alusão a questão do querer que o poder público, a segurança resolva a situação de rua pelo ponto de vista desses cidadãos. A manchete intitulada “Morador De Rua Custa Até R\$ 2,7 Mil Por Mês Para Prefeitura; Brigas e Ameaças Aterrorizam Vizinhos” é de outubro de 2021 e tem como objetivo ouvir reclamações de pessoas que são vizinhas do Centro Pop.

A matéria logo no início exhibe essa fala: “Enquanto isso, os moradores da Vila Gosuen e Vila Formosa, onde estão instalados, respectivamente, a Casa de Passagem e o Centro Pop, vivem com medo e sem perspectiva de melhora a curto, médio e, até mesmo, longo prazo” (Bacelli, 2021). Essa fala vai ao encontro com a questão de associar as pessoas em situação de rua com o crime, com o medo, pelo fato de estarem em tal situação.

Uma entrevista ainda cita sobre a questão da polícia, de como ela e os vizinhos não enxergam a ação da polícia militar, que não conseguem ver resultados nas abordagens deles. Ela então declara ao GCN: “Quando eles veem a polícia, param. A polícia não pode fazer nada. Não entendo qual é o agir da polícia – não estou questionando e não posso responder pelo trabalho deles. Eles chegam lá e ‘não tem ninguém mais discutindo’, conversam e vão embora. E o moço permanece” (Bacelli, 2021).

Apesar de a notícia datar do ano de 2021, essa fala dos vizinhos ainda é algo muito presente, as reclamações, os pedidos de apoio a polícia militar e a prefeitura, tendo em vista “resolver” o problema do bairro.

4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA POLÍTICA LOCAL

Franca não é França, fei (...)
Limite loko entre o certo e o errado
Mas uma fita eu falo
No puxa faca quem puxou a faca primeiro foi o Estado
E ainda puxa!
A cada direito que é negado
A cada cidadão negligenciado
A cada violência policial
Mas se nunca é intencional, como é que o alvo é sempre igual?
 (Matuto S.A, Terra Vermelha)

4.1 As pessoas em situação de rua na agenda política local

No capítulo anterior, fora levantada a discussão sobre a complexa dinâmica que envolve a visibilidade das pessoas em situação de rua e outras expressões da questão social. Processo esse que envolve a percepção desses problemas pela sociedade, Estado e movimentos sociais, sendo transformados em temas de discussão e, conseqüentemente, em problemas públicos e políticos. Serafim; Dias (2012, p.122) consideram “a Análise de Política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o porquê e para quem aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si”. Ao considerar a citação que destaca sobre a Análise de Políticas, enfatiza-se a importância de compreender não apenas o conteúdo das políticas públicas, mas também os motivos para pensar sobre ela e, para quem elas se destinam.

Quando a situação de rua passar a ser reconhecida por um determinado governo e é destacada, desse modo, a situação de rua passa a integrar a agenda política daquele governo e torna-se crucial examinar não apenas as medidas concretas propostas, mas, os atores sociais envolvidos no processo de formulação dessas políticas. A análise desses aspectos, destacados pela Análise de Política, revela as motivações por trás da elaboração de políticas específicas e para quem essas políticas estão direcionadas, proporcionando uma compreensão mais abrangente e crítica do fenômeno em questão, no caso, da situação de rua.

Diante desse contexto de visibilidade e incorporação na agenda política, é impreterível analisar como as ações governamentais se desdobram na prática para abordar a problemática da situação de rua. A efetividade das políticas públicas destina a essa questão crucial não apenas o comprometimento do governo, mas também a capacidade de implementação e monitoramento dessas iniciativas. Nesse sentido, torna-se essencial avaliar se tais políticas abrangem não

apenas medidas paliativas, mas também ações estruturais que visam endereçar as raízes profundas desse fenômeno social. Ao promover diálogo entre as esferas governamentais, a sociedade civil e as próprias pessoas em situação de rua, se torna possível construir abordagens mais abrangentes e inclusivas, transformando não apenas a retórica política, mas efetivamente promovendo mudanças significativas na sociedade e na vida daqueles que vivem em situação de rua.

A agenda política então, são as questões que serão discutidas, debatidas e colocadas em prática durante os anos de determinado governo. Podem ser incluídas nessa agenda questões ligadas às diversas políticas públicas: como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, habitação, entre outras. A agenda política é construída pela gestão durante o processo de eleição, porém, podem passar por alterações ao longo do mandato, a depender de crises econômicas ou sociais e as demandas que a sociedade solicita, podendo gerar pressões por parte da população e movimentos políticos, sejam elas de cunho sociais ou conservadores.

Por outro lado, são indicações que permitem observar as contradições e os movimentos objetivos e subjetivos que compõem esse processo e situar a política social no contexto dos projetos societários, em especial seu lugar na agenda contra-hegemônica dos trabalhadores (Behring & Boschetti, 2011, p. 45).

A complexidade das dinâmicas sociais, indica que a política social não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser entendida dentro do contexto mais amplo dos projetos societários.

Se tratando sobre o município de Franca, é contundente discutir a respeito da gestão política municipal, do então prefeito Gilson de Souza do Democratas (DEM) que entre os anos de 2017 a 2020, assumirá o governo. Foi uma gestão onde priorizou interesses conservadores, atacando diretamente as políticas sociais e as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Tal ataque foi visível ao tentar em diversos momentos um desmonte, principalmente na política de assistência social, bem como, no que diz respeito aos serviços dessa política que atuam prioritariamente com as pessoas em situação de rua, como por exemplo o Centro Pop.

O Centro Pop em diversos momentos teve sua importância questionada pelos gestores do município entre o mandato de 2017 e 2020. Houve cortes no quadro de servidores e que, de forma proposital, não foram realocados nenhum outro para as funções. No ano de 2020, quando se iniciava a Pandemia, o serviço teve suas portas fechadas para seus usuários e, poucos meses depois, teve seu espaço fechado até para os servidores, que ficaram desalojados. O local foi realocado diversas vezes durante ao no de 2020, passando por diversos prédios com estruturas inadequadas como quadras de esportes, sem estrutura física competente e sem suporte técnico,

rede de *wifi* e telefone, que dificultou os principais meios de comunicação numa época em que o distanciamento social foi essencial e, o contato remoto foi priorizado em certos momentos. O Centro Pop só seria então reconstituído com a próxima gestão da prefeitura, que assumiria no ano de 2021, e que, tinham como os principais objetivos investir na política de assistência social.

Já na gestão do Executivo municipal entre 2017 e 2020, o Centro POP sofrera diversas precarizações, ocasionando a sua “situação de rua”, no início da pandemia da COVID-19, quando o serviço foi expulso de sua sede e realocado em diferentes espaços inadequados ao longo dos meses, sendo apenas devidamente reinstalado em junho de 2021 (Santos, 2022, p. 94-95).

O parágrafo acima visa um reflexo do que foi a gestão anterior, e como a situação de rua foi desincorporada da agenda política local, com desmontes e descrédito para atuação da política de assistência social perante ao problema situação de rua. Assim sendo, queremos discutir a seguir, sobre a agenda política de Franca no governo do prefeito Alexandre Ferreira do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que assumiu a gestão no ano de 2021, onde, diante de um cenário de crise sanitária que levou diversas pessoas e famílias a viverem em situação de rua, não teria como tal problema não incorporar a agenda da nova política, mesmo que, visando responder as partes do setor mais conservadores do município.

Adianto que não é interesse do autor defender a política da atual gestão, porém, é válido construir uma crítica comparativa entre os dois mandatos (o que antecedeu e o atual), haja vista que nessa dissertação traz a discussão do agravamento nas diversas expressões da Questão Social durante o período da pandemia, bem como a pesquisa empírica é realizada durante a gestão política atual. Contudo, é notório relatar que os dois governos têm cunho conservador em sua administração, porém houve certo diferencial no tratamento das políticas sociais.

A agenda política de Franca tem priorizado a política de Assistência Social desde o início da atual gestão (2021-2024). O governo municipal propôs estratégias nesta pasta, principalmente no que diz respeito ao trabalho com as pessoas em situação de rua, haja vista a situação de crise sanitária vivenciada desde o ano anterior.

Já a gestão anterior, além de não planejar estratégia para enfrentamento diante a pandemia, precarizou os equipamentos dessa da política de Assistência Social, negligenciando direitos das pessoas em situação de rua, colocando em prática a política de limpeza social e higienista, bem como, não dando suportes necessários para os servidores atuarem, como noticiado sobre a reformulação do atendimento e cortes na alimentação durante os anos de 2017 e 2020. “Centro Pop terá atendimento reformulado” (GCN, 2018) defendido pelo secretário Vanderlei Tristão de Ação Social na época da notícia, segundo ele, o Centro Pop tinha um custo

enorme para a prefeitura e não demonstrava resultado, sendo necessário mudanças no atendimento e corte na alimentação, segundo defendia. “Prefeitura corta alimentação do Centro Pop para ajudar idosos” (GCN, 2018), em seguida no mesmo ano o então secretário da Ação Social decide cortar alimentação do Centro Pop.

A discussão visando o possível fechamento e desmonte do Centro Pop persistiu por praticamente todo o mandato da gestão de Gilson de Souza (DEM). Em 2016, ano em que ocorreram as eleições para prefeitura, já se debatia o fim do centro pop, como notícia a manchete do jornal GCN (2016): “Maioria dos candidatos pede mudanças ou fim do Centro Pop”. Posterior às eleições, em 2017 o debate ganhou forças, sendo discutido pela câmara dos vereadores regularmente.

Houve a discussão do encerramento das atividades do Centro Pop durante todo o mandato, como foi noticiado por diversas vezes: “Vereadores defendem extinção do Centro Pop” (GCN, 2017). “Centro Pop provoca discussão entre vereadores e unespiano” (GCN, 2017). “Centro Pop volta a ser debatido por vereadores” (GCN, 2017). “Moradores de rua: fim do Centro Pop volta a ser discutido” (GCN, 2018)

Contudo, entre os anos de mandato do ex-prefeito Gilson de Souza (DEM) o fim do Centro Pop foi severamente debatido, A casa onde funcionava o Centro Pop desde 2013, teve seu fim ao serem despejados em março de 2020, durante a pandemia.

No entanto, a residência, localizada na avenida Dr. Hélio Palermo, 3.344, não é utilizada pelo serviço desde o final do mês de março, quando as condições oferecidas pelo local já não eram adequadas, devido à pandemia. (...) Segundo Lucinéia, quando o Centro Pop foi transferido para o Parque “Fernando Costa” (...) (Faleiros, 2020).

Nesse contexto, ao analisar a gestão anterior, pode-se observar um cenário preocupante marcado por uma ausência de planejamento estratégico, principalmente diante da pandemia, resultando em consequências adversas para a política de Assistência Social. A precarização dos equipamentos que atuam com as pessoas em situação de rua, tanto no que diz respeito às pessoas usuárias desses serviços, quanto das condições de trabalho dos servidores.

A implementação de uma política de limpeza social e higienista evidencia a falta de uma perspectiva inclusiva e humanitária na gestão anterior. Tal reflexão sobre essas práticas da antiga gestão é essencial para que, futuras políticas públicas sejam formadas pensando na sua eficácia perante aos desafios sociais.

Voltando a gestão atual, já no plano de governo do prefeito Alexandre Ferreira, ele prevê mudanças, ampliações e melhorias nos serviços da Assistência Social, como implantação de novos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), restauração dos Centros de

Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), realocação do Centro Pop para um novo espaço próprio, localizado na região central da cidade, além da reformulação e reformas no Abrigo Provisório e Casa de Passagem, e, implantação do Serviço Especializado em Abordagem Social e um novo espaço para um Acolhimento Noturno (Ferreira, 2021-2024).

Das propostas previstas e prometidas pelo então prefeito Alexandre Ferreira, foram colocadas em prática já no seu primeiro semestre a realocação do Centro Pop para um novo espaço físico, tal como a implantação do Serviço de Abordagem Social e Acolhimento Noturno, como noticiado por um dos jornais da cidade, o GCN:

O programa social para atender moradores em situação de rua da prefeitura municipal de Franca já está em funcionamento. Há dois dias o Espaço Dignidade (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), o antigo Centro Pop, já iniciou suas atividades no prédio onde era o CSU, na Vila Formosa. Juntamente com o novo Espaço Dignidade, caminharão outros dois programas de atendimentos e essa população criados pela Secretaria de Ação Social. Os outros são o Serviço Especializado de Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua (pernoite) (Fradique, 2021).

Sobre a nova localização do espaço físico do Centro Pop, se trata do bairro Vila Formosa, localizado em uma região central da cidade, onde, existem muitas residências e muito próximo ao local, fica uma das principais avenidas da cidade. É válido ressaltar que houve muita resistência por parte dos moradores desse bairro, que se diziam com medo do que poderia virar o bairro com a chegada do equipamento, discorrendo a respeito da insegurança que passariam a vivenciar, tendo até solicitado que fosse cumprida uma Lei que dispõe sobre o Estudo de Impacto de vizinhança (EIV). Tal estudo foi realizado com a população da Vila Formosa, mas em seguida o equipamento foi instalado no local.

Sobre o bairro onde o Centro POP seria instalado, os seus representantes descrevem a localidade em que possuem propriedade ou posse de imóveis enquanto a principal região comercial da cidade e importante via de tráfego, e que, portanto, não deveria ser escolhida para implantação de um serviço que traria tantos malefícios à localidade. Entre esses malefícios, elencam que o Centro POP promove a “cracolândia” na região, garantindo a presença de acampamentos de pessoas em situação de rua que consomem drogas e reativam as “bocas de tráfico”, até então desativadas pela polícia. Sendo assim, o serviço fomenta a insegurança no bairro, atrapalhando o comércio e o lazer dos moradores e, conseqüentemente, desvalorizando suas propriedades imobiliárias (Santos, 2022, p. 119).

Como discutido no capítulo anterior sobre o direito à cidade, sobre as pessoas em situação de rua serem vistas como “lixo”, não serem aceitas por grande parte da população que não está em situação de rua, é válido voltar nessa questão novamente aqui, pois, os moradores do bairro em questão quando foram totalmente contra a instalação do Centro Pop no bairro alegaram diversos fatores relacionados ao uso de drogas, insegurança, afirmando assim que as

peessoas em situação de rua são criminosas, bem como, em diversos momentos, com falas mascaradas de preocupação com as pessoas em situação de rua, como menciona Tulio (2021, p. 119): “para tanto, sugerem como solução que o serviço seja instalado em outras localidades, de preferência próximas aos batalhões da Polícia Militar, ou da sede da Guarda Civil Municipal”.

Ao destacar as melhorias implementadas no Abrigo Provisório, incluindo a reforma dos banheiros, e a reformulação nos serviços do próprio Abrigo e da Casa de Passagem no ano de 2022, torna-se evidente o compromisso da atual gestão em transformar as propostas da campanha em ações concretas. A ampliação da equipe de Abordagem Social e a criação de novos CRAS são indicativos do esforço em fortalecer a infraestrutura e os recursos destinados à política de Assistência Social, principalmente quando se fala em pessoas em situação de rua (Ferreira, 2021-2024). É crucial reconhecer que, embora as críticas persistam, a administração atual demonstra uma abordagem distinta ao priorizar a manutenção das políticas sociais. Este enfoque contrasta com a gestão anterior, ressaltando uma mudança de paradigma em direção a uma governança mais comprometida com o atendimento das necessidades sociais.

Entretanto, é imprescindível contextualizar a análise comparativa entre a gestão atual e a anterior, reconhecendo que as ações implementadas pelo então prefeito Alexandre Ferreira (MDB) podem parecer extraordinárias em contraste com os cortes e desmontes ocorridos durante a administração do Gilson de Souza (DEM). É importante salientar, no entanto, que a atual gestão assumiu a frente do município em meio a uma crise sanitária de magnitude inédita, fatores que demandaram respostas urgentes, a qual não poderia ser ignorada.

4.2 A política de Assistência Social e contextualização do Marco legal após Constituição Federal de 1988

A política de Assistência Social pode-se dizer, se trata de um conjunto de ações, programas e serviços desenvolvidos pelo Estado e tem como foco garantir a proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal. A Política de Assistência Social tem como marco legal, para seu pontapé inicial como direito social e como política pública a Constituição Federal de 1988, que assegura a Assistência Social dentro do tripé da Seguridade Social, em seguida, no ano de 1993 com pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e, posteriormente, a partir da LOAS foi instituído a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, para então, se chegar a forma de organização descentralizada com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (Brasil, 2004, p. 33).

A PNAS é um conjunto de diretrizes e princípios que orientam a organização e a gestão da assistência social no Brasil. Ela é parte integrante da Seguridade Social e está prevista na Constituição Federal de 1988. A assistência social é um dos três pilares da Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social.

Ela foi estabelecida pela Lei Orgânica da Assistência Social, que é a Lei nº 8.742/1993. E também define os objetivos, princípios e diretrizes que devem nortear as ações no campo da assistência social, com o propósito de garantir proteção social aos cidadãos em situações de vulnerabilidade e risco social.

A PNAS-2004 vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Couto; Yasbek; Rachelis, 2017, p. 67).

Os principais princípios da PNAS incluem a universalização dos direitos sociais, a descentralização político-administrativa, a participação da população, a integração das ações sociais, a primazia da responsabilidade do Estado, entre outros. Se trata de uma política universal, pois ela pode ser direcionada para todos e qualquer indivíduo independente de contribuição prévia ou vínculo empregatício. É descentralizada pois ocorre em todos os níveis do governo, federal, estadual e municipal, concedendo ainda autonomia para os municípios se organizarem de acordo com a demanda e realidade da cidade. A política busca promover o acesso a benefícios, programas e projetos que visem a garantia de direitos e a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. A política de Assistência Social envolve ainda a participação da sociedade e comunidade, através dos conselhos e conferências na definição, implementação e controle das políticas sociais.

A execução da Política Nacional de Assistência Social ocorre por meio do Sistema Único de Assistência Social, que organiza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em níveis federal, estadual e municipal, promovendo a articulação e integração das ações em todo o território nacional.

A PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais

inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais (Couto; Yasbek; Rachelis, 2017, p. 70).

O Sistema Único de Assistência Social estrutura a rede socioassistencial ao estipular padrões e elementos fundamentais para normatizar integralmente todos os serviços, programas, projetos e benefícios em todo o território nacional. Simultaneamente, assegura a consideração das disparidades territoriais ao reconhecer as diversidades presentes nos territórios e ao instituir a presença dos dispositivos da política de assistência nas áreas caracterizadas por maior vulnerabilidade social. Além disso, estabelece a prática da vigilância social como meio de identificar, acompanhar e avaliar o território em toda a sua multiplicidade e complexidade de relações.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (Brasil, 2004, p. 39).

Ao reestruturar suas iniciativas, a Política de Assistência Social passa por adaptações ao longo dos anos, buscando uma sintonia crescente com a realidade do país e os desafios relacionados à sua implementação. Conforme Couto; Yasbek; Rachelis (2017, p. 67) “à PNAS seguiu-se o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social (Suas), aprovado em julho de 2005 pelo CNAS (por meio da NOB n. 130, de 15 de julho de 2005)” e, com a reconfiguração das ações socioassistenciais conforme as diretrizes do SUAS em 2005 e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2012, estabelece-se a presença das unidades de atendimento em regiões caracterizadas por maior vulnerabilidade social. Além disso, ocorre a segmentação dos serviços em diferentes níveis de proteção e complexidade. Vale destacar que esses níveis incluem a proteção social básica e a proteção social especial, cada uma com diferentes graus de complexidade, abrangendo desde serviços de média até alta complexidade.

4.3 A política de Assistência Social e atuação com pessoas em situação de rua

Diante do exposto acima, é importante salientar neste capítulo sobre a importância da política de Assistência Social em relação à garantia de direitos das pessoas em situação de rua. Para tanto, foi necessária uma contextualização histórica recente a respeito da política, com

objetivo de introduzir sobre a atuação da mesma com as pessoas em situação de rua, trazendo aspectos sobre as discussões e debates realizados pelo Estado e sociedade, sendo introduzida na agenda política dos governos federais, estaduais e municipais. Também, será feita uma discussão a respeito de como essa política atua na garantia dos direitos dessa população, com quais equipamentos e ferramentas.

Segundo Marx (2017, p. 705) “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Portanto, é notório utilizar a análise de Marx e relacionar no contexto atual das pessoas em situação de rua e da política de Assistência Social.

O sistema capitalista, ao produzir constantemente uma população trabalhadora supérflua, contribui para o agravamento da Questão Social, como principalmente o desemprego estrutural, gerando pobreza extrema e desigualdades sociais e econômicas. Essas dinâmicas são refletidas na situação de rua, onde encontram-se indivíduos que não conseguem oportunidades de trabalho suficientes para atender às suas necessidades básicas.

A política de Assistência Social, nesse contexto, desempenha um papel fundamental em tentar mitigar os efeitos negativos dessa construção excedente de trabalhadores. Ela atua em vista de fornecer apoio e recursos para aqueles que foram marginalizados pelo sistema econômico. No entanto, a política de Assistência Social, com toda sua contradição, é insuficiente para abordar as raízes estruturais dos problemas.

Portanto, se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez da miséria em meio à abundância (Behring & Boschetti, 2011, p. 46).

Embora a política social seja uma ferramenta necessária para promover a justiça social e aliviar as consequências mais agudas da desigualdade, ela não é suficiente para resolver as raízes estruturais do problema.

Pessoas em situação de rua frequentemente enfrentam além a falta de moradia, barreiras para a entrada no mercado de trabalho, devido muitas vezes a discriminação social. A compreensão da teoria marxista pode enriquecer a análise dessas questões, destacando como a lógica do capital contribui para a exclusão social e econômica dessa população.

A política de Assistência Social, portanto, não deve ser apenas paliativa, mas também buscar abordar as causas estruturais subjacentes à situação dos trabalhadores, proporcionando

oportunidades de emprego, educação e treinamento, além de criar políticas que reagem às desigualdades geradas pelo sistema econômico.

À vista disso, a Assistência Social desempenha um papel fundamental na abordagem das complexas questões relacionadas às pessoas em situação de rua. Nesse contexto, diversos equipamentos são essenciais para a implementação efetiva dessa política, visando a promoção da inclusão, dignidade e garantia de direitos para essa população vulnerável.

O Centro Pop é um exemplo crucial de equipamento na política de Assistência Social, pois oferece atendimento especializado, promovendo a aproximação com as pessoas em situação de rua e possibilitando a construção de vínculos. O Centro Pop, além do atendimento, também desenvolve um papel central ao fornecer acesso a serviços como higiene pessoal, alimentação, encaminhamento para saúde, entre outros.

Outro componente importante da política de Assistência no que diz respeito a atuação com as pessoas em situação de rua, são os Abrigos e Albergues, assim como há na cidade de Franca, o Abrigo Provisório e Casa de Passagem e Acolhimento Noturno, ambos têm o propósito de ofertar acolhimento temporário, garantindo um espaço seguro e com as condições básicas de moradia para quem se encontra em situação de vulnerabilidade extrema. Além disso, esses serviços, assim como o Centro Pop, também realizam atendimentos individuais e encaminhamentos para a rede da política de Assistência Social, saúde e outras.

A atuação da política de Assistência Social no âmbito de pessoas em situação de rua também envolve as ações do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio de equipes que realizam busca ativa nas ruas, estabelecendo contato direto com as pessoas, atuando na identificação das necessidades, na criação de vínculos nas ruas e promovendo encaminhamento para serviços disponíveis no município.

Os equipamentos que compõem a política de Assistência Social desempenham um papel crucial na promoção da cidadania e na construção de alternativas para as pessoas em situação de rua. Esses recursos visam não apenas atender às necessidades emergenciais, mas, criar condições para construção de condições para o enfrentamento da realidade que essas pessoas vivem.

4.4 Equipamentos da Política de Assistência Social voltados para o atendimento das pessoas em situação de rua em Franca

4.4.1 Abrigo Provisório e Casa de Passagem

No que diz respeito à política de acolhimentos institucional, em Franca, existem o Abrigo Provisório e Casa de Passagem e, o Acolhimento Noturno. Ambos fazem parte da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Em Franca, a primeira instituição que passou a acolher pessoas em situação de rua, segundo o Abrigo Provisório (2022) foi o Albergue Noturno administrado pela Fundação Espírita Judas Iscariotes, já na década de 1950.

O Abrigo Provisório é o equipamento mais antigo instalado em Franca, existindo desde a década de 1970 na mesma instalação que se encontra hoje. Atendia já naquela época pessoas em situação de rua e imigrantes, oferecendo acolhimento, alimentação, banho e orientações (Abrigo Provisório, 2022). Desde o início da sua atuação, o Abrigo passou por diversas mudanças, ora na estrutura física, ora na administração, que em momentos ficou sob tutela da prefeitura municipal e, em outros momentos (a maior parte) e até os dias atuais, sob a responsabilidade de instituições religiosas, hoje as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

“As instalações do imóvel eram inadequadas para o atendimento, assim, na década de 1990 o Poder Público Municipal assumiu a administração do serviço e realizou mudanças na estrutura física do local. Após a reforma, entendeu-se que seria melhor que a Fundação Judas Iscariotes reassumisse o serviço, em razão da experiência no albergue noturno e assim, firmaram convênio pelo período de 05 (cinco) ano. Após o término, a administração do Abrigo Provisório “Antônio de Carvalho” voltou para o município de Franca, até janeiro de 2014. Em fevereiro do mesmo ano, a ‘Casa de Acolhida Filhos Prediletos’ assumiu o serviço destinado à população em situação de rua, migrantes e itinerantes, recendo recursos financeiros para manutenção do serviço, e o Abrigo Provisório passou a chamar ‘São Giuseppe Moscati’, cuja administração findará em julho de 2018” (Abrigo Provisório, 2022, p. 12-13).

Assim sendo, o Abrigo passou a ser administrado pela Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca⁷ no ano de 2018 e continua até o momento desta pesquisa. Quando assumiu no acima citado o Abrigo passou a acolher de forma provisória 48 pessoas por dia, podendo ser entre essas pessoas, homens e mulheres acima dos 18 anos. Além do acolhimento, oferta ainda refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar), banho, produtos de higiene

⁷ A Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca (PAMEN), associação de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, iniciou seus trabalhos em 1983 e em 14 de outubro de 1987, foi reconhecida juridicamente como Organização da Sociedade Civil (OSC) (Abrigo Provisório, 2023, p. 2).

peçoal, produtos de limpeza e produtos para lavar roupas, espaço para guardar objetos pessoais e bagagens e também, atendimentos com psicólogos e assistentes sociais.

No mesmo ano de 2018 foi inaugurado o serviço de Acolhimento Casa de Passagem, com oferta de acolhimento para 40 pessoas por dia, oferecendo os mesmos serviços que o Abrigo oferecia, mas também, contando com o serviço de fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais. Sendo assim o serviço acolhia “migrantes, itinerantes e pessoas em situação de rua e desabrigo ou em trânsito, normalmente com prazo de permanência de no máximo três meses, sendo este período discutido e avaliado pela equipe técnica” (Oliveira, 2020, p. 64).

Os dois serviços ocupavam o mesmo terreno da prefeitura, porém, havia uma divisão entre os dois e as entradas de cada serviço eram feitas separadas, por ruas diferentes e também, cada serviço era administrado por uma instituição diferente, mas ambas por meio de convênio com a prefeitura municipal. Funcionaram assim de 2018 até o ano de 2022, quando a secretaria de assistência social junto à prefeitura organizou mudanças e reformulações nos serviços, diminuindo as vagas do Abrigo de 48 para 40 e, da Casa de Passagem de 40 para 20, além disso, uniu os dois serviços em um mesmo plano de trabalho, juntado também os dois espaços físicos e equipe profissional, e entregando a administração para uma única instituição. Assim, passou a ser chamada agora de Abrigo Provisório e Casa de Passagem, sendo um único e mesmo serviço, e as vagas que antes eram de 88 nos dois serviços, agora passa a ser de 60 no total. A instituição que ganhou o chamamento público realizado pela secretaria foi a Pastoral do Menor.

O Abrigo Provisório e Casa de Passagem se encontram atualmente no mesmo espaço físico e no mesmo plano de trabalho. Dentro daquilo que está explícito dentro do plano de trabalho da instituição, o Abrigo conta com 40 vagas de acolhimento para pessoas em situação de rua, nascidos em Franca ou que estão morando na cidade há pelo menos 1 ano, entre homens e mulheres adultos, dos 18 anos para frente e, famílias inteiras, mesmo que com crianças e adolescentes de todas as idades. E no que está descrito como Casa de Passagem, a instituição disponibiliza de 20 vagas para acolhimento de pessoas em situação de rua, que são oriundos de outros municípios, que estão em Franca de passagem ou que vieram em busca de novas oportunidades. Além do serviço de acolhimento das 20 vagas da Casa de Passagem, também é ofertado passagens rodoviárias para diversos destinos, visando a volta daquelas pessoas que têm interesse para sua cidade de origem e, até mesmo para outros destinos que são do interesse da pessoa atendida.

As pessoas que se encontram em situação de rua podem ter acesso ao acolhimento no Abrigo e na Casa de Passagem através de demanda espontânea ou, por encaminhamento do

Serviço de Abordagem Social, do Centro Pop ou de outros serviços da política de assistência social e saúde.

4.4.2 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

A cidade de Franca oferta para as pessoas em situação de rua, dentro da política de assistência social, os seguintes serviços: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), Serviço Especializado em Abordagem Social, Acolhimento Institucional, Acolhimento Dia, Casa de Passagem.

O Centro Pop foi inaugurado em Franca no ano de 2013, com o Governo Federal de Dilma Rousseff, o Governo Estadual de Geraldo Alckmin e o Governo Municipal de Alexandre Ferreira. O Centro Pop é o serviço de referência para as pessoas em situação de rua, sendo que este deva ser localizado em uma região central, para que alcance mais pessoas. Em 2013 quando foi inaugurado “O Centro Pop do município de Franca, lócus desta investigação, foi inaugurado em 11 de setembro de 2013, localizado em uma região central da cidade que atende aproximadamente 300 pessoas por mês” (Oliveira, 2020, p. 68). Atualmente, em 2023, alguns atendimentos foram repassados para o Acolhimento Dia e juntos, atendem por volta de 100 pessoas por dia.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2011, p 41).

O serviço passou por diversas situações de descaso desde o ano de sua implementação, seja por parte da população não usuária, principalmente de vizinhos moradores e comerciantes, como também sofreu certas vezes o descaso por parte do governo municipal, principalmente na gestão do Gilson de Souza (2017-2020), como explicitado na seção anterior. Foram anos de desmonte por parte da gestão, foram retirados do local onde havia sido instalado em 2013 e realocado diversas vezes.

Devido a sua peculiaridade, o Centro POP deve ser implantado em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua. Geralmente essa população tende a se concentrar nas regiões centrais da cidade, sendo indicada, nestes casos, a implantação da Unidade nesta área. Nas metrópoles, e até mesmo em municípios de grande porte, o diagnóstico socioterritorial poderá apontar outras áreas de maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua, para além da região central. Frente a isto, e considerando ainda a incidência de pessoas em situação de rua,

deve ser avaliada a necessidade de implantação de mais de um Centro POP no município/DF e a definição sobre a melhor localização, para além da região central (Brasil, 2011, p. 43-44).

A última instalação foi realizada no ano de 2021, próximo ao antigo local, em uma região central da cidade. Nesse espaço foram inaugurados juntos mais dois serviços, o de pernoite e o de Abordagem Social. O Centro Pop permanecia na administração pública, já os outros dois, ficaram sob responsabilidade da Pastoral do Menor.

O trabalho do Centro Pop consiste em atendimento especializado com assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais. Os atendimentos aos usuários ocorrem de forma individual, com escuta qualificada e compreensão das demandas, podendo ser acompanhado pelo serviço e também encaminhado para outros, a depender das demandas, como confirma o Caderno de Orientações Técnicas do Centro Pop:

Ofertado no Centro POP, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é destinado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (Brasil, 2011, p. 67).

E ainda, no que diz respeito a atuação do Centro Pop, sobre acompanhamento, encaminhamento e articulação com a rede de políticas, seja ela de Assistência Social ou outras:

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua (Brasil, 2011, p. 67).

O Centro Pop em Franca é o serviço de referência para os demais dentro da política de Assistência Social e que atende as pessoas em situação de rua. É responsável por realizar acompanhamento em conjunto com os usuários do Abrigo, Acolhimento e Abordagem Social, além de promover reuniões com esses equipamentos.

4.4.3 Serviço Especializado em Abordagem Social

O Serviço Especializado em Abordagem Social, foi implantado em Franca no ano de 2021 em caráter emergencial. Devido a pandemia do Covid-19 responsável em grande parte pelo aumento do número de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e, concomitantemente, em situação de rua. Parte dessa situação vivenciada no país se deve ao grande número de postos de trabalhos fechados durante a pandemia.

Viu-se nesse cenário a necessidade da criação do serviço de abordagem social, que até aquele momento não havia em Franca. Muitas vezes, em outros anos, o serviço de busca ativa era realizado em dias de chuvas ou frio intensos, pelo próprio Centro Pop. Surgiu a necessidade de ir às ruas, com a intenção de identificar situações de risco e vulnerabilidade, com possíveis famílias e pessoas em situação de rua, que não tinham o conhecimento dos serviços existentes ou mesmo de suas localidades, além de contribuir com o atendimento dessas pessoas nas ruas.

O Serviço de Abordagem Social é responsável em grande parte por atender as pessoas nos locais de incidência, ou seja, nas ruas e encaminhá-las aos serviços e equipamentos disponíveis no município, como Centro Pop, Abrigos, Acolhimentos e outros, a depender da demanda das pessoas atendidas.

O Serviço Especializado em Abordagem Social é um equipamento da política de Assistência Social, que atua no âmbito da Proteção Social Especial, de Média Complexidade. O referido equipamento tem como objetivo atender as situações de vulnerabilidade social e as múltiplas expressões da questão social que se manifestam nas ruas dos municípios. Ele está descrito na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), aprovada pelo resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, como um serviço que é ofertado de forma continuada e programada, que tem como finalidade assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa pretendendo identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas que estejam em situação de rua e outras expressões da Questão Social que esteja exposta nas ruas. A descrição da Tipificação Nacional (2014) diz ainda sobre os locais o qual o serviço de abordagem deve atuar no município, sendo as praças, fronteiras, qualquer espaço público onde é realizado atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas, como centros de cidade e outros locais onde há diversos tipos de comércio, terminais de ônibus, trens e metrô. Vale ressaltar que bares e restaurantes que funcionam nos períodos noturnos, também são locais onde há a existência de grande fluxo de trabalho infantil, bem como terrenos particulares ou de prefeituras, sem uso, são locais onde pessoas que estão em situação de rua montam suas barracas.

O serviço de abordagem social deve atuar nos territórios através da busca ativa, onde irá realizar atendimentos e identificar as possíveis situações de risco pessoal e/ou social nas ruas, além de promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas na perspectiva de garantia de direitos. A abordagem social é um serviço móvel, que faz parte da política de assistência social e tem como propósito também, realizar uma ponte entre as ruas e os demais serviços da rede, através de orientações e encaminhamentos.

A abordagem de rua é uma das portas de entrada para o atendimento, momento em que se começa o estabelecimento de vínculos dos moradores de rua com os profissionais. Ademais, há moradores de rua que não são atendidos periodicamente pelas instituições, ou até mesmo não usufruem de qualquer serviço (Pereira, 2016, p. 100).

Diante o exposto, sobre a descrição do serviço e locais de atuação é válido ressaltar que os usuários deste equipamento podem ser: crianças e adolescentes, que podem estar em vivência de trabalho infantil, através de diversas atuações, como venda de objetos ou lavagem de vidros de carros em semáforos, seja no tráfico de drogas ou na exploração sexual; jovens, adultos, idosos e famílias inteiras em situação de rua, de risco pessoal e/ou social e que utilizam as ruas como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Este equipamento deve estar referenciado ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) ou Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). O referenciamento em questão dependerá dos objetivos e das situações apresentadas pelos municípios.

Tem como objetivos construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de assistência social e outras políticas públicas: seja em serviços da Proteção Social Básica e Especial; outros serviços de políticas públicas setoriais; organizações da sociedade civil; órgãos do sistema de garantia de direitos; instituições de ensino; serviços, programas e projetos de instituições não governamentais; e benefícios assistenciais. Identificar as famílias e indivíduos com direitos violados, bem como as violações, e as condições em que vivem, além de promover ações em conjunto com a pessoa atendida e a rede de assistência social com a finalidade de possibilitar o acesso a emprego, habitação e convivência familiar.

A partir dessas ações é possível a coleta de informações que possibilita a análise sobre o real alcance das políticas públicas destinadas a essa parte da sociedade, por isso, considera-se a abordagem social um dos instrumentos operacionais extremamente importante para nortear os profissionais quanto ao enfrentamento da realidade de quem está em situação de rua e vulnerabilidade (Reis; Oliveira, 2019, p. 189).

Situado o que é o serviço de abordagem social, os locais de atuação e usuários que podem ser atendidos pelo equipamento de forma ampla, é válido dispor sobre a atuação com as pessoas em situação de rua.

O atendimento realizado com as pessoas em situação de rua parte da metodologia do equipamento, com a ida às ruas em busca de realizar abordagens e busca ativa. Aqui “é importante esclarecer que o termo Abordagem significa chegar ou se aproximar de alguém” (Paraná, 2018, p. 5). A partir do mapeamento do município e de casos de incidências avistados no território diante a atuação da equipe, eles se deslocam até a pessoa que possivelmente está

em situação de rua, de risco pessoal e/ou social para realizar uma primeira aproximação. Na sequência da aproximação, é necessário apresentar o equipamento, a equipe e a proposta, em seguida fazer o atendimento da pessoa com o intuito de conhecer sua história de vida e identificar se e quais direitos foram violados. Diante a compreensão das violações dos direitos, a equipe deve orientar e encaminhar a pessoa para o ou os devidos equipamentos da rede, no caso, pessoas que se encontram em situação de rua, vai depender do que o município oferta, entre Centro Pop, Abrigos e Albergues, além dos benefícios e órgãos de atuação de defesa dos direitos.

Em Franca o serviço de abordagem social obteve sua implementação no mês de abril do ano de 2021, tinha como objetivo a responsabilidade de atuar na resolução das múltiplas expressões da Questão Social, principalmente no combate ao crescimento desenfreado de pessoas e famílias inteiras, que estavam perdendo seus empregos, familiares que proporcionaram os suportes necessários, bem como os seus lares, tendo as ruas como último local de refúgio. Outrossim, o trabalho infantil era mais uma situação que assolava as ruas do município, tendo em vista que à época, devido à crise sanitária da Covid-19, fazia por volta de um ano que as escolas estavam fechadas. Acrescendo a tal situação, com diversos postos de trabalhos fechados, a única saída que muitas famílias e até mesmo adolescentes viam, era o trabalho nas ruas. Em busca de barrar ou amenizar os problemas que Franca enfrentava com a questão da Pandemia, a Secretaria de Ação Social propõe reformulações nos serviços que existiam, como também a implementação de novos equipamentos, capazes de amenizar os riscos acima descritos, como diz o Plano de Trabalho do serviço de abordagem social:

Para amenizar toda a problemática vivenciada, o município implementou em 2021 através da Secretaria de Ação Social, os Serviços de Abordagem Social, para atender até 50 pessoas/dia e o Acolhimento Noturno, para atender até 40 pessoas/noites, além de manter os serviços já prestados pelo Abrigo Provisório (até 48 pessoas) e Casa de Passagem (até 40 pessoas). Além desses serviços, implantou o Projeto 'Moradia Primeiro', subsidiando moradia para que as pessoas iniciem o processo de saída das ruas, O projeto está atendendo aproximadamente 60 pessoas (Abordagem Social, 2022, p. 08)

A implementação no município se deu por meio de chamamento público, onde a prefeitura busca uma parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC), instituições do terceiro setor, no caso “o serviço, executado em Franca desde 2021 sob termo de colaboração entre a Pastoral do Menor e a Prefeitura Municipal, vem emergir sobre a importância do mapeamento das abordagens” (Abordagem Social, 2022, p. 10).

Passado um ano da implementação do serviço de abordagem social, o município viu a necessidade de aumentar a equipe, visualizando a possibilidade de atuar melhor nas diversas

frentes. Assim sendo, através de um novo chamamento público, onde a mesma instituição, a Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca foi aprovada para dar continuidade com a parceria, tendo em vista agora uma ampliação dos cargos dispostos, a partir do dia 01 de junho de 2022, como descrito no Relatório Semestral do equipamento: “nesta data, foi realizada acolhida dos novos profissionais que passaram a compor a equipe, sendo formada por: 2 (dois) psicólogos, 2 (duas) assistentes sociais, 8 (oito) orientadores sociais, 2 (dois) motoristas e 1 (uma) coordenadora (Abordagem Social, 2023, p. 2). O horário de funcionamento do equipamento vai das 8h da manhã até as 20h da noite de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 8h ao 12h.

Dessa forma, a equipe alterou sua forma de atuação, sendo dividida em três frentes: a) a de atuação com trabalho infantil; b) com pessoas em situação de rua e; c) com o Programa Moradia Primeiro. Assim sendo, as equipes ficaram responsáveis apenas pela sua frente, o que ampliou os atendimentos.

No primeiro momento é realizado uma aproximação e identificação da pessoa, em seguida a equipe inicia o atendimento, com a apresentação do que é o serviço de abordagem social e dos profissionais que estão naquele momento. Ainda nessa parte, é realizada uma apresentação da rede dos serviços da assistência social, saúde e outras políticas, caso as pessoas não tenham o conhecimento.

Depois de realizada essa apresentação, a equipe faz a escuta da pessoa atendida, para conhecer sua história e identificar possíveis encaminhamentos. Durante o atendimento também são coletados os dados das pessoas atendidas, visando conhecer a pessoa. Em seguida, é feito os encaminhamentos, caso a pessoa queira, no caso de pessoas em situação de rua. Esses encaminhamentos em Franca, podem ser para o Acolhimento Noturno, Abrigo Provisório, Centro Pop, Acolhimento Dia, Cadastro Único e outros serviços que atuam na perspectiva de garantia dos direitos.

Por fim, a atuação com as pessoas em situação de rua em Franca através do serviço de abordagem social é realizada quase que diariamente, é pautada na criação e manutenção dos vínculos com essas pessoas, “dessa forma, também pode-se considerar a abordagem social como um processo de trabalho pautado no planejamento, na aproximação com escuta qualificada e na construção de vínculo de confiança com as pessoas e famílias em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social” (Reis; Oliveira, 2019, p. 189). A equipe passa em todas as regiões do município durante os dias da semana, podendo ser o único serviço que atende muitas pessoas, que na maioria das vezes não querem ou acabam não buscando outros equipamentos quando encaminhadas.

4.4.4 Acolhimento Noturno e Acolhimento Dia

O serviço de Acolhimento Noturno tem sua implementação na cidade de Franca, primeiramente no ano de 2020 com caráter emergencial, quando a pandemia da Covid-19 alcançava diariamente seu recorde de contágio e mortes devido à doença. Foi então, a partir dessa situação, que o município abriu de forma provisória um espaço para acolher as pessoas em situação de rua que ficavam na lista de demanda reprimida do Abrigo Provisório, ou mesmo que não buscavam por acolhimento. O serviço foi aberto de forma provisória, por 03 meses e sendo administrado pela Pastoral do Menor. Além de ter como objetivo a proteção das pessoas em situação de rua devido a Covid-19 ele também foi importante equipamento para proteção dessa população em tempos de chuvas e frio intensos em Franca. O Acolhimento Noturno provisório funcionou em um ginásio poliesportivo no colégio Champagnat e oferecia cerca de 50 vagas por dia, para homens, mulheres e famílias.

Após esse período de 03 meses o acolhimento teve as atividades encerradas, mesmo que a pandemia estivesse longe do término. Contudo, no ano de 2021 com a nova gestão à frente da administração do município, ter um novo espaço para Acolhimento tornou-se uma das promessas. Um espaço que tivesse o objetivo de proteger as pessoas em situação de rua da doença que ainda assolava o país que, na época, ainda não tinha vacinas, bem como, ter um espaço para acolher as pessoas em situação de rua em dias de frio intenso e/ou de fortes chuvas.

Foi então que em 2021, com a nova e atual gestão assumindo o município foram criados novos serviços, visando ampliar a rede de atendimento para as pessoas em situação de rua, que até então contava com o Centro Pop, Abrigo Provisório e a Casa de Passagem. No novo plano do governo municipal estavam previstas mudanças, sendo a principal delas a instalação do Centro Pop em um novo espaço físico, que fosse adequado e próprio da prefeitura, além da implementação de um serviço de pernoite que atendesse cerca de 40 pessoas por noite e o Serviço de Abordagem Social, todos instalados no mesmo prédio.

O Centro Pop e Abordagem Social foram inaugurados nas primeiras semanas do mês de maio de 2021, já o serviço de pernoite teve que esperar mais alguns dias para iniciar os atendimentos.

Quem assumiu a administração do serviço foi a Pastoral do Menor, que ganhou através do chamamento público o serviço de pernoite juntamente com o de Abordagem Social, que faziam parte de um mesmo plano de trabalho. Ambos serviços seriam disponibilizados de forma provisória e de caráter emergencial, por 9 meses. Depois que passasse os 9 meses, a prefeitura iria analisar e poderia se tornar serviços efetivos do município. Foram disponibilizadas 40 vagas

por noite. O serviço iniciava às 18h e se encerrava às 08h. A equipe de funcionários contava apenas com a coordenação e administrativo, ambos compartilhados com o serviço de Abordagem Social e com cuidadores sociais.

A forma de organização do serviço passou a ser discutida em conjunto com o Centro Pop, já que os dois estavam no mesmo prédio e atendiam as mesmas pessoas. Tal divergência na maneira de administrar causava confusões para os serviços e, principalmente, para os usuários.

Quando terminou os 9 meses de contrato dos dois serviços a prefeitura conseguiu prorrogar por mais 3 meses, fechando um ano completo. Em seguida, a secretaria de assistência social junto à prefeitura fez uma nova organização de todos os equipamentos da política de Assistência Social que atua com pessoas em situação de rua, visando implementar de forma efetiva o serviço de pernoite, chamado de Acolhimento Noturno e o serviço de Abordagem Social. Com isto, foram feitas algumas reformulações, como visto sobre o Abrigo Provisório e Casa de Passagem. A mudança no serviço de Abordagem Social ocorreu com a ampliação do quadro de funcionários, de educadores sociais, assistentes sociais e a contratação de psicólogos.

Já no Acolhimento Noturno, a primeira mudança foi separar o serviço da Abordagem Social, transformando os dois em um serviço. A equipe de Abordagem Social mudou de local e no chamado Espaço Dignidade permaneceu o Centro Pop e Acolhimento, agora chamado de Acolhimento Noturno e Acolhimento Dia.

O serviço passa a acolher agora 50 pessoas por noite e mais 80 pessoas durante o dia. Deixa de fornecer apenas o acolhimento durante a noite e passa a fornecer ainda: passagens rodoviárias, orientações através de atendimentos com assistente social e psicólogo, alimentação no café da manhã e tarde e almoço. Antes, quem fornecia o café da manhã e tarde e o almoço era o Centro Pop, o Acolhimento disponibiliza apenas do jantar, agora, com a mudança o serviço administrado pela Pastoral do Menor fornece todas as refeições, inclusive nos finais de semana e feriado, dias que não eram servidas as refeições, pois o Centro Pop não abria. O Acolhimento tem dentre os seus objetivos:

- Garantir proteção social, tendo em vista o respeito à privacidade, aos costumes, tradições e a diversidade (arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual);
- Desenvolver condições para preservação da integridade e autonomia da população em situação de rua; - Garantir acesso às cidades de origem ou outros destinos através da concessão de passagem rodoviária mediante avaliação da equipe e respeitando a autonomia dos usuários;
- Promover o acesso à rede socioassistencial e encaminhamentos para a Unidade do Centro Pop;
- Promover o acesso às demais políticas públicas e órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos;

- Conscientizar a população sobre a importância do serviço para a população em situação de rua, evitando práticas assistencialistas, segregacionista e higienista (Acolhimento Noturno, 2023, p. 13).

Tal reformulação feita nos equipamentos e a implementação do serviço de Acolhimento e Abordagem Social não se caracteriza um ganho propriamente dito, pois, só foi possível realizar esse feito pelo grande aumento de pessoas e famílias que passaram a viver em situação de rua durante a pandemia da Covid-19. Disponibilizar mais serviços especializados e mais vagas em acolhimentos e abrigos é um direito das pessoas em situação de rua. É um dever dos governos diante de uma catástrofe que foi a pandemia da Covid-19, porém, o fato de ter que abrir mais vagas significa que cada vez mais, o número de pessoas vivendo em situação de rua aumenta, não pode ser considerado ganho algum.

4.5 Dos programas oferecidos: Moradia Primeiro

Após a implementação do serviço de Abordagem Social no ano de 2021, a equipe que iniciou o trabalho passou a ir às ruas todos os dias, mesmo em tempos de *lockdown* estabelecido pelo governo Federal. Realizava atendimentos com as pessoas em situação de rua tendo em vista encaminhá-los para os serviços de Abrigo e Acolhimentos, além de outras pessoas em outras situações de vulnerabilidade social. Nos meses de *lockdown* passou a entregar marmitas nas ruas no horário de almoço, prevendo que o grande número de estabelecimentos fechados dificultaria o acesso das pessoas à alimentação e também ao dinheiro que conseguiam manguendo.

Portanto, o equipamento permaneceu grande parte do dia nas ruas e conseguiu identificar e acessar diversos locais onde as pessoas que frequentavam, geralmente não tinham acesso aos serviços fixos da assistência social. Um desses locais se tratava da antiga estação de trem ferroviário da Mogiana, que fica no bairro da estação. Nesse local um grande número de pessoas em situação de rua passava dias e noites, quase sem sair dali.

Diante dos números da Abordagem Social e dos serviços de acolhimentos que estavam todos lotados, mesmo tendo aumentado o número de vagas, a gestão pensou em alternativas de acolhimento para essa população. Posto isto, foi pensado e introduzido o projeto piloto espelhado no *Housing First*, que segundo Guilherme Cagnin (2022, p. 344) “o modelo foi desenvolvido inicialmente em Nova Iorque, na década de 90, pelo psicólogo Sam Tsemberis, e vem sendo implementado progressivamente em um número crescente de países como Estados Unidos, Canadá, Portugal, França, Espanha, entre outros”.

A inovação do modelo Housing First consiste na inversão da intervenção “em escada”, predominante em muitos países. A intervenção “em escada”, modelo ainda vigente no Brasil, pressupõe a existência de um continuum de estruturas e serviços, começando nos centros de alojamento, passando por programas residenciais de grupo com apoio intensivo e atividades muito estruturadas, por apartamentos de grupo supervisionados e culminando no acesso à habitação independente. A perspectiva de intervenção subjacente é que as pessoas necessitam desenvolver competências e aderirem a planos de tratamento até estarem aptas para viver de forma autônoma. À medida que vão desenvolvendo essas competências, as pessoas vão transitando para contextos habitacionais com menos suporte e supervisão. Contudo, a avaliação destes programas concluiu que, na maioria das vezes, as pessoas ficam retidas num ponto desse continuum (Brasil, 2019, p. 21).

Portanto, o *Housing First* foi pensado visando romper com a lógica etapista como é administrada a atuação com as pessoas em situação de rua, onde a pessoa é atendida nas ruas e encaminhadas para serviços de Abrigos e Acolhimentos, ou então, buscam esse primeiro atendimento nos Centro Pop e são encaminhados para os demais serviços. “Este modelo de ação pública é chamado entre os especialistas de “modelo escalonar”. Por outras palavras, é a progressão, comparada a uma escada que conduz da rua à residência, por meio da qual as pessoas sem abrigo devem ascender com a ajuda das instituições” (Gardella, 2016, p.146). Uma vez que estão acolhidos nos equipamentos, buscam pela regularidade de seus documentos, criam currículos e vão em busca de empregos. O que acontece na prática, é que, estar em instituições de acolhimentos, não tendo seu próprio endereço, dificulta na busca por empregos, realçando os preconceitos dos empregadores ao ver onde a pessoa está ficando. Então, esse modelo de *Housing First* ou Moradia Primeiro surge como alternativa para quebrar esse modelo de saída das ruas, oferecendo à princípio a casa, o endereço para pessoa, possibilitando maior autonomia, para que depois de estabelecida em uma residência, tenha acompanhamento dos serviços e políticas necessárias.

Ao contrário da intervenção “em escada”, o modelo Housing First coloca o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção e disponibiliza serviços de apoio ajustados às necessidades concretas dos participantes (Brasil, 2019, p. 21).

Em Franca, o projeto piloto do Programa foi chamado de Moradia Primeiro, tradução usada também pelos municípios que implementaram anos antes. A princípio, o projeto piloto atenderia entre 10 a 20 pessoas em situação de rua. A inserção no programa seria de responsabilidade compartilhada entre todos os serviços. As regras eram simples, a pessoa teria que estar em situação de rua um pouco mais de 3 anos e estar em Franca há pelo menos 1 ano. A pessoa que fosse beneficiada teria que ir em busca de uma casa, apartamento, cômodo ou até mesmo quartos em hotéis e pensões e avisar o serviço de referência dela. Receberiam um valor de R\$: 400,00 por mês. Os móveis, as contas de água e energia ficariam sob responsabilidade

da pessoa. E o acompanhamento seria dividido entre os serviços. Essa forma de organização entre serviços, usuários e proprietários que se criou no início perpetua até os dias atuais, como podemos ver no Relatório Semestral do serviço de Abordagem Social, responsável pelo acompanhamento do Programa hoje:

Após inserção no Programa, o beneficiário obteve livre arbítrio para escolher uma residência que melhor atendia às suas necessidades ou morar em um local sugerido pela equipe. Após a escolha, beneficiários e profissionais se reuniram com o proprietário no local para conhecer o ambiente, realizar a assinatura dos contratos e apresentar as regras do Programa (Abordagem social, 2022, p. 32).

Também há pesquisas que mostram que ter um local próprio possibilita ao indivíduo uma melhor sensação de escolhas individuais:

A habitação independente está também associada a um maior sentimento de escolha e de fortalecimento individual. A escolha dos participantes sobre onde moram e com quem vivem e sobre os serviços que recebem aumenta a estabilidade habitacional, a satisfação com a casa e a qualidade de vida (Brasil, 2019, p. 24).

Desta forma, o projeto piloto, como é chamado pela secretaria de assistência social, foi implementado entre o primeiro e segundo semestre de 2021. No ano seguinte, em 2022, devido a alta demanda pelo programa, a secretaria conseguiu aumentar o número de vagas disponíveis. Atualmente o Programa moradia primeiro em Franca continua com as mesmas características, porém, desde junho de 2022 há uma equipe dentro do serviço de Abordagem Social que é responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento do Programa. O Programa conta com 110 vagas e o valor aumentou para R\$: 459,00, além da possibilidade de a pessoa beneficiária receber um cartão alimentação.

É afirmativo que a inclusão do Programa Moradia Primeiro no Brasil é recente, assim como o conhecimento e discussão sobre o Programa através dos municípios. São poucos aqueles que colocaram em suas agendas políticas e concluíram com a implementação. No Brasil, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS foram dois municípios pioneiros no que diz respeito ao Programa Moradia Primeiro. “No município de Curitiba/PR, em dezembro de 2018, o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua, em parceria com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba, deram início ao Projeto Moradia Primeiro” (Brasil, 2019, p. 119). Em Porto Alegre o ano que iniciou o Programa também foi em 2018 e, diferente de Curitiba que o município não contava no ano de 2018 com nenhum financiamento público, em Porto Alegre “é gerido e implantado pelo poder público municipal dentro da Política da População em Situação de Rua (PopRua)” (Brasil, 2019, p. 129).

À vista disso, é de suma relevância o Programa implementado no município de Franca, pois se trata de uma cidade de médio porte e de interior, que tem sido desde 2021 uma das pioneiras a dar início ao Programa de Moradia Primeiro. Porém, o programa tem muito o que evoluir, seja pelo valor cedido aos usuários que é incompatível com a normativa de moradia salubres, pois, os valores de aluguéis no município são altos.

Assim, moradia adequada não é apenas um abrigo com teto e paredes para a proteção das intempéries, mas deve apresentar boa salubridade, possuir dimensões suficientes para a família, estar dotada de serviços públicos básicos, tais como, esgoto, água potável, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação, transporte público e fácil acesso aos equipamentos sociais de educação, saúde, cultura, lazer, dentre outros serviços, conforme as realidades locais e que assegure qualidade de vida. Ressalta-se, que o acesso à moradia adequada deve ser a um custo compatível às condições de cada família, portanto, o direito à moradia deve ocorrer independentemente da situação financeira das pessoas (Brasil, 2019, p. 97-98)

Além disso, o valor também não vai de encontro com a ideia de liberdade de escolha dos usuários, haja vista que pelo valor de R\$459,00 às escolhas de bairro ou mesmo de moradia se limitam ao mínimo. Uma medida que é necessária ser tomada no país, não apenas em Franca, seria a de construção de casas pelo próprio Estado.

5 LIBERDADE E POBREZA: OS DESAFIOS QUE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ENFRENTAM AO PERMANECEREM NAS RUAS

5.1 A permanência nas ruas por não acessarem a política de Assistência Social

Para compreender os motivos que levam as pessoas a permanecerem nas ruas, diante da possibilidade de irem para serviços existentes da política de Assistência Social, fizemos uma série de questionamentos, mesclando entrevistas e acompanhamento da equipe de Abordagem Social. Os principais pontos destacados surgiram com as seguintes questões: Está em situação de rua a quanto tempo? Conhece a política de Assistência Social? Conhece os serviços existentes em Franca? Acessa ou já acessou esses serviços? O que te faz permanecer nas ruas? Você se vê saindo da situação de rua? Todavia, para além das perguntas, utilizamos notícias e documentos para complementar a argumentação.

Diante a realização da pesquisa de campo, tais respostas para as perguntas acima surgiram em momentos de entrevistas semiestruturadas ou, em momentos de participação com a equipe de Abordagem Social, no papel de observador. As perguntas foram então respondidas pelos entrevistados e participantes da pesquisa, evidenciando o desejo mútuo pela liberdade que encontram nas ruas, em relação com à privação de liberdade individual dentro dos equipamentos da política de Assistência Social. Isto posto, ficou visível que o não acesso a tais serviços existentes, como por exemplo o Abrigo Provisório e Acolhimento Noturno, os motivos se referem a preferência pela particularidade de cada indivíduo, por não querer dividir o local onde dormem ou o banheiro com uma quantidade expressiva de pessoas, além de não se adequarem aos horários e regras exageradas. Contudo, foi possível notar os principais motivos: a liberdade encontrada nas ruas perante aos serviços de acolhimentos institucionais; a falta de serviços adequados, como a moradia digna; o desemprego; o uso abusivo de drogas; a quantidade de vagas disponíveis abaixo da quantidade de pessoas vivendo em situação de rua.

O número de pessoas vivendo em situação de rua está crescendo cada vez mais em todo o país, e também não seria diferente na cidade de Franca SP. Grande parte desse crescimento é devido ao desemprego, bem como, nos últimos anos, também devido a pandemia do Covid 19. Estão sendo desabrigadas de suas casas, sem condições econômicas para continuar pagando aluguel e sem perspectivas de serem novamente inseridas no mercado de trabalho. São famílias inteiras sendo empurradas às ruas. Essas pessoas estão ocupando espaços por toda cidade, assim como os Abrigos, Acolhimentos e Centro pop; áreas de matas e grandes terrenos em desuso, localizados aos redores da cidade; barracas em avenidas e embaixo de pontes e viadutos. Ficam

nos semáforos “mangueando”, olhando carros estacionados e limpando vidros de carros. Fazem uso de bebidas alcoólicas e de outras drogas nas ruas, tudo isso durante o dia, a noite ou madrugada. E fazem em qualquer ponto da cidade.

Segundo o jornal Balanço Geral da rede Record de televisão, foi noticiado em 15 de setembro de 2023, em uma reportagem sobre o aumento de pessoas em situação de rua em Franca, que tal aumento reflete diretamente na quantidade de barracas sendo montadas em diversas regiões da cidade. A notícia intitulada “Com aumento de moradores de rua, barracos se espalham por ruas de Franca” visa, através de contato com a prefeitura, informar que em 3 meses a quantidade de pessoas vivendo nas ruas passou de 645 para 1,1 mil pessoas (R7, 2023).

Em outro meio de comunicação do município, o GCN (2023), a reclamação é sobre o aumento de barracas montadas na porta do Centro Pop. Os moradores do bairro vizinho do serviço reclamam da quantidade de pessoas que passaram a dormirem na porta, montando barracas na calçada encostadas na parede. Intitulada “‘Aumentando mais a cada dia’, diz vizinhos do Centro Pop sobre moradores de rua,” a matéria também aborda o aspecto do aumento de pessoas em situação de rua, mesmo que sem um aprofundamento crítico da realidade econômica que assola o país, tratando como algo isolado do município.

A sensação em **Franca** é de que o número de moradores em condições de rua aumenta a cada dia. Quem anda pela cidade pode constatar vários focos de barracas montadas em áreas públicas e até debaixo de viadutos. As barracas alojadas na calçada em frente ao Centro Pop, que fica na rua Coronel Tamarindo, na Vila Formosa, é o retrato mais fiel dessa realidade (Fradique; Baccelli, 2023).

O número de pessoas em situação de rua está aumentando em Franca e em todo país. A quantidade de vagas ofertadas pelo município não suporta a quantidade de pessoas nas ruas, com isso muitas dessas pessoas que vão ao Centro Pop em busca de vagas acabam não conseguindo, tendo que dormir na rua, muitas vezes em frente ao equipamento. O aumento pela busca de vagas em serviços de acolhimentos institucional tem crescido também, de certa forma, acompanhando o aumento expressivo da quantidade de pessoas vivendo nas ruas no município. Segundo o F3 Notícias “Demanda para acolhimento a pessoas que moram na rua e em situação de pobreza em Franca aumente em 286%” (F3, 2023).

É o que tem ocorrido, por exemplo, em relação à população em situação de rua no Brasil, que é frequentemente responsabilizada pela situação em que se encontra, é vítima de massacres e perseguições policiais. Apesar das lutas que vêm sendo desencadeadas nas últimas décadas por setores organizados desse seguimento articulados com outros sujeitos sociais em torno do acesso às políticas sociais, quando se busca conhecer as estratégias do Estado, nas três esferas de governo, para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse grupo populacional, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues (Silva, 2009, p. 113).

A população em situação de rua muitas vezes é culpabilizada pela própria condição, o que implica em uma falta de compreensão mais profunda das causas estruturais desse fenômeno, como ocorre com as matérias de jornais relacionadas ao tema e mais ainda com os comentários de outros grupos da população. Ademais, a falta de políticas condizentes com a realidade atual, como moradia digna, e não apenas o aumento de vagas em abrigos e acolhimentos, diz sobre a atuação pouco efetiva dessas políticas, que trata de forma paliativa e ineficiente o fenômeno em questão.

Outrossim, associado ao crescente número de pessoas e famílias que têm tido as ruas como a última possibilidade, reflexo da crise econômica e sanitária que vem devastando o país nos últimos anos, é válido ressaltar a respeito da disponibilidade e oferta de vagas nos Abrigos e Acolhimentos do município. Diante da notável expressão de pessoas vivendo em situação de rua, em relação ao volume de vagas, é fato que não há espaço para todas as pessoas. É fato também que nem todas as pessoas que estão em situação de rua aderem aos serviços existentes da política de Assistência, porém, mesmo que todas elas optassem por se abrigarem nesses serviços não haveria a possibilidade.

Durante a ida ao campo com a equipe de abordagem social e também para realização das entrevistas, a fala das pessoas que estão nas ruas, é de que não buscam por esses serviços, ou mesmo desconhecem sua existência, optaram pela rua ao invés de Abrigos. Mais uma vez, decidiu-se pelas ruas dentro de suas limitadas opções, sendo dormirem em locais que são divididos com outras pessoas que não conhecem ou dormirem na rua.

Diante das falas sobre a opção de as ruas serem mais atraentes que a ideia de ficarem acolhidos em Abrigo ou Acolhimento, são diversos os motivos que surgiram, sendo que, cada pessoa demonstrou algum desconforto em relação a dividir o espaço com muitas outras pessoas. Além da convivência compartilhada com outras diversas pessoas, a questão das regras é um empecilho, assim como a questão de abstinência sofrida, principalmente devido a proibição do uso de drogas dentro desses equipamentos, ou mesmo antes da entrada. A questão da abstinência é presente uma vez que a pessoa passa diversos dias nas ruas fazendo uso de álcool e outras drogas, como crack e, quando consegue a vaga em algum serviço de acolhimento é necessário encerrar ou pausar o uso.

Uma vez inserido, o “acolhido” também deve ser capaz de se manter no “equipamento” cumprindo as regras que regem a vida cotidiana. O consumo de álcool, de cigarro ou de substâncias ilegais é proibido, assim como as expressões de violências contra usuários ou funcionários. É preciso também, ser capaz de cumprir certas regras que regem a vida coletiva de modo mais amplo (não interferir na vida do vizinho, saber ser paciente e esperar sua vez para utilizar certos recursos – chuveiros,

refeições) e empenhar-se para atender à temporalidade da instituição – horário de abertura, de fechamento e de toques de recolher. Uma lista de requerimentos que nem todas as pessoas conseguem cumprir (Roy, 2016, p. 122).

Por fim, um motivo que esteve presente em todas as falas foi sobre a liberdade que a rua proporciona em relação aos acolhimentos. Ou seja, para os entrevistados e outros participantes durante a ida ao campo, a rua proporciona uma maior liberdade, na visão deles, em relação aos equipamentos de acolhimento institucional. Principalmente uma liberdade individual por não ter que compartilhar o espaço com outras 40, 50 ou até 60 pessoas.

Ao ir para o campo com o serviço de Abordagem Social conversamos com diversas pessoas. Enquanto pesquisador, foi possível participar das atividades da equipe dentro de sua própria rotina, com a realização de atendimentos nas ruas, com intuito de conhecer os indivíduos, orientar, divulgar e ofertar os serviços existentes e, se preciso encaminhar e levar as pessoas aos serviços.

Durante uma busca ativa, conversamos com uma pessoa que estava sendo atendida pela equipe, e durante o atendimento questionamos se ela conhecia os equipamentos ofertados pelo município. “Ele disse que sim, mas que não frequenta porque tem muitas pessoas e ele prefere ficar mais sozinho ou com pessoas mais próximas. Disse ainda que tem fobia de lugares com muitas pessoas” (Diário de Campo, 26 de julho de 2023).

Já durante uma entrevista com o Carlos, perguntou a ele se alguma vez já acessou os serviços que a política de Assistência oferece. Ele diz: “Já fui sim, mas não gosto, prefiro ficar aqui” (Entrevista com Carlos, 20 de julho de 2023).

Carlos é aposentado por conta da sua idade. Ele realizava trabalho rural e está em situação de rua há 23 anos. Ele foi casado, mas se separou, sendo esse, segundo informou, “o motivo que me fez ir para rua foi a separação. Me separei da mulher, deixei um filho de 03 meses e voltei para Franca. Aqui eu cheguei e já não tinha onde ficar (Entrevista com Carlos, 20 de julho de 2023).

O Carlos é bastante conhecido na região, costuma ficar sempre no banco de concreto, seja no canteiro central na Av. Rio Branco ou em algum outro ponto do bairro da Estação. Ele faz isso há anos. Não gosta muito de sair dali para lugar algum, pois, na região consegue fazer tudo que ele precisa. Carlos não se adapta aos equipamentos da política de Assistência Social e não aceita mais ir para nenhum. Até mesmo quando amigos, ou a própria prefeitura, pagam quartos em pensão ele não aceita, e acaba sempre retornado para a rua e para região que está familiarizado. Disse que tem uma rede de apoio na região, principalmente dos comerciantes que o ajudam com alimentação, as vezes banho e dependendo do clima/tempo cedem espaço para que ele passe a noite (Diário de Campo, 18 de julho de 2023).

Em outro momento, ainda no campo com o Serviço de Abordagem Social, fomos até a praça Barão localizada no centro da cidade de Franca:

(..) local onde tem uma diversidade de comércios e calçadão. Assim que chegamos e paramos com o carro, diversas pessoas já conhecidas e atendidas pela equipe se aproximaram. Alguns já vinham pedindo o lanche (o lanche é um pacote de bolacha de água e sal e uma caixinha de suco que a equipe têm no carro para situações de emergência), cobertores e doações. Outros lembram sobre pedidos feitos anteriormente, em outros atendimentos, sobre a documentação, vagas no Abrigo e outros (Diário de Campo, 19 de julho de 2023).

Diante da situação, onde ao pararmos o carro (figura 9 e 10), se aproximaram um pouco mais de 10 pessoas, foi preciso me juntar à equipe e auxiliar os que se aproximavam, com as orientações necessárias, porém, sempre que possível deixava explícito o papel de pesquisador e sabia que, caso surgisse uma questão que não coubesse ao pesquisador responder recorreria a alguém da equipe.

Eu começo a conversar com o Francisco que me pergunta sobre vaga no Abrigo Provisório. Expliquei para ele como funciona o serviço e perguntei se ele queria ir naquele momento, caso dissesse que sim, falaria para equipe ligar perguntando sobre vaga. Ele logo disse que não, apenas queria saber, mas que hoje não queria ir - “quem sabe outro dia”, disse ele. Em seguida ele pegou o lanche, se despediu e saiu andando (Diário de Campo, 19 de julho de 2023).

Figura 9 - Busca ativa com Abordagem Social



Fonte: foto tirada pela equipe da Abordagem Social, 2023.

Figura 10 - Busca ativa com Abordagem Social



Fonte: foto tirada pela equipe da Abordagem Social, 2023.

Ao querer saber sobre a disponibilidade de vagas e em seguida dizer que não precisa conferir, pode ser que ele estivesse apenas buscando uma maneira de se aproximar e iniciar a conversa, ou pode ser que ele esteja mesmo interessado em uma vaga para não dormir mais na rua, porém, diversos fatores como mencionado acima podem influenciar, como ter que aguentar a abstinência dentro do Abrigo ou não querer dormir com outras pessoas, ou mesmo não querer se sentir trancado.

Enfim, foram diversas as vezes que uma pessoa, tenha sido ela entrevistada ou não, que explanou sobre o não querer acessar ou dormir em acolhimentos institucionais. Sempre que surgiu a pergunta sobre o conhecimento da existência desses serviços as respostas foram que sim, as pessoas têm o conhecimento de tais equipamentos, porém, muitas vezes as experiências não foram boas e, quando a pergunta é sobre o acesso, as respostas foram similares. Durante outras duas entrevistas foram obtidas estas respostas:

Então, eu fui no Centro Pop umas duas ou três vezes, só fui para tomar banho e comer. Ai eu não voltei mais. Eu nunca gostei de ficar assim, em lugares como abrigo, Centro Pop, eu nunca gostei não. Gosto mais de ficar na rua (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Porque como você está vendo aqui no local não tem a necessidade. E mesmo porque é muito caso de roubo, de problema lá dentro dos abrigos, para uma mulher. Então prefiro aqui. Me sinto mais segura (Entrevista com Tereza, 20 de julho de 2023).

Na primeira resposta o entrevistado José expõe sobre não gostar de dormir em abrigos e que tem preferência, dentre as escolhas disponíveis para ele, em ficar e dormir nas ruas.

José está em situação de rua há pelo menos 7 anos, segundo ele contou. Ele costuma dormir sempre na rua, às vezes chega a montar barracas em terrenos desocupados ou embaixo de viadutos (figura 11), mas não dorme em serviços de Acolhimentos, nem costuma frequentar o Centro Pop, como ele falou. Durante a entrevista informou que o principal motivo que o levou a ficar em situação de rua foi a droga, mais precisamente o crack. Disse que já foi casado e tem 3 filhas e 1 filho. Exerceu diversos trabalhos, mas antes de ir para rua, ele teve uma oficina mecânica, onde ele abria 24h por dia. Por ele ter que ficar muito tempo na oficina começou a usar cocaína para se manter acordado. Depois de um tempo conheceu o crack e usava lá mesmo, dentro da oficina, não tinha horário. Ele comentou que por sempre ter clientes e receber dinheiro a cada vez que finaliza um serviço, sempre estava comprando mais crack. “Quando eu trabalhava na borracharia, a borracharia era minha, aí ela era 24 horas, então eu usava droga direto lá. E eu ganhava dinheiro toda hora. Quase que eu morria de tanto usar droga” (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Figura 11 - Barraca montada embaixo de viaduto



Fonte: foto tirada pelo autor, 2022.

No caso de Tereza, dormir dentro de uma barraca, nas ruas ou mesmo numa praça, a faz sentir uma maior sensação de segurança, muito mais, segundo ela, que dentro de abrigos. Tereza está em situação de rua há alguns anos, ela vive junto com seu irmão. Ambos, atualmente montaram uma barraca em uma praça. É um local que fica “localizada na região central, quase que entre o bairro Centro e bairro Estação. Uma praça bastante ampla e com muitas árvores. Um lugar bem calmo, com pouco ou quase nenhum movimento (Diário de Campo, 20 de julho de 2023). Ela diz ter conhecimento dos serviços que atendem pessoas em situação de rua em Franca, conhece além disso os CRAS e CREAS. Ela e o irmão já tiveram casas em diversos bairros, mas sempre foram despejados, principalmente por questão financeira. Eles receberam auxílio da prefeitura para pagar aluguel por um tempo, mas quando acabou tiveram que recorrer às ruas novamente. Segunda Tereza, o irmão tem alguma doença relacionada a sua saúde mental, mas ele não aceita buscar auxílios médicos para realizar exames, e por isso não tem laudo. Disse ainda que devido à doença do irmão não conseguem dormir em Abrigos, pois o irmão é bastante agressivo com pessoas que não conhece, além de não conseguir dormir em locais com muitas pessoas. Durante a entrevista que foi realizada dentro da barraca da Tereza, conheci o irmão dela, que “estava sentado em um banquinho de madeira e pintando um tabuleiro de xadrez. Os dois escutavam música em um rádio de pilha e estavam em silêncio” (Diário de Campo, 20 de julho de 2023).

Muitas das pessoas que estão acolhidas nos equipamentos da política de Assistência Social, como Abrigo e Acolhimento Noturno, estão por lá há algum tempo, sem perspectivas de saída desses locais e, menos ainda, quando se pensa na superação da situação de rua. Muitas outras pessoas sequer querem passar por esses locais, ou já esteve acolhido em algum momento, mas optaram (dentro das limitadas opções) pelas ruas, com o discurso de prezar pelas suas liberdades individuais. Às vezes por já terem perdido a esperança nesse modelo de política e por saberem que, para iniciar a superação da situação vivenciada, teriam que começar por outros meios, sendo primeiramente, a moradia digna, habitável e que, condiz com a ideia da sua liberdade privada, esse pontapé.

Acessam os serviços de forma rotativa, tendo aqueles que vão uma vez e não retornam, ou aqueles que entram e logo saem. Os fatores podem ser diversos, pois, “é preciso conseguir entrar, e, num segundo momento, manter-se neles” (Roy, 2016, p. 123-124). Para tal, é possível encontrar dificuldade ao passar pelo período de abstinência, tendo em vista a proibição do uso de qualquer tipo de droga dentro desses equipamentos e até mesmo a proibição do uso antes, para conseguir uma vaga, se submeterem às regras e horários para todas as atividades do dia-a-

dia, como também se sujeitar a dividir os espaços com outras pessoas, podendo ocasionar encontros indesejáveis.

O casal aceitou ir ao acolhimento dia para almoçar e tomar banho, porém, não acessam o Centro Pop e nem dormem em acolhimentos nem em abrigos. Tem uma barraca montada com diversos pertences e não parece certo para eles a ideia de que trocariam seu espaço, mesmo que na rua, por quartos compartilhados em Abrigos (Diário de Campo, 18 de julho de 2023).

A principal fala nas ruas, seja nas entrevistas ou no dia-a-dia com o Serviço de Abordagem Social é sobre a liberdade. Estar nas ruas, na voz das pessoas em situação de rua, significa uma maior liberdade para eles do que estar em algum serviço no modelo atual. Mesmo que estar nas ruas significa menos segurança e maior vulnerabilidade a violências, mais perigoso.

Ter uma casa seria o ideal, pois eliminaria em grande parte o risco da violência sofrida por essas pessoas e proporciona condições mais dignas, mais acessos e mais segurança. Além é claro, da liberdade individual.

Isto posto, pode-se analisar que diversos fatores podem levar as pessoas a permanecerem nas ruas, sem que tenham acesso aos equipamentos da política de Assistência Social, seja por não ter conhecimento dos serviços; conhecer e não querer buscar; ou tentar buscar, mas não conseguir permanecer devido às questões que englobam a permanência, como as regras, principalmente.

5.2 Liberdade da rua do ponto de vista das pessoas em situação de rua

Ser livre na sociedade do capital é fazer parte de uma classe social dominante. O capitalismo liberal prega que todos são livres, pois têm o direito e a liberdade de vender sua força de trabalho para quem desejar. Além disto, o trabalhador que vende sua força de trabalho, a vende por uma quantidade de horas determinada, podendo assim retornar para sua casa no final. Junto a isto, existem os direitos trabalhistas, como folga, férias, dias livres na semana, entre outros. Isso, para o capitalismo liberal é a liberdade.

É a direita, no debate público, que costuma segurar a bandeira da liberdade. Em nome dela se defende o capitalismo (“livre mercado”), a propriedade privada (“liberdade econômica”), o controle empresarial da informação (“liberdade de expressão”). Suas organizações muitas vezes adotam nomes como “Movimento Brasil Livre”, “Fórum da Liberdade”, “Estudantes pela Liberdade” (Miguel, 2021).

Porém, quem faz parte dessa classe, a que não detêm os meios de produção, fazem parte da classe dominada, e, contraposto ao que o discurso de liberdade prega, essa classe não está

livre, pois depende de outros para sua sobrevivência. Assim dizendo, a liberdade é comprometida quando se está submetida à vontade de outros indivíduos. Não é livre pela classe à qual pertence e por não ter perspectiva de ascensão social e econômica. Enfim, a submissão do indivíduo à vontade de outros, principalmente quando se trata de estruturas hierárquicas e de poder desigual, reflete a restrição da real liberdade.

Marx opera com uma compreensão da liberdade que não a limita à ausência de um poder arbitrário, mas a entende também como superação da necessidade. Assim, a liberdade é anulada se estamos submetidos à vontade de outra pessoa, mas também se estamos submetidos à privação – que também bloqueia a livre definição de nossas ações (Miguel, 2021).

A liberdade é anulada pela privação, ou seja, a falta de acesso aos recursos básicos, aos bens materiais, ao emprego de qualidade, à qualidade de vida, recursos estes que uma vez escassos, podem interferir nas ações diárias, necessárias para uma vida digna social e econômica.

É possível dizer então que a liberdade é o acesso aos recursos e bens materiais, no capitalismo, o acesso ao dinheiro e alcance das classes sociais mais altas. Enquanto que a pobreza seria a falta de liberdade, haja vista que é necessário poder aquisitivo para realização do acesso aos bens e recursos. As pessoas em situação de rua fazem parte da população que se encontram na pobreza extrema, sendo considerada como pobreza extrema “condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas” (Silva, 2009 p. 129).

A pobreza involuntária, entretanto, não pertence à identidade de uma pessoa, nem é uma questão de opção. Os que dela padecem podem se resignar e acabar agradecendo qualquer pequeníssima melhora de sua situação. É o que se chama de “as pequenas dadas” e “preferências adaptativas”, uma questão que é preciso denunciar criticamente porque supõe manter na miséria resignada os que nem sequer têm consciência dela, quando, na verdade, a pobreza econômica involuntária é um mal de que se padece por causas naturais ou sociais e que, a esta altura do século XXI, já pode ser suprimida (Cortina, 2020, p. 49).

Do ponto de vista dos participantes da pesquisa, diante das possibilidades de escolha entre rua e os serviços existentes disponibilizados pela política de Assistência Social, estar nas ruas significa liberdade, enquanto ser acolhido em serviços como os de abrigos e acolhimentos é estar privado da liberdade. Porém, é cabível dizer que essa liberdade exposta pelos participantes da pesquisa se trata de uma liberdade individual. E é também uma liberdade de escolha limitada, principalmente pela falta de moradia. Na pesquisa de Pagot (2012) ela fala sobre uma paciente que afirma que não dormia nos albergues e abrigos pelo fato de que neles

não poderia dormir sozinha e que, em sua casa, ao fazê-lo, sentia medo. Dessa forma, busca, na rua, privacidade e proteção.

Isto posto, muitas das pessoas que estão em situação de rua não aderem a programas sociais por decidirem pela liberdade que encontram nas ruas. Mesmo que essa liberdade esteja atrelada a diversas outras restrições, como ter que se locomover pelo espaço da cidade em busca de alimentação, de manguear nos semáforos, e outras situações. Há ainda aqueles que fazem uso de álcool e outras drogas, que se sentem livres nas ruas, pois sentem a necessidade de manter o vício e que, as regras das instituições não permitiriam.

Cada pessoa tem suas particularidades, seus desejos e vontades individuais. Em locais como abrigos tem horários para dormir, para fazer as refeições, para sair, para chegar, para assistir televisão, tem pessoas que escolhem o que você vai comer a cada dia. Tais regras sobre horários, alimentação e outras, como participação na limpeza do espaço, estão expostas nos Planos de Trabalhos de tais equipamentos, como podemos ver no Abrigo Provisório: “Os usuários serão convidados a participar nos processos de organização do espaço interno, como limpeza e manutenção das áreas de convivência, quartos, auditório, banheiros, lavanderia, refeitório, e áreas livres” (Abrigo Provisório, 2022, p. 21). Em seguida fala sobre o horário de entrada dos novos acolhidos, que ocorre diariamente: “O serviço de acolhimento funcionará 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, sendo o horário de entrada das 14h às 18h” (Abrigo Provisório, 2022, p. 21). Em outro momento fala sobre os horários das refeições: “Serão ofertadas alimentação, sendo café da manhã às 7h30min; almoço às 11h30min; café da tarde às 15h; jantar às 18h e chá da noite às 21h” (Abrigo Provisório, 2022, p. 22).

Por fim, sobre a regra de não poder fazer uso de drogas dentro do Abrigo ou antes de entrar, fica sendo função da portaria do abrigo que estabelece a diretriz de “identificar se os usuários apresentam ou não alteração de comportamento” (Abrigo Provisório, 2022, p. 22).

Os participantes da pesquisa ao serem questionados sobre o acesso a esses recursos dentro dos serviços de acolhimento, entendem que na rua muitas vezes não é possível acessá-los, mas entendem também que elas têm o direito de escolher o que ela quer comer, o que ela gosta de comer, os horários que fazem sentido para elas, entre outras atividades.

Ao realizar a entrevista com o José, foi perguntado para ele o que ele acreditava ser a causa do querer, ou melhor, do decidir-se pela rua ao invés de serviços de acolhimentos. A resposta, assim como de outros participantes, foi “a liberdade. A Liberdade que você tem na rua você não tem aqui, então eu acho que um dos pontos são esses” (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Ao argumentar com ele sobre o Abrigo ser um direito dele e de todas as pessoas em situação de rua, assim como outros equipamentos da política de Assistência que ele tem o direito de ser atendido. Ele disse que não enxergava assim, mas sim como uma caridade das instituições.

Diante disso, foi explicado que não se trata de um serviço caritativo e assistencialista, ou que não deveria ser, e em seguida perguntamos: se ele começasse a enxergar esses equipamentos como um direito, se ele estaria disposto a buscar mais vezes? Porém, ele disse que poderia pensar, mas continuaria com a liberdade. “Pode ser que minha mente possa mudar, mas eu continuo na liberdade da rua. Eu só estou aqui porque estou com minha perna quebrada, senão eu não estaria aqui” (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023). Em consideração a isso, questionamos o que fazia ele permanecer nas ruas atualmente e ele disse que é a droga, que esse é o único motivo que o faz querer ficar nas ruas, para ele, que completou em seguida:

Faz 7 anos que uso droga. Depois que eu comecei a usar droga eu fiquei um certo período sem fumar, que aí eu fui preso e eu fiquei bastante tempo sem usar ela. Mas quando eu saí eu continuei fumando e *to* até hoje. Então, o que faz eu *tá* na rua, o que faz eu ficar na rua é a droga. Tem pessoas aqui em Franca mesmo que gosta de mim, entendeu? Que me apoiaria, mas eu tenho que largar da droga. Minha esposa mesmo falou *pra* mim: “se você largar da droga, você pode voltar pra casa”. Por exemplo se eu tiver limpo agora e chegar lá agora na casa dela, eu vou voltar *pra* casa, mas ela tem que ter certeza que eu *to* limpo, e ela é inteligente suficiente pra isso. Então creio eu que essa vida que eu tive aí, o que acabou com a minha vida foi realmente a droga. Foi a droga. Aí eu não dei bola *pros* meus filhos, não dei bola pra minha esposa, pra ninguém. Fui perdendo o amor, sabe? Quando você começa a sair de perto dos filhos, sair de perto da esposa. Fui preso, fiquei muito tempo preso, tirei 13 anos de cadeia. Cumpri os 13, o total da minha cadeia era 26 anos. *Foi* dois B.O que eu arrumei. E nesse intervalo, nesses 13 anos minha esposa me acompanhou, entendeu? Então não tem como ela não gostar de mim, ela pode até falar da boca *pra* fora, mas ela gosta de mim, porque senão ela não teria acompanhado eu 13 anos na cadeia. Pensa, uma pessoa ir levar comida *pra* você na cadeia final de semana, é porque realmente gosta (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Quando ele diz que o único motivo para deixar as ruas é a droga, é por ele ter os vínculos com a esposa e os filhos, tendo a possibilidade de retornar para casa com a condição de parar o uso de drogas.

E sobre a liberdade das ruas para ele seria a liberdade individual, porém, atrelada além da pobreza, também no vício em crack. O vício nesse caso é outro componente que afeta a condição de acesso aos recursos, haja vista que o José teria um local, uma residência para retornar que não o abrigo.

Sobre sua vivência nas ruas e o uso de drogas, ele explica:

E questão de rua, eu sou assim ó: vou falar de mim. Eu pegava uma droga e saía fumando, fumava, fumava, fumava... enquanto não acaba o dinheiro você não para. Aí eu fumava, fumava... aí quando eu cansava de fumar, eu deitava e dormia em

qualquer lugar. Por exemplo, aqui mesmo: “ah vou dormir”, jogava a coberta, deitava e dormia. O mais difícil do morador de rua que *ta* nessa situação é na época de chuva, época de chuva é a mais difícil, porque aí você precisa encontrar um lugar que não molha pra você dormir. Mas era desse jeito que eu me virava na rua (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Em outro momento, durante entrevista com o Carlos, sempre que perguntado a respeito do conhecimento dele sobre os serviços existentes em Franca e que ele poderia acessar, ele respondia um pouco desconfortável, incomodado por ter que se justificar mais uma vez que não gosta de buscar tais equipamentos. Ele sabe quais são os serviços que existem, já foi uma vez ou outra, mas sempre retorna para rua no mesmo dia, às vezes após tomar banho e se alimentar, outras vezes antes mesmo de qualquer ação ser feita. Como ele mesmo disse em diversos momentos: “conheço, mas não vou não. Nesses lugares não pode sair e eu não gosto de ficar fechado” (Entrevista com Carlos, 20 de julho de 2023). Perante o exposto, foi perguntado se em algum momento ele já havia pensado se existiria algum serviço em que ele pudesse gostar de ficar, pois está há muitos anos nas ruas e está, assim como todos os outros, exposto à violência, às mudanças de clima, entre outras situações. “Eu nunca pensei nisso. Não sei te falar. Eu não gosto mesmo, gosto de ficar aqui e não fechado” (Entrevista com Carlos, 20 de julho de 2023).

Outro participante da pesquisa, enquanto realizamos uma busca ativa na região central junto a equipe de Abordagem Social, teve uma fala semelhante à do Carlos, no sentido de não se enquadrar no modelo de serviços de acolhimento, nem de se sentir preso. “Disse que não gosta do Abrigo Provisório e nem do Acolhimento Noturno, pois prefere seu espaço. Disse que na rua a liberdade é maior que dentro desses locais e que ele não gosta de ficar [preso] e nem de se sentir preso” (Diário de Campo, 19 de julho de 2023).

A Tereza “disse que não tem acessado os serviços da Assistência Social, a não ser quando o serviço de Abordagem a vê na rua ou então, ou quando o Centro Pop itinerante passa no local onde ela fica” (Diário de Campo, 18 de julho de 2023). Ela disse ainda que não acessa o serviço de acolhimento ou abrigos por ter que cuidar do irmão, mas em certos momentos da entrevista ela deixa explícito que não trocaria a barraca onde tem dormido para ficar em qualquer tipo de acolhimento, apenas mudaria se fosse para uma casa para ela e o irmão.

Isto posto, as pessoas permanecem nas ruas e não acessam os serviços disponibilizados pela política de Assistência social, pois encontram nas ruas a liberdade que não encontram dentro de qualquer equipamento. Em determinadas situações, onde há uma rede de apoio familiar, podendo acolher essa pessoa que está em situação de rua, ela pode continuar optando pelas ruas, pois não encontra na rede de apoio a liberdade que encontrou nas ruas, pois muitas

vezes voltar para casa ou para família está condicionado a situações que aquela pessoa ainda não consegue superar, como o vício em álcool e outras drogas, ou mesmo, é válido lembrar que a família pode ter sido a geradora da situação de rua.

Entretanto, deve-se levar em consideração a complexidade que cada caso individualmente pode gerar, em que a conexão entre assistência social e família ganha destaque, pois a família é colocada como alternativa da *saída da rua*, o que pode ser contraditório em alguns casos justamente pelos conflitos familiares contribuírem para o início de uma *situação de rua* (Pereira, 2016, p. 105).

Porém, para alcançar a liberdade exposta pelos participantes da pesquisa, a liberdade de estar nas ruas ao invés de estar em abrigos ou acolhimentos, é preciso estar em situação de rua. É uma liberdade limitada. Ela está condicionada especificamente à pobreza involuntária, pois, para ser livre na rua foi preciso passar por uma abundância de direitos negados, ter os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, entre outras. Essa liberdade da rua, para a pessoa em situação de rua, seria então uma liberdade destoante da liberdade do capital, pois a pessoa está totalmente privada de recursos e acessos que tornam uma pessoa livre na sociedade capitalista.

A pobreza no capitalismo não é sinônimo de liberdade. É sim o dinheiro, os bens, os recursos, que vão possibilitar o acesso a esses bens e tornar a pessoa livre.

5.3 Pobreza: adverso à liberdade

“O pobre é a riqueza da Igreja”
(Formação Pastoral do Menor, 2022)

Estar na rua, do ponto de vista dos entrevistados e participantes da pesquisa, significa liberdade. Ao mesmo tempo, no cenário econômico atual, a pobreza é a falta de liberdade.

No livro *Aporofobia* (2020), a autora Adela Cortina se aprofunda na discussão da pobreza como falta de liberdade, buscando nomear as diversas situações de violências sofridas pelas pessoas em situação de rua e de pobreza involuntária, pelo fato de serem economicamente pobres. Para a autora “a pobreza é a falta de liberdade, a impossibilidade de levar a cabo os planos de vida que uma pessoa tenha razões para valorizar” (Cortina, 2020, p. 49). Partindo da busca pela nomeação de tais situações vivenciadas pelas pessoas em situação de rua, segundo a autora tais violências não se enquadraram nos termos já existentes, como a xenofobia ou outros, pois, a pessoa que se encontra em situação de rua ou de pobreza involuntária, sofrem os crimes de ódio pelo fato de serem pobres. Contudo, o termo que a autora define para tal situação é: aporofobia, a fobia, medo ou aversão ao pobre. “A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar,

diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é um traço de identidade das pessoas” (Cortina, 2020, p. 48).

Adela Cortina (2020) ainda explica:

De todo modo, não é dessas atitudes de rejeição que queremos nos ocupar neste livro, mas dessa aversão que se encontra na raiz de muitas delas e que vai ainda mais longe: a *aporofobia*, o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder. E por isso é excluído de um mundo construído sobre o contrato político, econômico ou social desse mundo de dar e receber, no qual so podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar em troca (Cortina, 2020, p. 19)

E complementa:

Dessa realidade inegável e cotidiana da aporofobia, surge a necessidade de dar um nome para poder reconhecê-la, como também para buscar suas causas e propor alguns caminhos para superá-la. É disso que se trata este livro. Isso é importante porque a aporofobia é um atentado diário, quase invisível, contra a dignidade, o bem-estar social e o bem-estar das pessoas concretas que aqui se refere (Cortina, 2020, p. 19).

A aporofobia então deve ser considerada o medo, aversão ou discriminação contra pessoas pobres, como é o caso da pessoa em situação de rua. Adela Cortina destaca a importância de nomear essa realidade para reconhecê-la, compreender suas causas e encontrar maneiras de combatê-la. Se trata de um fenômeno, que muitas vezes passa despercebido, mas representa um ataque diário quase imperceptível contra a dignidade da parcela da população alvo dessa discriminação.

Aqueles que cometem os crimes de ódio contra pessoas em situação de rua, o cometem por não enxergar nas pessoas uma igual humanidade.

Nos crimes de ódio (*hate crime*), dentre os quais estão incluídas as condutas aporofóbicas, destacando-se as hostilidades praticadas contra moradores de rua, quando a maioria dos ofensores sequer conhece as pessoas agredidas, tem-se uma postura em que “o agressor trata a vítima como um meio porque não reconhece igual humanidade, igual dignidade; trata a vítima como um objeto, não como um sujeito que deve ser levado em conta” (Moura, 2022, p. 25).

Sobre aqueles que cometem os crimes de ódio, especificamente a aporofobia, destaca-se a hostilidade direcionada a pessoas em situação de rua, e a observação principal é que, na maioria desses casos, os agressores não conhecem as pessoas que estão atacando. A postura do agressor tem como premissa, uma forma de desumanização da vítima. Ao não reconhecer a igualdade de humanidade na vítima, o agressor trata-a como um mero meio ou objeto, em vez de reconhecer sua subjetividade e importância como ser humano. Ou seja, na maioria das situações em que ocorrem o crime de ódio, os agressores envolvem uma negação da igualdade fundamental de todos como seres humanos.

Diante do exposto, é notório identificar a pobreza como a falta de liberdade, porém, essa falta de liberdade não está vinculada apenas aos recursos materiais, ou seja, a pobreza não é apenas uma questão de falta de recursos, que pode conceder acesso aos bens comuns e materiais. A pobreza é também uma privação de liberdade. Assim dizendo, a pobreza vai além da escassez de bens e recursos econômicos, abrangendo o aspecto social da vida, a incapacidade de realizar projetos de vida significativos e a carência das capacidades básicas necessárias para assumir o controle da própria vida.

A pobreza deve ser entendida nesse sentido mais amplo, pois ela causa implicações profundas e indesejáveis para aqueles que a experimentam. A pessoa em situação de pobreza extrema ou em situação de rua não apenas enfrenta dificuldades materiais, mas também é privada dos aspectos existenciais.

Mas, se não for assim e indo à raiz de um conceito mais amplo de pobreza, esta supõe falta de liberdade, impossibilidade de realizar os projetos de vida que tenha motivos para valorizar, carência das capacidades básicas necessárias para assumir o comando da própria vida, o que tem consequências tão indesejáveis para quem dela sofre, como a de não poder ser um agente de sua própria vida, senão apenas um sujeito paciente na loteria natural ou social, à mercê da própria sorte, sem poder buscar a felicidade da maneira que gostaria de escolher (Cortina, 2020, p. 153).

Essa visão da pobreza destaca a importância não apenas de abordar as questões econômicas, mas também de promover condições que permitam às pessoas em situação de rua ou de pobreza involuntária terem o poder de buscar a sua existência de acordo com suas próprias escolhas e valores.

Durante uma formação profissional da Pastoral do Menor, em junho de 2022, foi pronunciada pelo presidente da instituição a seguinte frase: “o pobre é a riqueza da Igreja”. Essas formações têm como princípio reunir os colaboradores – como são chamados os funcionários - de todos os serviços que a instituição administra, com a finalidade de propor a formação continuada. A princípio, a instituição realiza esses encontros mensalmente, buscando abordar assuntos relacionados aos campos de atuação da Pastoral do Menor, como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Creches para crianças e serviço para pessoas em situação de rua: Abrigo Provisório, Acolhimento Dia e Serviço Especializado em Abordagem Social.

Ao escutar a frase dita diante os mais de 500 “colaboradores” que aplaudem e recebem tal frase como positiva, surgiu uma certa indagação sobre como as pessoas em situação de vulnerabilidade social são vistas e tratadas pelo Estado e pelas instituições responsáveis por administrar políticas públicas.

A pobreza gera riqueza, pois, os grandes ricos só são ricos porque os pobres produzem para eles. Porém, uma instituição que atua dentro da política de Assistência Social, em todos os âmbitos da Proteção Social, não poderia trabalhar apoiado em conceitos que promovem a manutenção das desigualdades sociais. O pobre não deveria ser a riqueza da igreja e nem de nenhuma outra instituição. Pautado nessa questão, onde a pobreza é vendida como algo bom, como a riqueza da igreja por assim dizer, a autora Adela Cortina reflete:

E não só isso, senão que autores como Sêneca chegam a defender em seus escritos que a pobreza pode ter um lado bom, porque a riqueza é um obstáculo para a consagração do espírito. Esta é a mensagem que transmitirá à Lucílio em sua carta sobre o lado bom da pobreza, aconselhando a não esperar a sua superação para começar a se dedicar à filosofia. A pobreza é desejável precisamente porque se contenta com a satisfação das necessidades básicas e permite dedicar a vida ao trabalho do espírito (Cortina, 2020, p. 154).

Se renunciar da riqueza para viver a vida e o espírito, pode-se dizer que essa pobreza poderia ser considerada a riqueza da igreja, pois se trata de uma pobreza de certa forma voluntária. Já a pobreza involuntária, estrutural e socialmente construída, não deveria ser considerada pela igreja como sua riqueza.

Por fim, a pobreza é adversa à liberdade, pois sem os recursos necessários não se alcança a liberdade, nem econômica nem social. Visando atender as necessidades das pessoas em situação de rua, como serviços de acolhimentos e outros existentes na política de Assistência Social, pode-se dizer que ela é ineficiente no que diz respeito ao combate da pobreza, pois não aborda de forma efetiva as causas estruturais e sistêmicas da situação de pobreza. Como resultado, as pessoas que se encontram em tais situações, podem a princípio conseguir o suficiente para sobreviver diariamente, mas enfrenta barreiras significativas para superar de vez a situação de pobreza extrema e a situação de rua. A falta de recursos influencia na busca por empregos, moradia digna, educação, acesso à cultura e outros fatores que contribuem para a mobilidade social. “Mas, uma vez que essas necessidades urgentes forem atendidas, as medidas antipobreza podem levar à cronificação da pobreza e ao que tem sido chamado de “armadilha da pobreza”, porque as pessoas ganham o suficiente para sobreviver, mas não para sair dela” (Cortina, 2020, p. 158).

5.4 Condições necessárias para possibilitar a saída das ruas

Em notícia divulgada pelo jornal *El País*, intitulada “População em situação de rua no Brasil se multiplica por dez em uma década e ultrapassa 200 mil”, é possível observar uma tendência alarmante e crescente no número de pessoas em situação de rua no Brasil. Esse

fenômeno levanta sérias preocupações sobre as condições sociais e econômicas no país, indicando possíveis falhas nos sistemas de apoio, moradia e inclusão social. O aumento drástico é reflexo de vários fatores, incluindo desigualdades econômicas, falta de acesso a empregos dignos, precarização do mercado de trabalho, crises econômicas, crise sanitária vivenciada nos últimos anos e falta de políticas públicas eficazes para lidar com a questão da moradia, talvez atualmente a principal forma de possibilitar acesso a outros recursos. A notícia destaca ainda sobre recursos anunciados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que apresentou “um plano dotado de 982 milhões de reais chamado *Ruas Visíveis*. Seus objetivos centrais são mais dedicados à prestação de assistência do que à sua reintegração na sociedade” (Gual, 2023).

A notícia destaca ainda sobre a necessidade urgente de ações governamentais e sociais que busquem solucionar problemas como a situação de rua. Isso inclui investimentos em programas habitacionais, políticas de combate à pobreza, acesso a empregos dignos e suporte social. Além disso, a notícia aponta para a importância de uma análise mais profunda das causas subjacentes desse aumento, visando a implementação de medidas preventivas e sustentáveis a longo prazo, porém, ao vermos sobre a destinação desse recurso, é notório que se trata de mais uma atuação para manutenção da situação vivenciada por essa população. A construção de moradias está prevista no Plano Nacional: “Projeto piloto do Programa Moradia Cidadã, com disponibilização de 150 unidades habitacionais, com prioridade para famílias com crianças e mulheres gestantes” (Brasil, 2023, p. 63). Pode-se dizer, contudo, que é um avanço, porém, apenas 150 casas não resolvem a situação de pobreza de mais de 200 mil pessoas.

Ao analisar o documento “Plano Nacional: Ruas Visíveis”, que propõe um investimento de quase 1 bilhão de reais destinados a diversas políticas que atuam com pessoas em situação de rua, foi possível notar poucas mudanças no que já é realizado. A destinação do recurso será para manutenção das políticas existentes, ou seja, o “Plano de Ação e Monitoramento propõe medidas de amplo alcance em sete eixos: Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde; Violência Institucional; Cidadania, Educação e Cultura; Habitação; Trabalho e Renda; Produção e Gestão de dados” (Brasil, 2023). Dentre essas áreas, os recursos voltados para a política de Assistência Social visam ações como: aumento de recursos para Centro Pop e Serviço de Abordagem Social para determinada quantidade de municípios, além do aumento de vagas em serviços de acolhimento institucional. Parte do recurso irá para aprimoramento de servidores públicos, para mapeamento da população em situação de rua, entre outros programas e metas. O documento deixa explícito que “os serviços já existentes no SUAS para atenção à população em situação de rua serão mantidos, aprimorados e complementados” (Brasil, 2023, p. 32).

Posto isto, as condições que seriam necessárias para a superação da situação de rua, ou que possibilitam uma maior eficácia no processo de saída das ruas, diante do contexto econômico do país nos últimos anos, além da crise sanitária que o mundo enfrentou, seria a moradia. É também o que solicitam as pessoas em situação de rua: moradia digna.

Para aqueles indivíduos cuja passagem para as ruas decorre da incapacidade econômica de fazer face ao custo da habitação – circunstância que tem se tornado ainda mais comum no cenário das grandes e médias cidades brasileiras desde a pandemia de COVID-19 –, o acesso à moradia apresenta-se como elemento primordial no processo de superação da situação de rua (Lima; Gaio, 2022).

A importância do programa Moradia Primeiro, que tem grandes chances de possibilitar de maneira efetiva a saída das ruas, com o acesso à moradia digna para pessoas e famílias que estão em situação de rua. É importante e se demonstra eficaz, se executado de maneira correta, pois, com um local para morar, é possível se distanciar da zona de violência, das mudanças climáticas como fortes chuvas e frios ou calor intenso. Tem potencial para promover uma maior rede de assistência, permitindo que as pessoas tenham mais opções, principalmente aquelas que não se enquadram no modelo de política de abrigos e acolhimentos.

Em determinado momento das entrevistas, após identificar que nenhum entrevistado demonstrava desejo pelo modelo de política como os acolhimentos institucionais, foi perguntado se, e como, eles se enxergavam saindo da situação de rua. Como era esperado as respostas foram que sim, se veem saindo da situação de rua.

O recurso ideal para que essas pessoas consigam superar a situação de rua, seria através de uma política de moradia. Tal questão está explícita quando os participantes da pesquisa manifestam sobre suas particularidades, ou não querer trocar sua liberdade das ruas para ficar fechado dentro de acolhimentos. E confirmam quando respondem que o ideal para superar a situação de rua é com uma casa, uma moradia digna.

Ao perguntar para Tereza se ela conseguia se ver saindo da situação de rua, e como ela considerava essa superação de tal situação, ela logo mencionou que a maneira ideal era sair das ruas para uma moradia digna:

A se eu tivesse uma situação de conseguir uma moradia digna sabe. Se eu conseguisse eu sairia, sabe. Se eu conseguisse uma moradia digna, meu irmão conseguisse também uma moradia digna, eu sairia daqui. Então, mas eu penso. Eu penso assim em ter e justamente *pra* sair dessa situação assim (Entrevista com Tereza, 20 de julho de 2023).

Em seguida ela completou dizendo que “situação de rua não é bom. É bonito aqui o local, por isso a gente escolheu aqui. Tem essas divisões que a gente citou, mas não é uma coisa

boa mesmo, sabe. Eu acho que o ideal seria mesmo uma moradia digna. E é o que eu espero, é o que eu quero, sabe” (Entrevista com Tereza, 20 de julho de 2023).

Você vê eu to aqui já com 55 anos, com 5 anos de ter 60 anos, com todo direito a ter uma moradia digna, tudo. E tenho que ficar esperando, então. Não é bom? Não, é horrível entendeu. Porque não dá *pra* ter luz. Da *pra* ter água? Dá, dá *pra* tomar banho, sobreviver a vela, ouve um rádio, mas, não dá as vezes *pra* ler um livro a noite, agora mesmo já não dá mais, então isso é ruim. Então não é uma coisa totalmente digna, a gente tenta fazer o possível *pra* ficar mais digno, *pra* não ser um barraco como (inaudível) (Entrevista com Tereza, 20 de julho de 2023).

Por fim, Tereza conclui que já não está com idade de ficar nas ruas mais, que por mais que ela tente dar dignidade a barraca que está dormindo, não alcança a suficiência. É um local que priva a entrevistada de todos os direitos básicos, é a demonstração de que o Estado está negando os direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2015).

Ela deixa evidente ao falar sobre as limitações que o local impõe, como o não acesso à água potável, à energia, que limita o lazer. Por não ter energia eles escutam rádio a pilha e leem livros, porém, os livros apenas durante o dia. A tentativa de promover uma certa dignidade na barraca fica notório com as observações expostas abaixo, realizadas no dia da entrevista:

A barraca é muito bem construída, parte da estrutura é feita de alvenaria, do chão até a metade. A outra, da metade até o teto é feita de madeira. O teto pelo que pude perceber também é feito com madeira e coberto por uma lona por cima. Antes de entrar na barraca, ela tem um cercado que se parece muito com uma varanda. É cercado por grades de arame e também tem um portão de grade. O chão dessa varanda é todo forrado com tapete, sendo esse o lugar que fizemos nossa entrevista. A varanda tem algumas decorações, pinturas do irmão, além de muitas plantas espalhadas ao redor da barraca. A barraca, segundo Tereza, tem um quarto, uma sala e uma cozinha. Não tem energia e eles improvisam com velas e lanternas. O entretenimento deles são os livros, a pintura e o rádio de pilha. Para o banho, ela disse que dão o jeito deles, mas não disse qual jeito (Diário de Campo, 20 de julho de 2023).

Ao ser questionado da mesma maneira, Carlos deixa evidente a vontade de sair da situação de rua, pois disse: “Estou ficando muito velho. Não quero ficar sempre na rua. Quero um lugar meu, um cômodo. A mulher do prédio ali falou faz tempo que vai arrumar um cômodo que *tá* vazio *pra* eu ficar, mas *tá* demorando. Ela sempre fala, mas até hoje não deu certo” (Entrevista com Carlos, 20 de julho de 2023). Manifesta seu desejo de sair do banquinho de concreto onde dorme todas as noites, sem barraca, apenas com cobertores, completamente exposto a qualquer ato de violência. Para ele, o que o levaria sair da situação em que está há 23 anos seria um local para viver como está nas ruas, sozinho. Ele tentou diversas vezes alugar

quartos em pensões e disse que não deu certo, mas que uma casa ou mesmo um cômodo para ele morar sozinho é como ele se enxerga saindo das ruas.

Durante acompanhamento da equipe de Abordagem Social, em uma busca ativa encontramos com o Marcos e a Aline, um casal que está em situação de rua juntos. Eles dormem atualmente em uma barraca montada por eles (figura 12), próximo a zona Sul da cidade. Ambos também não costumam dormir em abrigos, se veem saindo das ruas diante de uma moradia digna. Assim como a Tereza, tentam transformar o ambiente em que dormem em um local com mais dignidade, e, assim como Tereza não há acesso aos direitos sociais. No entanto, os objetos que carregam consigo decoram a barraca onde estão dormindo.

A barraca deles foi construída entre duas árvores pequenas, aproveitando os troncos e alguns galhos como apoio para a estrutura. Com isto conseguiram um pouco de sombra. Foi feita com uma lona preta e cordas, lógico, além dos troncos das árvores. A barraca é toda decorada com objetos pessoais por dentro e por fora, além de algumas mandalas penduradas nos galhos das árvores e um relógio de parede fixado na lona, na parte de fora, que informava a hora exata. Tinha utensílios de limpeza, como baldes, vassouras e outros. Havia também uma cadeira e um banquinho, ambos feitos de madeira e estavam bem na porta da barraca. Tinham objetos imitando armário e até um cabideiro de roupas (Diário de Campo, 18 de julho de 2023).

Figura 12 - Barrca montada em canteiro de Rodovia



Fonte: foto tirada pelo autor, 2023.

Em outro momento com a equipe de Abordagem Social, fomos no “JD. Luiza, onde, em algumas partes do bairro tem uma grande área verde, uma área de mata preservada, com muitas

árvores” (Diário de Campo, 30 de agosto de 2023). A ida até esse local era para realizar um atendimento de retorno, com pessoas que a equipe conhecia. Ao chegarmos no local específico e pararmos o carro, não é possível notar que há barracas ou qualquer objeto que indica que tem pessoas dormindo ali. Porém, “paramos o carro e com um pouco de esforço descemos o um barranco que estava deslizando por conta do barro e chegamos nas barracas” (Diário de Campo, 30 de agosto de 2023). Atualmente tem duas barracas feitas de madeira e lona nesse local, mas no momento ninguém nos atendeu.

José disse que se vê saindo das ruas, porém, ele não mencionou explicitamente sobre a possibilidade de saída das ruas está condicionado a uma casa. José disse que a droga é o motivo que o levou a ficar em situação de rua e é também o motivo que o faz permanecer. Ele poderia retornar para casa da esposa se não fosse o vício no crack. Portanto, ele vê a possibilidade de sair da situação de rua atrelada ao uso do crack.

Eu me vejo de qual forma? Eu sou um cara que não sou cristão, mas eu já tive e tenho muita fé em Deus, o todo poderoso, um cara do poder maior, entendeu? Então creio eu que, nada é de nós, que o poder é dele, então tudo acontece por ele, tudo é por ele, então eu creio que... eu conheci várias pessoas que levou um monte de tiro, ficou na cadeira de rodas e depois se converteu e passou a ser uma pessoa melhor, então se aconteceu com aquela pessoa, porque que não pode acontecer comigo, ne? Eu tenho essa esperança (Entrevista com José, 04 de setembro de 2023).

Em conclusão, ter moradias dignas disponíveis para atender as pessoas que estão vivendo em situação de rua, poderia ser o método mais eficaz de solucionar parte do problema. É notório que não apenas a casa resolveria os problemas da situação de rua, haja vista que os motivos que levam as pessoas a estarem em tal situação está vinculada a outros diversos fatores, como o desemprego estrutural, a situação econômica do país nos últimos anos, o uso de drogas, saúde mental perda de entes da família, entre outros. Contudo, entre a política existente que não consegue solucionar os problemas do fenômeno situação de rua, fazer a tentativa de mudança nesse modelo de atuação poderia demonstrar maior aderência por parte das pessoas em situação de rua. A moradia digna é um direito previsto em Constituição Federal, é capaz de promover qualidade de vida, etapa fundamental para que a pessoa consiga desenvolver outras habilidades em busca de superar a situação econômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa dissertou sobre o modo de vida das pessoas que estão em situação de rua em Franca/SP. Diante da compreensão teórica e do estudo de campo, foi possível descrever sobre fatores que contribuem para a permanência nas ruas. Ou seja, para além dos aspectos que levam as pessoas a ficar em situação de rua, como o desemprego, conflitos familiares, falta de moradia, entre outros.

Foram constatados então, a partir de reflexões vindas dos entrevistados, fatores que os fazem optar pela permanência nas ruas, perante o modelo de política pública existente, bem como as possíveis estratégias que poderiam ser eficientes para garantir os direitos sociais e possibilitar a saída da situação de rua.

Buscando responder às perguntas norteadoras que precedem essa pesquisa, foi possível, a partir da composição utilizada para coleta e análise de dados, estabelecer respostas, constatar dados relevantes para o estudo, e ainda, fazer emergir novos questionamentos. Assim sendo, as perguntas que nortearam a pesquisa foram: onde ficam e dormem as pessoas que estão em situação de rua? Acessam os serviços especializados para o atendimento da população em situação de rua? Por que não acessam? Seria somente a disparidade de vaga ou uma escolha da pessoa por não buscar os equipamentos?

Portanto, foi identificado na pesquisa que a quantidade de vagas em serviços como o Abrigo Provisório e Acolhimento Noturno não contempla a quantidade de pessoas que estão vivendo em situação de rua no município, sendo essa situação um reflexo do que ocorre no país, principalmente em outras cidades médias e grandes, como Franca e Capitais. Porém, através da pesquisa de campo com a participação como observador participante no Serviço Especializado em Abordagem Social, onde foi possível participar de busca ativa e atendimentos realizados nas ruas em diversas localidades da cidade, bem como as entrevistas realizadas com as pessoas em situação de rua constataram que não apenas a falta de vagas nos serviços seja um empecilho, por mais que se submeter à oferta de vagas diariamente seja desgastante. Mas, de forma quase unânime, as pessoas uma vez que estão em situação de rua, buscam nas ruas a liberdade que não encontram nos serviços de acolhimento. Ou seja, nesses casos, optam pelas ruas ao invés de buscar por vagas no Abrigo Provisório e Acolhimento Noturno, pois desejam desfrutar sua individualidade.

Diante desse cenário, surgiu durante as observações e entrevistas a questão da liberdade. O que seria a liberdade para as pessoas que estão em situação de rua? Isto posto, para o desenvolvimento dessa reflexão, utilizamos a ideia de liberdade no capitalismo. Liberdade que

está atrelada à situação econômica e ao poder de consumo, pois o dinheiro na sociedade capitalista fornece condições de acesso aos bens necessários. Mas a liberdade em questão, sugerida pelos participantes da pesquisa, está vinculada a sua individualidade perante as opções extremamente limitadas, em que a condição de vida que estão, que a situação de rua proporciona.

A questão então constatada foi que, diante das opções expostas às pessoas que estão em situação de rua: serem acolhidos no Abrigo ou em Acolhimento, ou se sujeitaram a dormir nas ruas. Dentre estas, os participantes da pesquisa optaram por dormirem nas ruas, seja montando suas barracas ou tendo que buscar cada dia uma marquise diferente, pois a liberdade individual que encontram nas ruas é superior a ideia de dormir com outras 40 ou 60 pessoas, tendo que dividir todos os espaços. Dentro do Abrigo e Acolhimento não há lugar de privacidade.

Além disso, ocorrem duas situações: a primeira seria a que antecede a acolhida nesses locais. Ou seja, a pessoa precisa buscar por uma vaga, sabendo que pode demorar vários dias para conseguir, e que, nem todo dia vai conseguir a vaga. A segunda seria a pessoa ter que se manter dentro desses locais, seguindo regras que diferem do convívio social de quem não está em situação de rua, como os horários para refeições, para entrada e saída. Portanto, a escolha pela liberdade individual encontrada nas ruas refletiu nos desafios e dificuldades encontradas para buscar ou manter-se dentro do Abrigo ou Acolhimento.

As regras, principalmente em relação aos horários, como foi possível ver ao analisar no plano de trabalho do Abrigo Provisório, revela aspectos segregacionistas, pois as pessoas que têm suas vagas garantidas no serviço, tem que se comprometer a retornar até as 18h todos os dias, inclusive finais de semana, caso não consigam voltar nesse horário estão sujeitas a perder a vaga e receber algum tipo de penalização, como ficar tantos dias sem poder concorrer por uma vaga. Tal aspecto impede as pessoas de conviver na sociedade da mesma maneira que outras pessoas, que não estão em situação de rua podem viver: sair e voltar à hora que preferirem, poder participar de eventos sociais, seja durante a semana ou nos finais de semana, entre outros.

À vista disso, o modelo atual da política de Assistência Social, ofertado por meio de acolhimentos institucionais, pode não ter eficácia no que diz respeito à garantia dos direitos sociais das pessoas em situação de rua, segundo informa os participantes da pesquisa. Essa constatação é notória quando se pensa na quantidade de pessoas que deixam as ruas devido a condições adquiridas por meio desses atendimentos.

O poder público utiliza como recursos soluções imediatistas, como demonstrado em diversas notícias, sobre o aumento de vagas no Abrigo ou Acolhimento, ou ainda, mediante

inserção de mais pessoas no programa Moradia Primeiro, visando a retirada de pessoas e barracas em frente ao Centro Pop ou em outras localizações, como embaixo de viadutos e praças. Estas ações têm como objetivo responder para a sociedade que algo está sendo feito, seja que algo está sendo feito visando defender os direitos das pessoas em situação de rua, ou para a sociedade que reclama sua segurança.

Contudo, diante das respostas dos participantes da pesquisa, seja nas entrevistas ou no momento como observador participante, sobre como eles se veem saindo da situação de rua, foi possível constatar que uma moradia digna seria a solução ideal.

Diante disso, novos questionamentos surgiram durante a pesquisa: o aporte financeiro investido nos equipamentos existentes, como Abrigo e Acolhimento, tem surtido efeito? Quantas pessoas têm deixado a situação de rua todos os dias, ou meses, ou anos? E, será que apenas conceder a moradia iria resolver a situação de rua?

Para tanto, não é possível afirmar que viabilizar moradias para as pessoas em situação de rua seria a solução dos problemas, porém, com os valores gastos por vaga em serviços de acolhimento institucional, seria possível sustentar aluguéis, além de investir em equipes especializadas para o acompanhamento. É evidente que a casa não resolveria a situação do desemprego, porém, ao invés de pessoas estarem concentradas em abrigos e acolhimentos, segregadas e, de certa forma, privadas do convívio social devido à situação em que se encontram, poderiam ter sua casa, seu lugar individual, sua liberdade e os direitos sociais garantidos com mais dignidade.

REFERENCIA

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro. 1996. Acesso em ago. 2023 <https://www.abepss.org.br/>

BACCELLI, Pedro. CASTRO, Kaique. MORADOR DE RUA CUSTA ATÉ R\$ 2,7 MIL POR MÊS PARA PREFEITURA; BRIGAS E AMEAÇAS ATERRORIZAM VIZINHOS. **GCNNet**. Franca, 23 de outubro de 2021. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1702812/franca-e-regiao/2021/10/morador-de-rua-custa-ate-r-27-mil-por-mes-para-a-prefeitura-brigas-e-ameacas-aterroizam-vizinhos> acesso em: 09 ago. 2023.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador) – São Paulo: Cortez. 2012.

BEAUD, Stéphane. WEBER, Florence. **Guia Para Pesquisa de Campo:** produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 203, da Assistência Social.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 23, Lei nº 12.435, Dos serviços.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art23 acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL, Cead 2.0 Cidadania. Dados sobre **Família em Situação de Rua Cadastradas em Franca/SP**, nos períodos de 2020 e 2023. 03 de agosto de 2023. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=35&nome_estado=&p_ibge=3516200&nome_municipio=&id=44 acesso em: 03 ago. 2023

BRASIL, Cead 2.0 Cidadania. Dados sobre **Família em Situação de Rua Cadastradas no Brasil**, nos períodos de 2020 e 2023. 03 de agosto de 2023. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=Brasil&id=44 acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **População em Situação de Rua Supera 281,4 mil Pessoas no Brasil.** Publicado em 08 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **É possível Housing First no Brasil?:** experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil. Brasília – DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg.Separadas.pdf acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 90, de 15 de setembro de 2015.** Dá nova redação do Art. 6º da Constituição Federal para introduzir o transporte como direito social. Brasília, 15 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da saúde. **O que é Covid-19?** 08 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus-2021> acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **A diretoria de promoção dos direitos humanos.** 01 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua-2023> acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. NOB-RH/SUAS: **Anotada e Comentada.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Gráfica e editora LTDA. Brasília, 2011.

BRASIL. Perguntas e Respostas: **Serviço Especializado em Abordagem Social.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional Ruas Visíveis.** População em situação de rua. Plano de ação e monitoramento para efetivação da Política Nacional para População em Situação de Rua. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Normas operacional básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf acesso em: 05 nov. 2023.

BURAWOY, Michael. **Marxismo Sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2014.

CAGNIN, José Guilherme. A População em Situação de Rua e sua Relação com a Falta de Moradia. In: VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP, 2022. **Anais Seminário Discente: sociologia e pesquisa entre conflitos**. São Paulo, USP, 07 a 11 de novembro de 2022, p. 458-479.

CAGNIN, José Guilherme. O Housing First como possibilidade de política de habitação para a população em situação de rua no contexto da pandemia. In: **I congresso de ciências sociais da UNESP/FCLAR XX semana de pós-graduação e XXI semana de graduação em ciências sociais**. Araraquara, UNESP, 2022, p. 335-348.

CFESS. **Assistentes Sociais defendem os direitos da população em situação de rua**. 18 de agosto de 2017. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1401_2017 acesso em: 07 ago. 2023.

CFESS. **Cfess participa do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua**. 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2024#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,marcam%20a%20vida%20dessas%20pessoas> acesso em: 08 ago. 2023.

CFESS. **Em defesa da população em situação de rua**. 22 de março de 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/759_2012 acesso em: 07 ago. 2023.

CFESS. **Lei nº 8662/93, de 13 de março de 1993**. Código de Ética do/a Assistente Social, [S. l.], 16 mar. 1994. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf acesso em: 28 jul. 2023.

CFESS. **Lutas da população em situação de rua tem o apoio do Cfess**. 14 de julho de 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/654_2011 acesso em: 08 ago. 2023.

CFESS. **O CFESS**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess> acesso em: 07 ago. 2023.

CFESS. **População em situação de rua é assunto para assistente social**. 23 de novembro de 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1941_2022 acesso em: 08 ago. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a Aversão ao Pobre**: um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

F3 Notícias. Demanda para acolhimento a pessoas que moram na rua e em situação de pobreza em Franca aumenta 286%. **Notícias de Franca**. Franca, 17 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.f3noticias.com.br/demanda-para-acolhimento-a-pessoas-que-moram-na-rua-e-em-situacao-de-pobreza-em-franca-aumenta-286/> acesso em: 08 fev. 2024.

FALEIROS, Lucas. Prefeitura renova aluguel de casa do Centro Pop fechada há sete meses. **GCNNet**. Franca, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1692048/franca-e-regiao/2020/10/prefeitura-renova-aluguel-de-casa-do-centro-pop-fechada-ha-sete-meses> acesso em: 12 fev. 2024.

FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. P. 115-140

FERREIRA, Alexandre. Plano de Governo de Franca. Gestão 2021-2024. In: **G1. Veja os Planos de Governo dos Candidatos que Disputam o 2º Turno em Franca, SP**. Ribeirão Preto e Franca, 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/eleicoes/2020/noticia/2020/11/20/veja-os-planos-de-governo-dos-candidatos-que-disputam-o-2o-turno-em-franca-sp.ghtml> acesso em: 19 dez. 2023.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Moradores de rua: um problema público invisível e hipervisível nas cidades brasileiras**. *Revista Colombiana de Sociología*, 2020. 43(2), 109-127.

FRADIQUE, N. BACCELLI, Pedro. 'Aumentando mais a cada dia', diz vizinhos do Centro Pop sobre moradores de rua. **GCN**. Franca, 21 de agosto de 2023. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/2782291/local/2023/08/aumentando-mais-a-cada-dia-dizem-vizinhos-do-centro-pop-sobre-moradores-de-rua> acesso em: 08 fev. 2024.

FRADIQUE, N. **Centro Pop inicia atividades com novo nome: Espaço Dignidade**. GCN, Franca, SP, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1698097/franca/2021/05/centro-pop-inicia-atividades-com-novo-nome-espaco-dignidade> acesso em: 18 dez. 2023.

GARDELLA, Édouard. A Urgência como Cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. In: RUI, Taniele. MARTINEZ, Mariana. FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. P. 141-174.

GCN, Portal (@gcnnnet). 2023. **Briga entre moradores de rua em frente ao Centro Pop assusta vizinhos**. Instagram, 02 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Crvm9WmOUx-/?igshid=NjIwNzIyMDk2Mg%3D%3D> acesso em: 29 ago. 2023

GCN, Portal (@gcnnnet). 2023. **Oito a cada dez moradores de rua atendidos no Centro Pop são de Franca**. Instagram, 01 de junho de 2023. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Cs8ouj6OQtY/?igshid=NjIwNzIyMDk2Mg%3D%3D> acesso em: 29 ago. 2023

GCN. Centro Pop provoca discussão entre vereadores e unespiano. **GCNNet**. Franca, 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1623419/franca-e-regiao/2017/02/centro-pop-provoca-discussao-entre-veredores-e-unespiano> acesso em: 11 fev. 2024.

GCN. Centro Pop terá atendimento reformulado. **GCNNet**. Franca, 07 de janeiro e 2018. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1647339/franca-e-regiao/2018/01/centro-pop-tera-atendimento-reformulado> acesso em: 11 fev. 2024.

GCN. Centro Pop volta a ser debatido por vereadores. **GCNNet**. Franca, 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1623936/franca-e-regiao/2017/02/centro-pop-volta-a-ser-debatido-por-veredores> acesso em: 11 fev. 2024.

GCN. Maioria dos candidatos pede mudanças ou fim do Centro Pop. **GCNNet**. Franca, 02 de setembro de 2016. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1610925/eleicoes-2016/2016/09/maioria-dos-candidatos-pede-mudanca-ou-fim-do-centro-pop> acesso em: 13 fev. 2024.

GCN. Moradores de rua: fim do Centro Pop volta a ser discutido. **GCNNet**. Franca, 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1648345/franca-e-regiao/2018/01/moradores-de-rua-fim-do-centro-pop-volta-a-ser-discutido> acesso em: 12 fev. 2024.

GCN. Prefeitura corta alimentação do Centro Pop para ajudar idosos. **GCNNet**. Franca, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1655994/franca-e-regiao/2018/05/prefeitura-corta-alimentacao-do-centro-pop-para-ajudar-idosos> acesso em: 12 fev. 2024.

GCN. Vereadores defendem extinção do Centro Pop. **GCNNet**. Franca, 18 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1621793/franca-e-regiao/2017/01/veredores-defendem-extincao-do-centro-pop> acesso em: 12 de fev. 2024.

GIRO MARÍLIA. Arquitetura hostil: observatório com padre Júlio critica prédio em Marília. **Giro Marília**. Marília, 23 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.giromarilia.com.br/noticia/giro-marilia/arquitetura-hostil-observatorio-com-padre-julio-critica-predio-em-marilia/119262> acesso em: 10 fev. 2024.

GUAL, Joana Royo. População em situação de rua no Brasil se multiplica por dez em uma década e ultrapassa 200 mil. **El País**. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://elpais.com/america/2023-12-12/las-personas-sin-hogar-en-brasil-se-multiplican-por-diez-en-una-decada-y-superan-las-200000.html> acesso em: 12 fev. 2024.

GUIMARÃES, João Paulo. VELEDA, Raphael. Imagens devastadoras em lixão dão rosto à fome no Brasil. **Metrópoles**. Pinheiro, Maranhão, 14 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/imagens-devastadoras-em-lixao-dao-rosto-a-fome-no-brasil> acesso em: 12 fev. 2024.

HAMMERSLET, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografia: princípios em prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE, Brasil. **População no último censo**. Franca, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama> acesso em: 07 ago. 2023.

INVISÍVEL, SP. (@spinvisivel). 2023. **Por que usar o termo “População em Situação de Rua”?** Instagram, 23 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CywXJm2qciI/> acesso em: 14 fev. 2024.

INVISIVEL, SP. **5 Mitos Sobre a População em Situação de Rua que Muitas Pessoas Acreditam**. 08 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.spinvisivel.org/post/5-mitos-sobre-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-que-muitas-pessoas-acreditam> acesso em: 02 ago. 2023.

INVISÍVEL, SP. **Dicionário das Ruas, parte 1**. 22 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.spinvisivel.org/post/dicion%C3%A1rio-das-ruas-parte-1#:~:text=MANGUEAR,por%20a%C3%AD%20do%20que%20roubar%22> acesso em: 03 ago. 2023.

IPEA, Brasil. **Briga de família e desemprego são os motivos mais citados por pessoas em situação de rua para explicar sua circunstância**. Brasil, 12 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia> acesso em: 15 fev. 2024.

LASCOUMES, Pierre; GALÈS, Patrick Le. **Sociologia da Ação Pública**. Tradução e estudo introdutório George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012. 244 P.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Sílvia Tibo Barbosa. GAIO, Daniel. Políticas de moradia para pessoas em situação de rua: uma abordagem comparativa entre os modelos *Housing First* e *Treatment First*. In: **R. Bras. de Dir. Urbanístico- RBDU**. Belo Horizonte, 2022, p. 165-178.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; Tradução Rubens Enderle – 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATUTO S.A. **Terra Vermelha**. Franca: Produção Musical: Selectah H-Dub e Matuto S.A: 28 de setembro de 2022, 3:53 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H4vzZzkH7X4> acesso em: 10 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. **Marx e a Liberdade**. Blog da Boitempo. 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/05/marx-e-a-liberdade/> acesso em: 06 fev. 2024.

MOURA, Evânio. Aporofobia e Direito Penal: o crime de ódio contra moradores de rua e a necessidade de aprovação do PL 3.135/20. In: **Boletim IBCCRIM-ANO 30**. Março de 2022. P. 24-25.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OBSERVATÓRIO DE POBREFOBIA. (@observatoriopobrefobia). 2023. **140 novos moradores de rua por dia**: essa é a média nas ruas do Brasil. Instagram, 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CygvUVkvBsz/> acesso em: 14 fev. 2024.

OLIVEIRA, Kastiscilene Barsanulfa Tavares de. **Pessoas em Situação de Rua**: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP Campus de Franca. Franca, p. 136. 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Petrópolis-RJ: vozes, 2010.

PAGOT, Angela Maria. **O Louco, A Rua, A Comunidade**: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PAINEL CORONAVÍRUS. **Coronavírus Brasil**. Atualizado em 04 de agosto de 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> acesso em: 09 ago. 2023.

PARANA. Orientação Técnica. **Serviço Especializado em Abordagem Social**. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Servico-Especializado-em-Abordagem-Social> acesso em: 26 out. 2023.

PASTORAL DO MENOR. Plano de trabalho do ano de 2022, **Abrigo Provisório**. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/transparencia/abrigo-provisorio-e-casa-de-passagem-sao-giuseppe-moscati/2022> acesso em: 10 jan. 2024.

PASTORAL DO MENOR. Plano de trabalho do ano de 2022, **Serviço Especializado em Abordagem Social**. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/transparencia/abordagem-social/2022> acesso em: 01 nov. 2023.

PASTORAL DO MENOR. Plano de trabalho do ano de 2023, **Abrigo Provisório e Casa de Passagem**. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/transparencia/abrigo-provisorio-e-casa-de-passagem-sao-giuseppe-moscati/2023> acesso em: 10 jan. 2024.

PASTORAL DO MENOR. Plano de trabalho do ano de 2023, **Acolhimento Noturno e Atendimento Dia**. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/transparencia/acolhimento-noturno-e-atendimento-dia--casa-bom-pastor/2023> acesso em: 16 jan. 2024.

PASTORAL DO MENOR. Plano de trabalho do ano de 2023, **Serviço Especializado em Abordagem Social**. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/transparencia/abordagem-social/2023> acesso em: 26 out. 2023.

PEREIRA, Fabrícia da Hora. **Política Nacional para a População em Situação de Rua:** adesão e desdobramentos no contexto do Distrito Federal. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019. 183 p.

PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. No Labirinto da Gestão: desdobramento do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em “usuários” dos serviços de Assistência Social. *In:* RUI, Taniele (Org.); MARTINEZ, Mariana (Org.); FELTRAN, Gabriel (Org.). **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCar, 2016. P. 89 – 114. Plano de trabalho abrigo provisório 2022

R7. Com aumento de moradores de rua, barracos se espalham por ruas de Franca. **Balanco Geral.** Franca, 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/recordtv-interior-sp/balanco-geral/com-aumento-de-moradores-de-rua-barracos-se-espalham-por-ruas-de-franca-15092023> acesso em: 08 fev. 2024.

REIS, Graziela Donizetti dos; OLIVEIRA, Katiscilene Barsanulfa Tavares de. População em Situação de Rua: as perspectivas de inclusão na política de assistência social. *In:* PIANA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. (Orgs). **Conversando Sobre Famílias:** Trabalho Profissional e Políticas Públicas. Franca, SP: Cultura Acadêmica, 2019. p. 181 – 195.

ROY, Damien. Micropolítica da “População em Situação de Rua”: interações face a face e recorte situacional de um objeto da ação pública. *In:* RUI, Taniele. MARTINEZ, Mariana.

RUI, Taniele Cristina. **Uso de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades:** uma perspectiva comparada. Campinas – SP: 2007.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos:** etnografia em cenário de uso e comércio de crack. Campinas – SP: 2012.

RUI, Taniele. MARTINEZ, Mariana. FELTRAN, Gabriel. **Novas Faces da Vida nas Ruas.** São Carlos: EdUFSCar, 2016. 378p.

RUI, Taniele. **Nas Tramas do Crack:** etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SANTOS, Elaine Teixeira Alves dos. Serviço Social e a População em Situação de Rua: atuação no Consultório na Rua. *In:* SARRETA, Fernanda Oliveira (Org.); LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho (Org.); MONTEIRO, Amor António (Org.); BISCO, Gabriela Cristina Braga (Org.). **Serviço Social e Saúde:** reflexões de Brasil e Angola. Curitiba: CRV, 2022. P. 231 – 246

SANTOS, Túlio Boso Fernandes dos. **Ruas e Pandemia:** as determinações na saúde da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP Campus de Franca. Franca, p. 231. 2022.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. **Análise de Política:** uma revisão da literatura. CGS: Cadernos Gestão Social – Vol. 3, Nº 1, jan/ jun – 2012. www.cgs.ufba.br

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014 – (biblioteca básica do serviço social; v.3).

VICELI, Leonardo. Pessoas procuram restos de alimentos em caminhão de lixo. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 11 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/pessoas-procuram-restos-de-alimentos-em-caminhao-de-lixo-no-rio.shtml#:~:text=Um%20grupo%20de%20pessoas%20foi,ao%20lixo%20armazenado%20no%20caminh%C3%A3o>. acesso em: 13 fev. 2024.

VIEIRA, Camila de Lima Gil. **Políticas Sociais Brasileiras**: uma análise da retração de direitos e o avanço do conservadorismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 157. 2022.

XEREZ, Gioras. Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza; vídeo. **G1 Ceará**. Fortaleza, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml> acesso em: 13 fev. 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PELO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL



Unidade: ABORDAGEM SOCIAL

CNPJ: 54.885.762/0008-01

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A PESQUISA DE CAMPO NA INSTITUIÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Serviço Especializado em Abordagem Social administrado pela Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca, firmado através de parceria pública-privado com a Secretaria de Ação Social pelo Termo de Colaboração 78/2022, localizado na Avenida Elisa Verzola Gusmão, 2427, Bairro Santa Cruz, CEP 14.403-605 Franca/SP - Brasil, está de acordo com a realização da pesquisa de campo com as pessoas atendidas pelo Serviço de Abordagem Social, que será realizada pelo pesquisador **Matheus Hakime Dutra**, portador do RG: 42.083.434-5 e CPF: 410.787.508.31, estudante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista, UNESP campus de Franca/SP, na titularidade de Mestrado.

Franca, 05 de abril de 2023.

Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira
RG: 40.955.120-X
Coordenadora do Serviço de Abordagem Social

Padre Ovídio José Alves de Andrade
RG: 9872151
Presidente da Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca



www.pastoralmenorfranca.com.br/contato

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS PARA PESQUISA REALIZADA COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

Entrevista Semiestruturada Com O Objetivo De Perceber As Reflexões Das Pessoas Em Situação De Rua Sobre A Política De Assistência Social

1. Qual motivo levou a ficar em situação de rua?
2. Está em situação de rua há quanto tempo?
3. Trabalha? Se sim, qual a profissão?
4. Você recebe algum benefício? Tem ou está atualizado seu cadastro único?
5. Qual local você costuma ficar/dormir na rua?
6. Conhece a assistência social?
7. Conhece os serviços existentes na cidade de Franca que atendem especificamente a população em situação de rua?
8. Acessa esses serviços? Se sim, quais?
9. Se não, por quê?
10. Já acessou esses serviços? Se sim, quais?
11. Se não, por quê?
12. Você entende esses serviços como direitos?
13. Como você enxerga o atendimento nesses locais?
14. O que você acha que deveria mudar no atendimento?
15. Você acha que as localidades dos serviços estão corretas?
16. Onde você acha que deveriam estar?
17. O que faria você acessar esses locais?
18. O que te faz permanecer nas ruas?
19. Você se vê saindo da situação de rua? Como?
20. Conte um pouco de suas experiências nos serviços de atendimento à população em situação de rua:
21. Conte sua experiência nas ruas, seu dia a dia:
22. História de vida: